GABRIELA FERNANDA SÊJO

DIALÉTICA DA LEMBRANÇA E DO ESQUECIMENTO EM *PORQUE ME UFANO DO MEU PAÍS (1901)*, DE AFONSO CELSO, E *A PÁTRIA BRASILEIRA (1909)*, DE OLAVO BILAC E COELHO NETO

ASSIS

2026

GABRIELA FERNANDA SÊJO

DIALÉTICA DA LEMBRANÇA E DO ESQUECIMENTO EM *PORQUE ME UFANO DO MEU PAÍS (1901)*, DE AFONSO CELSO, E *A PÁTRIA BRASILEIRA (1909)*, DE OLAVO BILAC E COELHO NETO

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para obtenção do título de Doutora em Letras (Área de Concentração: Literatura e Vida Social).

Orientador: Dr. Alvaro Santos Simões Junior

Bolsista: Cota PROPG – Código de Financiamento 001

ASSIS

2026

S463d

Sêjo, Gabriela Fernanda
Dialética da Lembrança e do Esquecimento em Porque me Ufano do Meu País (1901), de Afonso Celso, e A Pátria Brasileira (1909), de Olavo Bilac e Coelho Neto / Gabriela Fernanda Sêjo. -- Assis, 2026
117 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP). Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Alvaro Santos Simões Júnior

1. Nação.. 2. Comunidade Imaginada.. 3. Lembrança e Esquecimento.. 4. Porque me Ufano do Meu País. 5. A Pátria Brasileira. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Contribuir para a compreensão da obra *Porque me Ufano do País* de Afonso Celso e a obra *A Pátria Brasileira* de Olavo Bilac e Coelho Neto por meio de um novo olhar, que tem como foco o que cada uma delas dizia e, ao mesmo tempo, falava a respeito do país, ou seja, pretende considerar as convicções dos autores quanto ao que deveria ser lembrado e o que deveria ser esquecido a respeito da história brasileira e da sociedade brasileira nas primeiras décadas republicanas.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

Contribuir a la compresión de la obra *Porque me Ufano do Meu País* de Afonso Celso y de la obra *A Pátria Brasileira* de Olavo Bilac y Coelho Neto a partir de uma nueva perspectiva, centrándose en lo que cada texto decía y, al mismo tempo, hablaba sobre el país; es decir, considerando las convicciones de los autores sobre lo que debe recordarse y lo que debe olvidarse sobre la historia y la sociedad brasileñas en las primeiras décadas republicanas.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

To contribute to the understanding of the work *Porque me Ufano do Meu País* by Afonso Celso and the work *A Pátria Brasileira* by Olavo Bilac and Coelho Neto through a new perspective, focusing on what each text said and, at the same time, spoke about the country; that is, considering the authors' convictions regarding what should be forgotten about Brazilian history and society in the first republican decades.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE GABRIELA FERNANDA SÊJO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.

Aos 05 de agosto de 2026, às 14h, no(a) Sala de Defesas da Pós-graduação e sala virtual: https://meet.google.com/rae-puis-gns, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de GABRIELA FERNANDA SÊJO, intitulada "DIALÉTICA DA LEMBRANÇA E DO ESQUECIMENTO EM PORQUE ME UFANO DO MEU PAÍS (1901), DE AFONSO CELSO, E A PÁTRIA BRASILEIRA (1909), DE OLAVO BILAC E COELHO NETO". A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. ALVARO SANTOS SIMÕES JUNIOR (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) UNESP / Câmpus de Assis - FCLAs, Profa. Dra. JOELMA SANTANA SIQUEIRA (Participação Virtual) do(a) Universidade Federal de Viçosa (UFV), Prof. Dr. DIRCEU MAGRI (Participação Virtual) do(a) Universidade Federal de Viçosa (UFV), Profa. Dra. DANIELA MANTARRO CALLIPO (Participação Presencial) do(a) UNESP / Câmpus de Assis - FCLAs, Profa. Dra. ELIANE APARECIDA GALVÃO RIBEIRO FERREIRA (Participação Presencial) do(a) UNESP / Câmpus de Assis - FCLAs, Após a exposição pela doutoranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: aprovada. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. ALVARO SANTOS SIMÕES JUNIOR

Dedico esta tese aos meus pais, Márcia de Fátima Grossi Sêjo e Francisco Sêjo e ao meu tio Edson Del Angelo (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG/Universidade Estadual Paulista / UNESP), por meio da concessão de bolsa de doutorado – (Cota PROPG/Código de Financiamento 001).

Agradeço aos meus pais, Márcia de Fátima Grossi Sêjo e Francisco Sêjo por todo o investimento e apoio incondicional dado para que um dos meus grandes sonhos começasse e se tornasse realidade.

Ao orientador Dr. Alvaro Santos Simões Junior agradeço pela orientação e a confiança depositada em mim. Foram 54 meses de uma convivência intensa, escrita, leituras, releituras e muito aprendizado.

E aos membros da banca examinadora agradeço pelo desempenho e pela disponibilidade.

RESUMO

Essa tese dedica-se ao estudo das obras paradidáticas brasileiras intituladas *Porque me Ufano do Meu País (1901),* de autoria de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (1860-1938), e *A Pátria Brasileira (1909),* escrita por Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac (1865-1918) e Henrique Maximiano Coelho Neto (1864-1934), sendo o primeiro publicado em 1901, pela editora Francisco Alves. O segundo foi lançado nove anos depois, em 1909, pela editora Garnier. O objetivo da tese é apresentar e analisar as diferenças em relação ao que, segundo os autores, deve ser lembrado e esquecido na história nacional. Faremos isso explorando os recursos literários (seleção de fatos históricos, personagens e os recursos naturais mencionados, a maneira como foram caracterizados, isto é, aspectos que foram valorizados mediante seleção lexical, detalhamento etc.) utilizados por Bilac, Coelho Neto e Afonso Celso na composição dessas duas obras. Dessa forma, nossa hipótese é a de que essas diferenças e recursos contribuíram para a formação de uma "comunidade imaginada" (Anderson, 2008). Ela pertence a um imaginário e representa um simbolismo. É imaginada, porque, mesmo em uma sociedade "concreta", as pessoas nunca se conhecem, integralmente, umas às outras, mas compartilham de signos e símbolos comuns, que as fazem pertencentes e reconhecidas como integrantes de um mesmo espaço imaginário. E o que distingue uma nação da outra são os recursos utilizados e o estilo como são imaginadas.

Palavras-chave: Nação; Comunidade Imaginada; Lembrança e Esquecimento.

ABSTRACT

This thesis is dedicated to the study of the Brazilian literary works entitled *Porque me Ufano do Meu País (1901),* authored by Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (1860-1938), and *A Pátria Brasileira (1909),* written by Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac (1865-1918) and Henrique Maximiano Coelho Neto (1864-1934). The first was published in 1901 by the Francisco Alves publishing house, and the second nine years later, in 1909, by the Garnier publishing house. The objective of the research is to present and analyze the differences in relation to what, according to the authors, should be remembered and forgotten in national history. We will do this by exploring the literary resources (historical facts, characters, and the natural resources mentioned, the way they were characterized, that is, aspects that were valued through lexical selection, detailing, etc.) used by Bilac, Coelho Neto, and Afonso Celso in the composition of these two works. Thus, our hypothesis is that these differences and resources contributed to the formation of an "imagined Brazilian community" (Anderson, 2008). It belongs to a realm of the imagination and embodies a certain symbolism. It is imagined because, even in a “concrete” society, people never fully know one another; yet, they share common signs and symbols that foster a sense of belonging and lead to their recognition as members of the same imagined space. What distinguishes one nation from another, then, lies in the resources employed and the style in which they are imagined.

Keywords: Nation; Imagined Community; Remembrance and Forgetting.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Nome dos Capítulos *Porque me Ufano do Meu País* de Afonso Celso.....47

Tabela 2: Catálogo da Livraria Francisco Alves repisado – 1922 a 1938.....53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....12

Seção 1.0: Inserção dos três autores na produção paradidática; crítica e recepção.....34

Seção 2.0: Análise da obra *Porque me Ufano do Meu País de Afonso Celso*
.....55

Seção 3.0: Análise da obra *A Pátria Brasileira* de Olavo Bilac e Coelho Neto
.....84

CONCLUSÃO.....110

REFERÊNCIAS.....112

INTRODUÇÃO

No último quarto do século XIX, mais especificamente de 1880 a 1900, ocorrem acontecimentos que são de suma importância para esta tese. O Brasil, durante a monarquia, era um país essencialmente agrário, três quartos de sua população viviam no meio rural e, por esse motivo, sustentou-se através da produção de suas duas principais monoculturas: o café e a cana de açúcar. Destas atividades, o excedente gerava um capital que era investido na indústria em ascensão. No lento desenvolvimento da industrialização no país, nos demais seguimentos, também acontecem expressivas mudanças que acompanham, em especial, a ascensão da burguesia.

Os núcleos populares urbanos começavam a se formar, motivados pelas novas oportunidades de emprego e melhores condições de vida. A queda do regime de escravidão se dá em 1888. Então uma imigração sistemática foi estabelecida politicamente com intuito de substituir a mão de obra escrava na agricultura pelo trabalho do imigrante europeu.

A mão de obra do imigrante era caracterizada por uma educação formal e uma formação profissional, básica, aperfeiçoada na prática, sendo de nível primário ou secundário. Parte dessa mão de obra seria reorientada para trabalhar na indústria. Isso de certa forma também contribui para alavancar e modificar a constituição da nação brasileira. Fortalece-se o trabalho assalariado e uma nova camada social, a classe média urbana.

Outro acontecimento se deu na substituição do regime político imperial para o republicano, em 1889, quando mudou a estrutura política do país. A alfabetização proporcionava ao povo a aquisição de direitos políticos, contudo o número de analfabetos era elevado, aumentando a necessidade de ampliar a alfabetização para atender a essa nova exigência política.

A escola seria, então, o espaço de criação de uma tradição coletiva e de padronização da nação. Os republicanos acreditavam no poder da escola em moralizar e civilizar a sociedade. Para tanto era necessário organizá-la, segundo afirmam Martineli e Machado (2017).

A partir dessa premissa, a escola seria o espaço propício para oferecer aos alunos leitura, conhecimentos científicos elementares, noções de matemática e de escrita. Esse esforço era concomitante ao preparo para a vida social republicana, estimulando as virtudes morais do cidadão, tais como a honestidade, o amor ao próximo e à família, e os valores patrióticos, de amor às coisas da terra natal.

Observamos que os reformadores da educação buscavam a formação do indivíduo em duas dimensões: a educação intelectual e a educação moral e patriótica. Para atender a essa proposta de educação dual das crianças, todos os elementos e espaços da escola passaram a ser refletidos e organizados para contribuir com a formação do caráter mediante a aprendizagem da disciplina social, tanto em sua organização física quanto em seu direcionamento pedagógico. A mobília escolar é um exemplo de recurso amplamente discutido naquele contexto, pois a construção de cadeiras deveria favorecer o aluno, segundo Martineli e Machado (2017). Segundo as autoras, o design adequado previne problemas de postura, de fadiga crônica e de distração em sala de aula. Quando esse mobiliário não é adequado o rendimento escolar dos alunos caí e os riscos de lesões muscoesqueléticas também aumentam.

A necessidade de produzir livros infantis brasileiros resultou em um aumento expressivo de livros e escritores do gênero. Isso não se deu por acaso, pois tudo foi realizado dentro de um projeto de atualização sociocultural através da escola. Discutiram-se então reformas da educação que procuravam criar uma escola racionalmente organizada, de acordo com o projeto republicano de nacionalização e modernização do Brasil, segundo afirmam Martineli e Machado (2017).

Em, *A Leitura rarefeita:* leitura e livro no Brasil, de 2002, Marisa Lajolo e Regina Zilberman tratam da questão da “leitura rarefeita” do Brasil. Este termo não descreve um gênero literário, mas sim a condição histórica e social da prática de leitura no Brasil**.** Trata-se de um ensaio fundamental nos estudos literários brasileiros que aborda a formação do leitor no país.

As autoras afirmam que no século XIX era observável a necessidade manifestada pelos escritores brasileiros de se formar um público leitor mediante um “modelo diferenciado e especial de leitura” (Lajolo; Zilberman, 2002, p. 81), pois a leitura no Brasil possui um caráter historicamente precário ou "rarefeito". Esse

panorama se deve a problemas estruturais e históricos, e não a uma suposta falta de interesse inata do povo brasileiro.

Lajolo e Zilberman (2002) analisam como a difusão do livro e da leitura foi um processo lento, inicialmente restrito a uma pequena elite letrada durante os períodos colonial e imperial. A popularização da leitura, principalmente após a Revolução de 1930, segundo as autoras, ficou a cargo da escola e dos manuais didáticos, o que criou uma relação com a literatura muitas vezes baseada em regras e periodizações, em vez do prazer da leitura.

Com isso, surgem os primeiros frutos concretos de campanhas em prol da educação que são resultados da nova situação política e das inúmeras iniciativas político-administrativas do novo regime. Nesse contexto surgem novos livros de leitura para crianças em idade escolar como suporte para o projeto republicano de educação. A literatura infantil e a educação no Brasil sempre andaram juntas, pois os livros produzidos atendiam, em sua maioria, a uma necessidade da educação daquele período.

Segundo Hallewell (1889), a Proclamação da República em 1889 foi uma transição política que afetou o mercado editorial, mas não provocou uma mudança radical nos hábitos de leitura ou na estrutura do livro imediatamente. Assim, a imprensa periódica desempenhou um papel crucial na disseminação dos ideais republicanos e na legitimação do novo regime.

Podemos considerar, segundo afirmam Marisa Lajolo e Regina Zilberman (1988), que o gênero literatura infantil teve sua origem no Brasil no último decênio do século XIX. Em *Um Brasil para Crianças: Para Conhecer a Literatura Infantil Brasileira: Histórias, Autores e Textos,* Lajolo e Zilberman (1993) afirmam que a literatura infantil no Brasil teve um desenvolvimento tardio em comparação com a Europa, ganhando força real no século XX, especialmente a partir das obras de Monteiro Lobato, considerado o "pai da literatura infantil brasileira" e um divisor de águas no gênero. As obras tinham inicialmente uma forte intenção pedagógica e moralizante e depois evoluíram com o passar do tempo para textos com uma qualidade estética e literária melhores, capazes de despertarem a imaginação e a fruição em seus leitores.

Zilberman (2005) considera que a literatura infantil desempenha um papel fundamental na construção da identidade nacional dentro do século XIX, início do XX,

antes de Lobato sob a influência do positivismo. Ao explorar os costumes, as diversidades e a história do país, ela oferece aos alunos a “chave da sua brasilidade” de forma que se reconheçam como membros de uma comunidade nacional e compreendam o mundo ao seu redor.

Nos anos de 1889 a 1921, os livros escolares publicados neste período segundo Patrícia Santos Hansen (2007) representaram uma produção literária nacional e original, voltada para a educação dos alunos brasileiros, assumindo um caráter cívico-pedagógico nacional, que se articulava com o propósito de educar as gerações futuras.

A nossa hipótese é a de que o novo projeto republicano para a educação escolar precisou ancorar-se na construção de uma nova “comunidade imaginada” brasileira, usando o termo de Benedict Anderson (2008). Ela pertence a um imaginário e representa um simbolismo. É imaginada, porque, mesmo em uma sociedade “concreta”, as pessoas nunca se conhecem, integralmente, umas às outras, mas compartilham de signos e símbolos comuns, que as fazem pertencentes e reconhecidas como integrantes de um mesmo espaço imaginário. E o que distingue uma nação da outra são os recursos utilizados e o estilo como são imaginadas.

Contudo, conforme afirma Ricoeur (2007) quando falamos da reapropriação do passado histórico é preciso levar em conta a privação dos autores do seu poder originário que é o de narrarem a si próprios. Assim, a dialética entre o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido não é um mero problema psicológico, mas um desafio ético, político e epistemológico. O equilíbrio entre lembrar e o esquecer é o que define segundo ele a saúde de uma sociedade.

Isso só pode ser resolvido segundo o autor com o trabalho da história como ciência. Ela introduz o distanciamento crítico, a explicação causal e a análise de documentos. É um “remédio” no sentido de purificar a memória viva e passional, de modo a transforma-la em conhecimento. Dessa forma, o horizonte ideal de Paul Ricoeur (2007) é a justa memória que de um lado consegue um estado de equilíbrio em uma sociedade que consegue lembrar de suas próprias “dores” sem ser prisioneiras delas. Isso permite a construção do seu próprio futuro.

O objetivo dessa tese é apresentar e analisar as diferenças em relação ao que, segundo Afonso Celso, Olavo Bilac e Coelho Neto, deve ser lembrado e esquecido na

história nacional na obra *Porque me Ufano do Meu País* e em *A Pátria Brasileira.* Faremos isso explorando os recursos literários (a maneira como foram caracterizados fatos históricos, personagens e os recursos naturais do país), isto é, aspectos que foram valorizados e utilizados na composição, inclusive, os recursos estilísticos mobilizados por eles na composição dessas duas obras.

Vale lembrar também, que estamos trabalhando nessa pesquisa com três autores. Mas Olavo Bilac, segundo afirma Paulo Franchetti (2009) em seu texto "Bilac e a unidade do Brasil republicano" aparece pouco difundido no Brasil hoje em dia, principalmente no que diz respeito a apreender os aspectos de suas atividades e de suas escritas que possam ser aplicados aos outros tópicos dos estudos da cultura brasileira.

Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac nasceu no Rio de Janeiro em 16 de dezembro de 1865 e faleceu na mesma cidade, em 28 de dezembro de 1918. No dia 9 de outubro de 1915, Olavo Bilac deu início "à campanha pelo serviço militar obrigatório, à qual iria dedicar seus últimos anos de vida, com um discurso inflamado na Faculdade de Direito de São Paulo" (Simões Junior, 2007, p. 67). Segundo afirma Alvaro Santos Simões Junior:

> Trata-se de uma pregação pelo cumprimento de lei, aprovada em 1907, que instituía o sorteio militar, e pela obrigatoriedade do alistamento, que até então se baseava em uma espécie de "voluntariado coercitivo". Foi mais uma manifestação de seu engajamento político, embora menos apreciada atualmente, por ser confundida com militarismo puro e simples. Naquele momento histórico, marcado por um conflito de proporções mundiais, o poeta preocupava-se com a segurança do país, que se via ameaçado pelo imperialismo das grandes potências. Como antídoto para o nacionalismo europeu, prescrevia o nacionalismo brasileiro (2007, p. 67).

Muito mais do que garantir a capacidade de defesa, ele "via no serviço militar obrigatório um poderoso instrumento para erradicação de algumas mazelas do país: o analfabetismo, a falta de higiene e saneamento nas cidades [...]" (Simões Junior, 2007, p. 69). Nas palavras do próprio autor:

> Que é o serviço militar generalizado? É o triunfo completo da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. É a instrução primária obrigatória; é a educação cívica obrigatória; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração muscular e física obrigatória. As cidades estão cheias de ociosos descalços, maltrapilhos, inimigos da carta de ABC e do banho, - animais brutos, que de homens têm apenas a aparência e a maldade. Para esses rebotalhos da sociedade a caserna seria a salvação (Bilac, 1908, p. 2).

Bilac “via na leitura a possibilidade da prática da liberdade [...]. Insistia, por isso, na obrigatoriedade do ensino público, [...] o único eficiente para superar o gritante analfabetismo” (Santos, 2012, p. 79). Por causa disso:

> O analfabetismo preocupava o cronista porque colocava a maioria dos cidadãos fora do alcance da ação orientadora e controladora da imprensa e sob o domínio do obscurantismo e do extremismo político. O poeta tentava demonstrar ao poder público que o ensino primário generalizado interessava muito mais ao Estado do que ao cidadão particular (Simões Junior, 2007, p. 74).

Dessa forma, “foi um intelectual empenhado das primeiras décadas da República Velha, [...] aproximou-se do poder público, colocando seu talento à disposição do Estado” (Simões Junior, 2007, p. 75). Além disso, foi um dos precursores do Parnasianismo no Brasil e, junto de Alberto de Oliveira e Raimundo Corrêa, compôs a tríade parnasiana. O parnasianismo:

> Aquela expressão perfeita, a ciência e o respeito da língua, a repugnância ao emprego de epítetos gastos e não precisos, de imagens que por serem de todos, ficam sem autoria responsável, de termos vagos, sem outro empréstimo senão o de enchimento, de cunhas ou rípios, e *por sua vez*, e *por assim dizer*, a matiz vocal ou música variada da frase, com exclusão das monofonias viciosas no verso e na rima; as rimas ricas, de palavras de diversas categorias gramaticais, acostadas às irmãs vulgares ou de uma só classe, como a socorrê-las piedosas, amparando-as em sua pobreza, a elevação, a pureza, a distinção da linguagem poética, tais foram e continuam ser as aspirações, o sonho, o ideal da forma parnasiana (Coutinho, 1980, p. 594 – *grifos do autor*).

Resumidamente, o parnasianismo foi “a constante preocupação com a língua, com a forma, com a técnica do verso” (Peixoto, 2010, p. 110); na aparência, sem nenhum espaço para as emoções ou para os sentimentos: “No todo, certa elegância necessária, um distanciamento estudado, uma pose aristocrática de grande artista” (Peixoto, 2010, p. 110). Bilac:

> prazerosamente, nos fala do ato de escrever e sua poesia nada mais é do que o gozo do estilo. O mais importante, é claro, é o manejo do idioma, o trabalho com o vocábulo. Tudo isso, entretanto, bilaqueanamente vazado em versos em que a emoção predomina. Na verdade, Bilac escreveu poemas tipicamente parnasianos, como os famosos “O incêndio de Roma” e “A sesta de Nero”, textos em que se vê claramente a presença dos dogmas do Parnasianismo francês. Poemas descritivos ou narrativos, pomposos, vazados em linguagem afetada, onde o que se procura é demonstrar a capacidade vernacular do poeta. São os “grandes poemas menores” de Bilac, espécie de submissão a preceitos que não se coadunavam com a alma lírica do autor brasileiro, mas que representam bem a escola que pretendeu ser o Parnasianismo no Brasil. Refinados poemas, mas vazios de emoção e da grande poesia que nos prende e nos leva para seus grandes “paraísos artificiais” necessários. Se esses poemas não desmerecem o artífice da

> língua e da versificação, pouco contribuem para o grande poeta que ele conseguiu ser (Peixoto, 2010, p. 110).

Olavo Bilac foi também inspetor escolar, “cargo que representou o emprego público que tanto esperou a vida toda” (Lajolo, 1982, p. 43). Segundo Marisa Lajolo (1982), esse cargo foi conseguido por intermédio de Manoel Bonfim, “que era nada menos do que diretor da Instrução Pública do Distrito Federal” (Lajolo, 1982, p. 53). Assim, a dupla de autores tinha “a faca e o queijo na mão: além de uma edificante tarefa patriótica, uma promissora fonte de renda, assegurada pela facilidade com que seus livros seriam adotados” (Lajolo, 1982, p. 53).

Sua consagração jornalística ocorreu:

> [...] em março de 1897, quando Ferreira de Araújo atribuiu ao poeta a incumbência altamente honrosa de substituir Machado de Assim, então considerado o maior escritor brasileiro, na crônica semanal, a coluna de maior prestígio do periódico. Como redator, Bilac escreveu para a *Gazeta* textos dos mais variados gêneros, de *fait divers* a editoriais, além das crônicas costumeiras. Bilac também concedeu ao jornal a honra de publicar pela primeira vez algumas de suas traduções e poemas líricos que depois seriam reunidos em livro (Simões Junior, 2007, p. 124 – *grifos do autor*).

De 1894 a 1908, teve “uma posição de destaque na sociedade carioca trabalhando intensamente na imprensa, [...] publicando vários livros e desempenhando as mais variadas atividades profissionais” (Simões Junior, 2007, p. 56). Nesse sentido, algumas experiências que foram realizadas pelo autor, assim como as suas motivações e eficácias, são necessárias acrescentar ao currículo de Olavo Bilac, segundo afirma Lajolo:

> A palavra era sua paixão e seu salário. Bilac escreveu de tudo: oficial maior da Secretaria de Negócios e Justiça do Rio, despachava em versos; apertado de dinheiro, foi redator de propaganda, vendendo em quadrinhas as Velas Brasileiras e a Casa das Fazendas Prestas; novamente em déficit, aceitou a empreitada de espichar uma comédia. Escreveu novelas satíricas, com ou sem parceria, e, a propósito de uma delas, forjou polêmicas em jornal para melhor vender seu produto. Produziu obras didáticas, traduziu estórias infantis, foi conferencista e orador, sonetista e parodista (1982, p. 43).

No livro *História da Literatura Brasileira (1973)*, de Antônio Soares Amora, Olavo Bilac é descrito como poeta, “mestre da vernaculidade e, dentro da estética realista, mestre, como artista e como teórico, da composição poeta” (Amora, 1973, p. 135) E como “escritor de livros de educação primária”, as obras descritas são: *“Poesias infantis,* 1904; em colaboração: *Contos pátrios, 1905; Livro de leitura, 1899; Teatro Infantil, 1905”* (Amora, 1973, p. 134).

Já na obra *História da Literatura Brasileira* (1995) de autoria de Nelson Werneck Sodré, Bilac aparece citado como poeta. Na parte "Parnasianismo e Simbolismo", as obras citadas são: *Conferências Literárias (1906), Crítica e Fantasia (1904) e Poesias (1949).* No livro *Presença da literatura brasileira II (1968)*, escrito pelos autores Antonio Candido e José Aderaldo de Castello, Olavo Bilac é descrito como "[...] chefe da nossa escola poética [...]" (1968, p. 244) que teve no ensino dedicação constante, publicando em "- colaboração, livros didáticos; organizando antologias" (Candido; Castello, 1968, p. 243). Foram vários livros didáticos, alguns dos quais, segundo Candido e Castello (1968), foram escritos e publicados em parceria com o autor Manoel Bomfim.

E por falar na repercussão da sua obra didática, segundo afirma Marisa Lajolo, "ela é posterior à ampla repercussão de sua obra poética. O que quer que haja de especificamente didático nas suas obras assim rotuladas pode ser uma quase extensão da comunicabilidade fácil de toda sua obra, inclusive a poética" (1982, p. 43). Sua produção didática se estende, segundo Lajolo (1982), por sete livros, de 1899 a 1911 que foram escritos sozinhos ou em parceria com Manoel Bomfim ou Coelho Neto e publicados pela Francisco Alves: *Livro de Composição (1899), Livro de Leitura (1901), Contos Pátrios (1904), Poesias Infantis (1904), Teatrinho Infantil (1905), Através do Brasil (1910) e A Pátria Brasileira (1911).* Os três primeiros:

> [...] não constituem, propriamente, um *fazer:* sua elaboração consistiu mais em uma seleção de textos alheios. Nesse sentido, tais obras são a abertura e o fecho da carreira didática de Bilac. [...] De 1904 a 1910 [...] tempera a mão e acerta o passo (Lajolo, 1982, p. 54 – *grifo da autora*).

Por sua vez, *Poesias Infantis (1904), Teatrinho Infantil (1905) e Através do Brasil (1910),* "exemplificam gêneros literários tradicionais: o conto, a poesia, o teatro e o romance. Em *Contos pátrios* e *Teatrinho infantil*, Bilac divide a autoria com Coelho Neto. Em *Através do Brasil*, com Manuel Bonfim" (Lajolo, 1982, p. 54 – *grifos da autora*). Já *Poesias infantis* (1904) é sua produção exclusiva. É válido ressaltarmos também que, além de escritor, Bilac foi também:

> [...] tradutor e adaptador de livros infantis. Em 1901, traduziu para o português *Max e Moritz*, do alemão Wilhelm Busch, publicado em volume cartonado e colorido pela editora Laemmert. A obra vinha com o título *Juca e Chico*, e organizava-se em torno de sete episódios de travessuras infantis. *Juca e Chico* foi assinado com o pseudônimo de Fantásio (Leão, 2007, p. 406 – *grifos da autora).*

Magalhães Júnior (1974) acrescenta que Olavo Bilac:

> Preparou em seguida os textos de *Para Todos*, *Vida das Crianças* e *Ride Comigo*, todos de autoria de Lothar Margendorff. Por estes, recebeu a importância de 150 mil réis por cada um, da Livraria Laemmert, a 12 de fevereiro de 1902 (1974, p. 245 – *grifos do autor*).

Esses três livros "foram assinados com o pseudônimo de Puck. A tradução de livros infantis já era a alternativa à profissionalização do escritor" (Leão, 2007, p. 406). Contudo, antes de tratarmos especificamente de sua produção didática, resta-nos ainda tratarmos do autor Coelho Neto, seu amigo e parceiro em trabalhos comuns.

Henrique Maximiano Coelho Neto, nasceu no município de Caxias (MA) no dia 21 de fevereiro de 1864 e faleceu em 28 de novembro de 1934 no Rio de Janeiro. É o fundador da Cadeira nº 2 da Academia Brasileira de Letras, que tem como patrono Álvares de Azevedo. Seus pais eram Antônio da Fonseca Coelho e Ana Silvestre Coelho. Tinha ele seis anos quando seus pais se transferiram para o Rio. Estudou os preparatórios no Externato do Colégio Pedro II. Depois tentou os estudos de Medicina, mas logo desistiu do curso, segundo Fernandez (s/d).

Em 1883 matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Transferiu-se depois para Recife, onde fez o primeiro ano de Direito, tendo Tobias Barreto como o principal mestre. Regressando a São Paulo, entregou-se ardentemente às ideias abolicionistas e republicanas. Deu por concluídos os estudos jurídicos, em 1885, e transferiu-se para o Rio. Fez parte do grupo de Olavo Bilac, Luís Murat, Guimarães Passos e Paula Ney. A história dessa geração apareceria depois no seu romance *A Conquista (1899).* Tornou-se companheiro assíduo de José do Patrocínio, na campanha abolicionista. Ingressou na *Gazeta da Tarde*, passando depois para a *Cidade do Rio*, onde chegou a exercer o cargo de secretário. Por essa época começou a publicar seus trabalhos literários.

Em 1890, casou-se com Maria Gabriela Brandão, filha do educador Alberto Olympio Brandão. Do seu casamento teve 14 filhos. Foi nomeado para o cargo de secretário do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que ocupou por apenas alguns meses, e, no ano seguinte, Diretor dos Negócios do Estado. Segundo Fernandez (s/d) essas duas nomeações ocorreram muito provavelmente pelo prestígio de seu sogro Alberto Brandão, "conhecido educador com boas relações com as elites fluminenses

– além de deputado provincial, Alberto Brandão seria também deputado federal de 1891 a 1893" (s/d, p. 1-2).

Em 1892, foi nomeado professor de História da Arte na Escola Nacional de Belas Artes e, mais tarde, professor de Literatura do Ginásio Pedro II. Coelho Netto já tinha um nome literário nacional, em sua produção literária incluíram-se os romances *Miragem*, *Inverno em Flor*, *O Rajá de Pendjab*, *A Conquista* e várias novelas, contos, crônicas, narrativas, poemas, teatro e outros gêneros. Por causa de:

> [...] suas atividades jornalísticas e literárias e por sua rede de sociabilidade, em 1897 foi um dos fundadores, ao lado de Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira de número 2 que tem como patrono Álvares de Azevedo (Fernandez, s/d, p. 2).

Em 1901, desembarcou em Campinas, "[...] onde fez o concurso para lente da Literatura no Ginásio Local, sendo classificado em primeiro lugar" (Netto, 1960, p. 18). A vinda dele para Campinas deve ter sido motivada por uma nova e interessante experiência, pois segundo afirma Netto (1960) possuía bom tirocínio jornalístico, obtido nas campanhas abolicionista e republicana, sobretudo motivado pelo suporte que lhe dera e pelo ânimo nele despertado por José do Patrocínio; tinha ainda ocupado lugar de destaque na administração pública, uma ligeira passagem pelo magistério, desempenhando a função de Lente de História das Artes na Escola Nacional de Belas Artes. Foi, com esse passado, que Coelho Neto se apresentou, com sua família à sociedade campineira.

Em uma época "em que o Rio era convidativo, por vários motivos, que se consubstanciavam no *fin de siècle,* o escritor internava-se na província paulista, depois de sempre ter vivido nos grandes centros" (Netto, 1960, p. 20 – *grifos do autor*). A cidade, no início do século, contava com três diários: *Diário de Campinas, Correio de Campinas* e *Cidade de Campinas (1901),* além de vários periódicos: *Revista Contemporânea (1902)*, *O Discípulo (s/d)*, *O Livro Azul (1904)* e *A Campinea (1904).* Segundo afirma Netto:

> Razões fortes o teriam levado àquela decisão de abandonar o ambiente intelectual e jornalístico, no qual já estava integrado e era respeitado, deixando uma geração de amigos e as oportunidades da capital do país, para se meter numa cidade provinciana, que lhe era desconhecida, por mais simpatia que alguma eventual informação ou notícia de Campinas, lhe houvessem caído à atenção. Viera disposto a radicar-se definitivamente, e, se não o fez, foi por motivos outros e não pelas picuinhas, que vez por outra

> lhe procuravam perturbar os trabalhos intelectuais e de magistério na "Princesa d'Oeste" (1960, p. 20).

De fato, ainda segundo Netto (1960), pode ter sido uma ou outra ironia que sofreu, pela imprensa, contudo isso não apagou a imagem boa que tinha de Campinas e de sua gente. Em 1904, Coelho Neto volta de Campinas:

> [...] para onde embarcara no primeiro ano do novo século, e publicou, pela livraria portuguesa Chardron, dos irmãos Lelo, o livro de leitura *Apólogos*. Na cidade paulista, tornara-se professor de Literatura do ginásio local. Três anos após, Neto ocupava a cátedra de Literatura do Externato do Ginásio Nacional, antigo Imperial Colégio Pedro II, e publicou *Assistência à Infância.* Jacinto Ribeiro dos Santos publicava, em 1911, a *Alma – educação feminina,* quando Neto foi nomeado professor de História do Teatro e de Literatura Dramática, na Escola Dramática Municipal do Rio de Janeiro (Leão, 2007, 406 – *grifos da autora*).

Alma é uma obra de leitura de uma moralidade especial. Ela é destinada:

> a formar uma boa dicção e estimular a recitação nas meninas que frequentavam os colégios. Funcionou como tratado de pedagogia analítica para a alma feminina, por isso dedicado às filhas Marieta, Dina e Violeta, mimos paternais do autor e primeiras leitoras (Leão, 2007, p. 406).

Dessa forma, *Alma* é analisada sob a perspectiva da história da educação e das relações de gênero no início do século XX. O trecho destaca como a literatura infantil e juvenil da época funcionava como uma ferramenta pedagógica para moldar o comportamento e o papel social das mulheres.

Em 1910, foi nomeado professor de História do Teatro e Literatura Dramática da Escola de Arte Dramática, sendo logo depois diretor do estabelecimento. Eleito deputado federal pelo Maranhão, em 1909, e reeleito em 1917. Foi também secretário geral da Liga de Defesa Nacional e membro do Conselho Consultivo do Teatro Municipal. Sua obra literária completa conta com mais de 120 volumes publicados e "mais de três mil contos, fábulas, palestras, conferências, discursos, mensagens, saudações, poesias, hinos esportivos e patrióticos" (Fernandez, s/d, p. 3).

Além disso, Coelho Neto "fundou, dirigiu e colaborou com cerca de 57 revistas e jornais no Brasil e no exterior" (Fernandez, s/d, p. 3), sendo que as revistas de maior destaque, segundo Fernandez (s/d) são: *O Meio – Revista Social, Política, Literária e Artística (1889), A Política – Revista Combativa e Ilustrada (1918)* e *Atlética – Revista Literária, Artística e Esportiva (s/d).*

Dessa maneira, por fazer parte da geração de 1870:

> [...] caracterizada pelo espírito científico e militante, acreditava no poder transformador das ideias científicas e da educação para conquistar uma sociedade moderna civilizada baseada na evolução e no progresso. Por esses ideais, em toda a sua obra revela-se uma inquietação com a questão nacional. Para ele, o conceito de nação precisava ser construído a partir de três alicerces: a educação, voltada para os ensinamentos cívicos, a política, através de uma ação política que valorizasse a história e os símbolos nacionais e, por fim, o esporte, cuja principal qualidade seria a disciplina. Esse ideário nacional deveria ser elaborado por uma elite intelectual formada por homens de larga cultura e preparo para criar o "ideal do cidadão brasileiro" que permitiria que o Brasil se revelasse como uma nação civilizada. Dentro desse espírito, participou da fundação da Liga da Defesa Nacional em 7 de setembro de 1916, juntamente com Olavo Bilac, Pedro Lessa, Félix Pacheco, Miguel Calmon, Rui Barbosa e o então presidente da República Venceslau Brás, entre outros. Tornou-se membro do diretório central da liga (Fernandez, s/d, p. 3-4).

Olavo Bilac foi um dos fundadores da Liga da Defesa Nacional e contextualiza o pensamento ideológico: para que o projeto civilizatório dessa elite intelectual masculina funcionasse, a sociedade precisava ser dividida rigidamente por papéis de gênero.

Quanto à terceira pesquisa feita com os dados biográficos, foi possível constatar nela que Afonso Celso de Assis Figueiredo Junior nasceu em 31 de março de 1860 e faleceu no Rio de Janeiro, em 11 de julho de 1938. É filho de dona Francisca de Paula Martins de Toledo e de Affonso Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto). Seu pai teve atuação significativa no Segundo Império, pois, segundo Bastos (2002), pertenceu ao partido Liberal monarquista e foi fundador do *Tribuna Liberal.* Afonso Celso, após se formar na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1881 concorreu ao Parlamento. Assim:

> [...] contra o descendente de um homem notável militavam: primeiro, a pesada responsabilidade da tradição que cumpria zelar e desenvolver; depois, as atitudes de antemão fixadas para com indivíduos e acontecimentos; em terceiro lugar, os ódios, as prevenções, as invejas, a má vontade que, não raro, assaltavam o estreante, simplesmente porque era filho do seu pai (Celso, 1901, p. 14).

Em 1882, assumiu o cargo no parlamento "como um novato republicano entre velhos monarquistas – grupo em que o Visconde de Ouro Preto estava inserido" (Conti, 2023, p. 2). Apontado como sendo "um dos *filhotes*, característicos da corrupção monárquica" (Conti, 2023, p. 11 – *grifo da autora*) e "a responsabilidade de dar continuidade aos atributos políticos do pai" (Conti, 2023, p. 11), são apontados "em suas memórias como grandes dificuldades no exercício do cargo, além de sua posição enquanto republicano" (Conti, 2023, p. 11). De uma maneira geral, "sempre

que ocupava a tribuna a fim de falar sobre a nova forma de governo era interpelado pelos políticos mais tradicionais que alegavam ainda viverem sob o Império" (Conti, 2023, p. 17). Em 1889, com a Proclamação da República:

> [...] o Imperador e o Visconde de Ouro Preto foram exilados e Afonso Celso partiu para ao exílio junto de seu pai e acompanhado por sua filha Maria Eugênia, acometida por uma doença para a qual buscavam a cura na Europa (Conti, 2023, p. 2).

Nesse período do exílio, Afonso Celso aproximou-se de D. Pedro II, "relação essa que resultou em várias obras do autor e reafirmou o mote 'republicano no Império, monarquista na República' largamente utilizado para caracterizá-lo (Conti, 2023, p. 2). Ao retornar do exílio, foi aceito como sócio efetivo do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) em 2 de dezembro de 1892. Isso ocorreu pela publicação segundo afirma Conti (2023) da obra *Vultos e Fatos (1892)* na qual:

> [...] apontou no capítulo sobre Pedro II (transformado, posteriormente, na obra *O Imperador no Exílio* - publicada no ano seguinte) as conversas tidas com o imperador deposto no exílio e os motivos para acreditar que, no Brasil, a forma monárquica era superior à forma republicana de governo (Conti, 2023, p. 5 – *grifos do autor*).

Essa obra serviu "como prova literária para seu ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), lugar criado sob a proteção do Imperador e que se mantinha em tensão nos primeiros anos da República" (Conti, 2023, p. 5). Dessa forma, sendo:

> [...] monarquista declarado, Afonso Celso e seu pai sofreram uma tentativa de homicídio durante a Guerra de Canudos, por acreditar-se que os monarquistas do Rio de Janeiro financiaram o grupo de Antônio Conselheiro. Esse episódio rendeu um novo exílio no Velho Mundo e resultou em uma diminuição da presença das críticas ao governo nas obras de Afonso Celso. Entre estas polêmicas políticas, sua participação no IHGB era baixa, em comparação ao que seria no futuro (Conti, 2023, p. 5).

Em 1906, foi eleito como orador desse instituto permanecendo na função até 1912. "[...] Apresentou um modelo de retórica, já experiente desde a juventude na faculdade de Direito e depois como parlamentar" (Conti, 2023, p. 107). E em 1912 iniciou a presidência dele, na qual permaneceu até 1938. Como presidente:

> representou papel imprescindível juntamente com Ramiz Galvão e Max Fleiuss. Os três figuram como os sócios mais importantes para a instituição na primeira metade do século XX. Fleiuss, secretário perpétuo por quase quarenta anos, representou um protagonismo notável na presidência de Afonso Celso, sempre envolvido na proposição e organização dos principais eventos promovidos pelo IHGB entre 1912 e 1938. Além da participação no

> IHGB, seu ufanismo e o catolicismo marcaram fortemente a sua concepção histórica (Conti, 2023, p. 107).

Católico fervoroso, recebeu o título de Conde papal que lhe foi concedido durante o pontificado do Papa Leão XIII pela Santa Sé em 1901, além da condecoração “Pro Ecclesia et Pontifice”. Essas duas concessões demonstram, como já foi dito, o catolicismo do autor e a aproximação com a Igreja “que pode ser conferida ainda em outros momentos de sua vida, registrados em algumas de suas obras, seja como fatos, seja enquanto concepção de história” (Conti, 2023, p. 3).

Em 1897, inseriu-se também entre os membros da Academia Brasileira de Letras. Assim, “com essas participações em instituições culturais, Afonso Celso partilhou dos debates e dos pensamentos dos membros destes locais em vários assuntos, principalmente, a política” (Conti, 2023, p. 2). Era autor de inúmeras obras literárias:

> *Um capricho do Doutor Ox,* tradução de Julio Verne, em 1874; P*relúdios,* poesias (1875); *Devaneios,* poesias (1877); *Telas sonantes,* poesias (1879); *Poemetos* (1880); *O Imperador no Exílio (Magalhães, 1893); Minha Filha* (1893); *Lampejos sacros* (poemas); *Mês do rosário* (poemas); *Notas e ficções* (Garnier, 1894); *Lupe,* romance com um capítulo intitulado “Salve, Brasil” (1894); *Rimas de outrora* (1894); *Vultos e fatos* (1892, quarta edição: 1896); *Aos monarquistas* (1895); *Guerrilhas* (1895); *O Assassinato do Coronel Gentil de Castro*. Subsídios para a história do regime republicano no Brasil (1897; 1929); *Giovannina,* drama (1896); *Imitação de Cristo,* em versos (1898; 1914); *Um invejado* (1894-95); *Biografia de José Vieira Couto Magalhães* (1898); *Trovas de Hespanha* (1904); *Oito anos de Parlamento*, suas memórias como deputado (Melhoramentos, 1901); *As aventuras de Manuel* (1903); *Poesias escolhidas* (1904*); O Visconde de Ouro Preto* – excertos biográficos (Globo, 1935); *Poder pessoal de D. Pedro II.* Colaborou em inúmeros periódicos: *Tribuna Liberal* (SP); *Gazeta de Sorocaba* (SP); *Tribuna Liberal* (RJ); *Brasil* (RJ); *Revista Brasileira*, periódico de intensa reafirmação nacional; e outros. Durante anos, colaborou com o *Jornal do Brasil*, onde criou a seção “Cotas aos Casos” (Bastos, 2002, p. 7 – *grifos da autora*).

Contudo, em toda a sua trajetória, segundo Conti, a obra que lhe rendeu mais prestígio foi *Porque me Ufano Do Meu País*, pois “novas edições, traduções para diferentes línguas e a utilização como material didático durante a Era Vargas são algumas das marcas positivas de sua recepção” (2023, p. 3). O livro ainda segundo afirma a autora serviu para sistematizar a questão do ufanismo que contribuiu para “fomentar a identidade nacional na virada do século XIX para o século XX. Essa contribuição o levou a ser conhecido também como “chefe venerável do patriotismo brasileiro” (Conti, 2023, p. 3).

A escrita da história para Afonso Celso, segundo afirma Conti (2023), não fugiria do providencialismo. Fortemente influenciado pelo Ultramontanismo, “movimento que representou uma reação ao mundo moderno e a todo o conjunto de novas ideias que, começando a se esboçar nos séculos XV e XVI” (Conti, 2023, p. 128), adquiriram os seus contornos definitivos após a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Afonso Celso apresentando-se como crítico da crença no crescimento dos avanços técnico-científicos como motor do mundo, reafirma, mais uma vez, “o papel da Providência como esse motor do desenvolvimento humano” (Conti, 2023, p. 108).

Nessa concepção de história [a Providência], segundo afirma Guimarães (2003, p. 10): “faz-se presente em toda a parte. E mais, sempre se mostrando diligente e operosa. Causa primeira e última pode ser invocada como razão de ser de todos acontecimentos e situações”. Era considerado como “ultramontano, ufanista, monarquista, nostálgico […] Essas características não eram reprovadas pelos lugares em que Afonso Celso circulou” (Conti, 2023, p. 108). Em alguns casos, elas faziam parte das práticas adotadas pelas instituições, como exemplo o alinhamento entre a “memória de Pedro II como patrono do Instituto [Histórico] mesmo na república e o discurso político de Afonso Celso como crítico da república e a favor de uma restauração monárquica no Brasil” (Conti, 2023, p. 108).

Dessa forma, a função de presidente exercida por Afonso Celso marca a história do Instituto, assim como “marca as delimitações do ser historiador neste lugar e os vários usos, sobretudo, políticos, que essa escrita da história terá nas décadas seguintes” (Conti, 2023, p. 108).

Veríssimo destacou-se nesse período pela sua preocupação com uma educação voltada para o povo “[...] que atendesse às necessidades de modernização da época, com o objetivo de incluir os brasileiros em um projeto nacional de educação” (Agra; Costa, 2023, p. 249). Essa ideia de nação e a de nacionalismo moderno por extensão, tem as suas raízes:

> [...] no romantismo de Rousseau para quem o amor à pátria é o meio mais seguro de se tornar cidadão, e a constituição do Estado moderno a via necessária para a garantia da felicidade e liberdade de todos. É por isso que Veríssimo insistirá tanto na ideia de que as raças miscigenadas são apátridas. Ele via nos grupos humanos miscigenados do Pará, por exemplo, a total ausência de sentimento pátrio ao tempo em que constatava, por parte do governo republicano, um absoluto descaso para com as condições de

> existência dessas populações. Como a constituição do Estado-nação era fato, portanto irremediável e por isso necessário, ele, estrategicamente, investirá em um discurso fortemente político ao colocar a educação escolar pública como a medida mais imediata e necessária do governo republicano. Mas a estratégia de Veríssimo vai mais além quando, baseado em Herder – filósofo e historiador do romantismo alemão, para quem a história constitui o homem e que, portanto, não há uma natureza que nos torne humanos –, coloca em pauta a ideia de que a nação brasileira só se constituiria como tal na medida em que produzisse uma cultura também brasileira. Por isso, ele será um árduo defensor de uma literatura brasileira. (Araújo, 2010, p. 311).

Intelectuais brasileiros como José Veríssimo vivenciaram a:

> transição do império para a República em meio a uma formação política, filosófica e sociológica importada da Europa e dos Estados Unidos da América em que prevaleciam interpretações liberais, positivas e evolucionistas do mundo e das sociedades humanas. É evidente que, ao serem transpostas para a compreensão da realidade brasileira em particular, estas interpretações acabaram por apresentar vários desdobramentos (Araújo, 2010, p. 305).

A preocupação de Veríssimo estava centrada “na formação do novo cidadão nacional e a exigência era que se organizasse uma nova maneira de viver em sociedade, à luz da educação nacional” (Agra; Costa, 2023, p. 251). Por isso, ele declarou que, uma das reformas mais necessárias, nesse período, era o livro de leitura escolar, visto que se dispunha, até então, predominantemente do livro estrangeiro. Além disso, o isolamento, muitas vezes secular, entre as regiões brasileiras, também se colocava entre as tantas outras dificuldades, pois:

> Encarando o sentimento nacional como um bem superior a ser posto em prática no país, cuja origem e fim era a pátria, chamava a atenção para o fato de que os brasileiros, isolados ora nas capitanias ora nas províncias, desenvolveram antes o sentimento local que o nacional. Alheios à pátria e mantendo relações mais diretas com a metrópole, isto é, Portugal, não se viam fazendo parte de uma nação. Esse provincianismo, conhecido também como bairrismo, que hostilizava e desprezava brasileiros de outras províncias, alimentou as ideias separatistas em todo o país. Além do mais, a falta de organização da instrução pública contribuía para agravar e manter esse isolamento (França, 2004, p. 12).

Com isso, “[...] durante muito tempo, foi grande o êxodo de crianças e jovens que aqui iam estudar na Europa, principalmente em Portugal” (França, 2004, p. 13). Isso fez com que eles se identificassem com os costumes e as tradições daquela nação europeia. Por isso, considerando a extensão dos problemas e a gravidade dos obstáculos, Veríssimo afirmou em sua obra intitulada *A Educação Nacional (2013)* que o nosso livro de leitura deveria ser:

> [...] brasileiro, não só feito por brasileiros, que não é o mais importante, mas brasileiro pelos assuntos, pelo espírito, pelos autores transladados, pelos poetas reproduzidos e pelo sentimento nacional que o anime. [...] Nos mostrem o que é, onde e como se cultiva a borracha, quais os seus empregos e qual a higiene pessoal do seringueiro; que nos inculquem as noções mais claras, mais exatas e mais novas sobre a cultura do café, do cacau, da cana ou do algodão, sobre as indústrias pecuárias ou as indústrias caseiras; como nós poderíamos fazer o queijo e a manteiga ou como se constrói e, principalmente, como se deve construir a casa brasileira para que ela satisfaça as exigências da higiene, do conforto e das necessidades especiais do nosso clima (Veríssimo, 2013, p. 79).

Definiu-se, então, uma tarefa ideológica verdadeira de se elaborar uma literatura escolar com os valores nacionais e o modelo culto da língua portuguesa tradicional que fosse adequado à "nova" nação. Dessa maneira:

> [...] A extinção do trabalho escravo, o crescimento e a diversificação da população urbana, a incorporação progressiva de levas de imigrantes à paisagem da cidade, a complexidade crescente da estrutura administrativa são sinais de uma nova situação. E são eles que começaram a configurar a existência de um virtual público consumidor de livros infantis e escolares, dois gêneros que também saem fortalecidos das várias campanhas de alfabetização deflagradas e lideradas, nesta época, pelos intelectuais, políticos e educadores. (Lajolo; Zilberman, 1988, p. 15).

Ganham destaque as campanhas em prol da educação que são resultados dessa nova situação política e das inúmeras necessidades observadas nela. Em um contexto favorável, surgem então:

> os livros para leitura das crianças como suporte para o projeto republicano de educação. A literatura infantil e educação no Brasil sempre andaram juntas, pois os livros produzidos atendiam, em sua maioria, a uma necessidade da educação (Machado; Martineli, 2017, p. 517).

Os livros então produzidos no contexto da primeira república "caracterizavam-se como a primeira manifestação consciente da produção de literatura específica para crianças" (Machado; Martineli, 2017, p. 517) ou, em outras palavras, a "[...] primeira tentativa de realização de uma literatura para crianças" (Coelho, 2000, p. 341). Fica hoje muito claro que "[...] a Literatura Infantil, no Brasil, só começou a esboçar-se nos fins do século passado, quando a preocupação educacional se tornou realidade" (Carvalho, 1982, p. 127). Dessa forma:

> A viabilização na produção de livros infantis brasileiros culminou no aumento significativo de livros e autores desse gênero. Ela não aconteceu fortuitamente, pois se concretizou no contexto da tentativa de se concretizar uma modernização sociocultural via escola, isto é, no contexto do movimento das reformas da educação que buscava criar uma escola republicana racionalmente organizada, de acordo com o projeto republicano de nacionalização e modernização do Brasil (Machado; Martineli, 2017, p. 517).

Irene Rizzini (2011) afirma também que a Primeira República (1889-1930) foi um período crucial ao consolidar uma abordagem assistencialista e repressiva em relação à infância pobre no Brasil, que a autora chamou de "cultura menorista". A questão da infância pobre e abandonada nesse período passou a não ser vista como um tema de direitos ou política social universal, mas sim como um problema de ordem social e de segurança pública. Dessa maneira**,** a elite republicana temia que essa população representasse uma ameaça à ordem e à paz social na capital e nas cidades em crescimento.

Havia segundo ela, um discurso ideológico de que investir na infância era necessário para "civilizar o país" e para construir uma nação moderna brasileira. No entanto, ela tinha uma perspectiva de controle social**,** visando a disciplinar e tutelar os filhos das classes populares, mantendo-os à margem da sociedade cidadã. A contradição desse período era que enquanto o discurso oficial tratava da civilização e do progresso, as ações políticas “materializavam” uma exclusão social de uma grande parcela da população infantil que estava a serviço dos interesses das elites que estavam no poder.

Assim sendo, segundo ela o período da Primeira República solidificou um modelo que tratou a criança e o adolescente de forma desigual, dependendo de sua classe social, e que marcou o "século perdido" das políticas públicas para a infância no Brasil. Além disso, no que diz respeito à implantação dos grupos escolares e a nova arquitetura escolar na Primeira República Rosa Fátima de Souza (1998) afirma que eles foram partes importantes na integração de um projeto político e social mais amplo, que visava construir a ideia de nação, difundir os ideais republicanos e “civilizar” a população.

A nova organização escolar baseava-se em princípios de racionalidade científica, divisão do trabalho e hierarquização, o que determinou a distribuição dos espaços internos dos prédios, as atividades dos professores e a função da direção. Segundo a autora, os edifícios escolares monumentais e com padrões arquitetônicos específicos tinham a função de fixar a nova visão de escola e o valor social da educação republicana, simbolizando o progresso e a modernidade. Mas o projeto pedagógico, apesar de moderno no discurso, tinha um caráter conservador e disciplinador, buscando moralizar e incutir hábitos "salubres" e regras de sociabilidade

na população, especialmente nas camadas urbanas de baixa renda, segundo afirma Rizzini (1998).

Dessa maneira, autores como Figueiredo Pimentel, Manoel Bomfim, Júlia Lopes de Almeida, Zana Rolim, Olavo Bilac, Coelho Neto, Afonso Celso, entre outros escreveram suas obras didáticas e paradidáticas, “obras representativas e bem-sucedidas [...]” (Simões Junior, 2015, p. 69) desse período, seguindo as diretrizes traçadas por Veríssimo. Nessa perspectiva, o trabalho inicial desta tese, foi fazer um levantamento bibliográfico das obras que foram utilizadas no ensino primário, e, nos exemplares desse tipo de literatura, notou-se um fato comum, o fato da maioria dessas obras ser escrita por um mesmo autor: Olavo Bilac.

Seguindo na direção da proposta inicial, foram elencadas as obras selecionadas: *Porque me Ufano do Meu País (s/d)* escrito por Afonso Celso, *A Terra Fluminense:* Educação Cívica (1898) de Olavo Bilac e Coelho Neto, *Poesias Infantis (1929)* escrito por Olavo Bilac, *A Pátria Brasileira (1930)* de Olavo Bilac e Coelho Neto, *Livro de Composição para o Curso Complementar das Escolas Primárias (1930)* escrito por Bilac e Bomfim, *Livro de Leitura para o Curso Complementar das Escolas Primárias (1935)* de Bilac e Bomfim, *Teatrinho Infantil:* Livro para Crianças (1949) escrito por Aberto Figueiredo Pimentel e *Contos Pátrios:* Educação Moral e Cívica (2001) de Olavo Bilac e Coelho Neto.

Assim, após leituras e análises dessas obras, constatamos que elas foram escritas por vários autores, apresentam gêneros distintos como poesia, teatro, tratados escolares de composição e leitura. Dessa forma, as obras que mais se destacaram nesse processo, por apresentarem acentuadas divergências na construção consciente do nacionalismo foram *Porque Me Ufano do Meu País,* escrita por Afonso Celso, e *A Pátria Brasileira*, de autoria de Olavo Bilac e Coelho Neto. Por isso, segundo afirma Simões Junior:

> As acentuadas divergências entre *Porque me Ufano do Meu País* e *A Pátria brasileira* tornam evidente que, na construção consciente do nacionalismo, pode haver entendimentos conflitantes acerca do que merece ser lembrado e do que deve ser esquecido (2015, p. 89 – *grifos do autor*).

Em suas análises o que importa, ainda segundo o citado autor, é “considerar os recursos empregados pelos autores para esconjurar os perigos que ameaçavam a jovem República brasileira mediante a formação de ‘brasileirinhos’” (Simões Junior,

2015, p. 69). Dessa forma, analisam-se essas duas obras como produções bem-sucedidas da literatura paradidática da primeira república, ainda não extensivamente estudadas conforme considerações abaixo. Essa produção didática e paradidática tornou também:

> [...] compreensível, com engenho e arte, a ideia de Nação Brasileira de modo a estimular o sentimento de fraternidade e vínculo coletivo entre as crianças, independentemente de sua origem regional, social ou étnica [...] Sendo estrangeiras ou filhas de imigrantes, que pudessem, ao menos, sentir gratidão pelo rico e generoso país que as acolhia (Simões Junior, 2015, p. 89).

A essência da ideia de nação que estamos afirmando está intimamente dependente de coisas que devem ser lembradas e outras que devem ser esquecidas pelas pessoas. Isso corresponde a uma “comunidade imaginada”, usando o termo de Benedict Anderson (2008). Ela pertence a um imaginário e representa um simbolismo. É imaginada, porque, mesmo em uma sociedade “concreta”, as pessoas nunca se conhecem, integralmente, umas às outras, mas compartilham de signos e símbolos comuns, que as fazem pertencentes e reconhecidas como integrantes de um mesmo espaço imaginário. E o que distingue uma nação da outra são os recursos utilizados e o estilo como são imaginadas.

Contudo, antes de analisarmos especificamente essas obras, foi necessário, fazermos mais uma pesquisa no *site* da CAPES, no qual buscamos as dissertações ou teses ligadas a *Porque me Ufano do Meu País* e *A Pátria Brasileira.* Da nossa parte, ela foi fundamental para conhecermos o que já tinha sido escrito sobre as obras, seus editores e os seus autores.

As dissertações e tese encontradas são: *Uma terra sem formigas:* o ufanista brasileiro (1998) de Evandro Luis von Sydow Domingues, *Brasil, um país novo:* literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância na Primeira República (2007) escrito por Patrícia Santos Hansen, *Os nacionalismos nos livros de leitura da Primeira República (1889-1930)* de Karla Goularte Sivla (2010), *Pátria, nação, o povo brasileiro na produção didática de Manoel Bomfim e Olavo Bilac:* Livro de Leitura (1889) e Atravez do Brasil (1910) escrito por Alexsandro do Nascimento Santos (2010), *Leituras do passado para a infância brasileira:* cultura histórica e livros de leitura (1909-1917) de Rômulo Rafael Ribeiro Paura (2014) e *Através da pátria*

brasileira: possibilidades de narrativa acerca do indígena brasileiro nos livros de leitura da Primeira República (2016) escrito por Helena Azevedo Paulo de Almeida.

Dessa maneira, partindo das leituras e análises feitas nas dissertações e tese encontradas, foi possível observar que Domingues (1998) discute a questão do ufanismo, examinando suas marcas autoritárias. O *corpus* do trabalho privilegia a obra de Afonso Celso e os romances *Lupe* e *Giovannina,* por meio de uma discussão da relação entre literatura e ideologia.

Hansen (2007) analisa a literatura cívico-pedagógica na Primeira República do Brasil e a sua influência na construção de um ideal de infância brasileira. *A Pátria Brasileira (1930)* segundo a autora tratava exclusivamente de episódios históricos narrados em ordem cronológica. Ela refletia o ideal de formar cidadãos conscientes e dedicados no contexto da Primeira República, período de construção de uma identidade nacional e de consolidação do Brasil como uma nação moderna e civilizada.

Silva (2010) analisa a produção e a vulgarização do conhecimento histórico do Brasil em obras didáticas voltadas para a formação cívica e moral das crianças no início do século XX. *A Pátria Brasileira (1930)* se insere em tal período segundo a autora, pois reflete o ideário de educação como instrumento de transformação social e de formação de uma identidade nacional. A obra combina elementos de história e civismo, sendo um exemplo de livro de leitura que buscou formar cidadãos e promover também o nacionalismo patriótico.

Santos (2010) analisou a obra *Prática da Língua Portuguesa - Livro de Leitura para o curso complementar (1889)* e *Através do Brasil (1910)*, ambos escritos por Olavo Bilac e Manoel Bomfim. Ele concluiu que a primeira obra se enquadra no modelo de antologias e a segunda no modelo de narrativa de livro único. Mas ambas trazem segundo o autor, como marco fundador da nação brasileira, a Independência do Brasil e também ajudaram na construção da identidade nacional brasileira

Paura (2014) afirma que a obra *A Pátria Brasileira (1930),* junto com os demais livros por ele analisados (*Minha Terra, Minha Gente (1916)* de Afrânio Peixoto e *Nossa Pátria (1917),* escrito por Rocha Pombo), foi utilizada nas escolas primárias e possuía um alto teor moral e cívico, voltado para a formação do cidadão patriótico republicano. Assim, analisando os aspectos comuns e divergentes entre essas obras, conclui que

elas giram em torno de seus diferentes personagens, temas e os acontecimentos, referentes ao passado brasileiro.

Já Almeida (2016) afirma que a obra de Bilac e Coelho Neto foi utilizada “[...] principalmente em escolas do interior como única fonte física de material escolar” (Almeida, 2016, p. 14). A autora discorre acerca de duas vertentes principais: a Romântica e a de Varnhagen sobre o lugar do índio na constituição da sociedade brasileira.

Diante disso, o objetivo da tese é apresentar e analisar as diferenças em relação ao que, segundo Afonso Celso, Olavo Bilac e Coelho Neto, deve ser lembrado e esquecido na história nacional na obra *Porque me Ufano do Meu País* e em *A Pátria Brasileira.* Faremos isso explorando os recursos literários (a maneira como foram caracterizados fatos históricos, personagens e os recursos naturais do país), isto é, aspectos que foram valorizados e utilizados na composição, inclusive, os recursos estilísticos mobilizados por eles na composição dessas duas obras.

Argumentamos como hipótese de trabalho que, de um lado Afonso Celso, e de outro Olavo Bilac e Coelho Neto “aceitaram” o chamado de Veríssimo e tentaram contribuir para a formação de uma comunidade imaginada. As divergências entre eles, que o estudo vai mostrar através da análise, demonstram com clareza a diversidade de projetos político-sociais vigentes no Brasil na virada de séculos. E a escola, ao invés de ser lugar acolhedor para as crianças, tornou-se campo de batalha de diferentes concepções de Brasil. Concepções esposadas pelos três autores.

SEÇÃO 2.0: A INSERÇÃO DOS TRÊS AUTORES NA PRODUÇÃO PARADIDÁTICA: CRÍTICA E RECEPÇÃO

Nesta seção, tratamos da produção didática de Olavo Bilac. Em 1899, ele se associa pela primeira vez ao autor Manoel Bomfim e submete ao Conselho Superior de Instrução Pública da Capital Federal "os originais *do Livro de composição para o curso complementar das escolas primárias,* os quais se faziam acompanhar do correspondente *Livro de Leitura"* (Sêjo, 2021, p. 3 – *grifos da autora*), publicados pela editora Francisco Alves.

Eles pretendiam "não apenas a aprovação, mas também solicitavam àquele órgão a impressão das obras à custa da municipalidade" (Sêjo, 2021, p. 3), pois estavam cientes que "não existia, na literatura escolar brasileira, um guia de composição, que servisse de modelo para prática da linguagem escrita" (Bilac; Bomfim, 1910, p. XI). Assim, "os autores contavam serem atendidos em seu pleito, o que de fato aconteceu" (Sêjo, 2021, p. 3).

Os dois livros foram encaminhados para o Conselho "ainda em 1898, período em que Bomfim estava como diretor do Pedagogium (o que significava, certamente, alguma influência na aprovação da obra pelo Conselho)" (Santos, 2010, p. 34). E a essa altura, Francisco Alves "já era, praticamente, o editor-livreiro mais importante na área de livros escolares" (Santos, 2010, p. 34). Assim, como afirma Leão:

> Em 1899, Manuel Bonfim tomou posse como diretor da Instrução Pública do Distrito Federal e nomeou Olavo Bilac diretor do Pedagogium. Então, convidou o poeta para escrever o *Livro de Composição,* amplamente adotado nas escolas do Distrito Federal e de vários Estados. Ainda em colaboração com Bonfim, no ano de 1900, foi publicado o *Livro de Leitura* (2007, p. 405 – *grifos da autora*).

O *Livro de Composição* está segundo afirma Nonato:

> [...] entre os dispositivos materiais que dão corpo ao modelo de ensino de língua portuguesa qualificado. Destinado "para o curso complementar das escolas primárias" (conforme indicado em seu subtítulo), ou seja, para o nível intermediário de escolaridade, na transição entre as séries iniciais da escola primária e as séries mais adiantadas, relativas ao ensino secundário, a obra participa da progressiva relevância que o impresso escolar assume no processo de confecção da forma escolar entre nós, particularmente de sua vocação taxonômica, do processo de especialização de seus saberes e de homogeneização de seus modos e formas de trabalho, conforme a escolarização vai-se lenta e difusamente consolidando no país (2019, p. 1286-1287).

O índice desse processo de homogeneizar o método de ensino, a especialização dos saberes e os índices dessa vocação são:

> a estruturação da obra conforme a subdivisão da coletânea de textos nela apresentados em oito tipos ou gêneros textuais (enumerações; exposições; narrações; descrições; contos; cartas; dissertações e resumos), consistindo, cada qual, em uma unidade de trabalho didático em torno da prática de *composição.* A qualificação desses tipos ou gêneros textuais em termos técnicos é explicitada, em discurso expositivo, em uma seção introdutória denominada "Notas preliminares", unicamente no início das unidades didáticas voltadas às narrações, descrições, cartas e dissertações. Cada uma dessas oito unidades didáticas comporta a proposição de um tema ou assunto sobre o qual deve incidir a tarefa de produção escrita (Nonato, 2019, p. 1287 – *grifos do autor*).

Dessa forma, esses livros escolares voltados para o ensino da "composição":

> Não apresentavam uma vinculação explícita com algum livro voltado para o ensino da leitura. Circulavam como materiais independentes de uma obra similar para a leitura e poderiam ser utilizados por professores e estudantes. Também circulavam fora dos muros escolares, de acordo com os levantamentos realizados por Fernandes (2001) (Santos, 2010, p. 74).

Olavo Bilac e Manoel Bomfim, no *Livro de Leitura:*

> Privilegiaram textos de muitos brasileiros contemporâneos e traduções de Buffon, Cooper, Daudet, Diderot, Flaubert, Goethe, Rousseau e Zola, entre outros estrangeiros. Os portugueses não foram esquecidos, mas figuraram no volume em pequeno número, representados por autores consagrados como, por exemplo, Garrett, Herculano, Camilo Castelo Branco e Ramalho Ortigão (Sêjo, 2021, p. 4).

A maior parte dos autores brasileiros privilegiados no *Livro de Leitura* está segundo afirma Santos (2010) inscrita "nas redes de convívio de Olavo Bilac e Manoel Bomfim, Machado de Assis, Coelho Neto", [...] (Santos, 2010, p. 76). Ainda segundo o próprio autor:

> A antologia (ou seleta) apresenta-se como uma espécie de investimento de uma "biblioteca sem muros", que erige de determinadas obras, consideradas modelares, ou, por algum motivo, relevantes e legítimas para determinada finalidade. É, nesse sentido, uma escolha pautada por contextos de sua época, intencionalidade de seus produtores e selecionadores, projeções sobre seu público e projetos/desejos de imposição a respeito de como deverá se dar sua leitura e fruição (Santos, 2010, p. 76).

Dessa forma, essa coletânea:

> Como qualquer outra, elegeu e disseminou, junto com o cânone que ordenou, uma certa organização e seleção de vozes discursivas que – explicitamente ou não – deseja impor. Se em todos os livros e coleções há um desejo de impor uma "ordem" certamente, as antologias literárias foram e são responsáveis por uma articulação entre uma ordem ideológica, que é comum às demais formas de organização, mas também uma centralidade e cuidado

> explícitos quanto a ordem dos modos privilegiados e legítimos de escrever/ler (Santos, 2010, p. 78).

Contos Pátrios é a primeira obra didática escrita em parceria com Coelho Neto que apresenta em sua natureza um:

> Limítrofe entre literatura e material didático. É literária pelo gênero (definido a partir do título) e didática (ou, numa acepção mais moderna, paradidática) pelos objetivos, conotados pela dedicatória – "Para as crianças" – pela coleção em que se insere – Biblioteca dos Jovens Brasileiros – e pela rubrica – Educação Moral e Cívica – que coroa a capa cartonada do volume. O catálogo da Francisco Alves [...] apresenta a obra em questão como "apropriada para crianças de ambos os sexos", e o autor, emudecido, renuncia a advertências e prefácios (Lajolo, 1982, p. 60).

A obra teve, segundo afirma Lajolo (1982), uma produção repentina, pois os dois autores, estando endividados, teriam ido à Editora Francisco Alves e dado duas opções ao livreiro: "O que lhe interessa mais? Um romance de aventuras, ou uma antologia de contos infanto-juvenis? Escolhida a segunda sugestão, quatro dias depois tinha o editor em mãos o original de *Contos pátrios*" (Lajolo, 1982, p. 61 – *grifos da autora*).

Além disso, a escrita da obra teria como finalidade "resolver dificuldades financeiras do poeta parnasiano, que fora obrigado a exilar-se em Minas Gerais durante a Revolta da Armada" (Simões Junior, 2015, p. 75). Também como afirma Leão:

> Em maiores detalhes: os amigos começaram a escrever o livro numa terça-feira, no sábado estava tudo pronto, e segunda-feira levaram-no ao livreiro Francisco Alves, que por ele pagou três mil réis [...] O contrato da venda dos *Contos Pátrios* foi assinado em primeiro de fevereiro de 1896, e a escritura, lavrada no tabelião Brito. Alves, porém, só os viria a publicar em 1904, oito anos após. Talvez por senso de oportunidade. Os *Contos Pátrios* foram incluídos na *Biblioteca dos Jovens Brasileiros* e como subtítulo obtiveram educação moral e cívica. Coelho Neto abriu o volume com *A Fronteira,* para Bilac fechá-lo com *A Civilização.* Os outros contos tratavam de temas que iam da piedade religiosa aos valores da ordem social, como a crença na autoridade, nos poderes da natureza, no dever e no exemplo. Os princípios do bom cidadão eram passados através das lições de moral baseadas na obediência (2007, p. 402 – *grifos da autora*).

Dessa maneira, era de se esperar que:

> Os contos da antologia obedecessem à rígida estruturação que, na época, caracterizava o gênero. Devia, assim, manifestar-se uma ação progressivamente desenrolada do início ao epílogo, restabelecendo-se, no fim, o equilíbrio do universo ficcional. Se tais são as expectativas em função do clima pós-parnasiano, o fato de os contos constituírem uma antologia didática acrescenta novas expectativas às já anunciadas: a gratuidade de

> fruição estética, por exemplo, substituída pela urgência de transmissão de certos valores (Lajolo, 1982, p. 61).

Concebido como um livro de leitura escolar, *Contos Pátrios,* segundo afirma Simões Junior (2015, p. 76): "Continha histórias exemplares e modelos de comportamento de modo a aconselhar ou recomendar padrões de conduta que pudessem combater o egoísmo, a ganância, e o preconceito". Já segundo afirmam Machado e Martineli analisando:

> [...] alguns contos do livro *Contos Pátrios* que evidenciaram que os autores de textos infantis do período consideravam essencial para a formação das crianças republicanas e para um bom trabalhador, com vistas ao desenvolvimento de sentimentos patrióticos e nacionalistas, como amor à pátria, amor ao próximo e à família, como demonstrado nesse artigo. Os autores evidenciavam às crianças qual era a posição que cada uma deveria assumir na sociedade, mostrando a elas por meio das histórias algumas responsabilidades tipicamente de adultos, que elas deveriam assumir, como a postura de provedor e protetor da família, no caso dos garotos, e a posição de protetora e daquela que cuida e zela pela família, no caso das meninas. Além disso, algumas atitudes como a injustiça, o egoísmo, e a impiedade deveriam ser combatidos, tendo em vista o cultivo de sentimentos altruístas e de solidariedade (Machado; Martinelii, 2017, p. 530 – *grifos das autoras*).

Assim sendo, segundo Machado e Martineli

> podemos apontar que os autores almejavam transmitir às crianças do período sentimentos de amor à pátria e da importância do exército para uma nação. Buscava-se, portanto, que os leitores que se dedicavam a esses textos, desde a idade escolar, desenvolvessem apreço em seguir a carreira no exército. As personagens das histórias mostram a grandiosidade de amar a nação e doar a vida por ela. As crianças leitoras deveriam construir um sentimento de maior amor à pátria do que a si mesmo. Assim, os autores tinham a intenção de criar um sentimento padronizado, em que as crianças identificariam a pátria como o Brasil que deveria ser idolatrado, amado e protegido de possíveis invasores (2017, p. 530).

Em 1904, Bilac "iria publicar suas *Poesias infantis,* as quais continham textos apropriados para a leitura em ambiente escolar e que poderiam servir de mote para lições de coisas ou ensinamentos morais ou cívicos" (Sêjo, 2021, p. 5 – *grifos da autora*). Publicado em 1904 até 1961, a obra teve mais de vinte e seis edições. Segundo afirma Leão:

> Ainda no ano de 1896, Olavo Bilac, desta vez sem a colaboração de Neto, entregou a Alves as provas do livro *Poesias Infantis.* Em 25 de novembro, assinou um contrato de venda da propriedade plena da obra e recebeu dois mil réis de direitos pecuniários, cinquenta por cento no ato da assinatura e a outra metade três meses após, no dia 15 de fevereiro de 1897. As *Poesias Infantis* só são publicadas no ano de 1904. Alves lhes deu como subtítulo: *Livro approvado, adoptado e premiado pelo Conselho Superior de Instrução Pública do Distrito Federal* (2007, p. 403 – *grifos da autora).*

A obra é composta por quatro fábulas de Esopo, que são dispostas no final do livro, e por cerca de cinquenta poemas. No prefácio, Bilac esclarece que ela foi feita sob encomenda e destinada ao ambiente escolar, especificamente. A obra é organizada a partir de duas seções: *As Estações* e *Os Meses* e internamente os poemas que as compõem também correspondem a temas específicos, como a natureza, a virtude e a religiosidade. E cada um deles é acompanhado por uma ilustração que aparece antes do seu título, o que simboliza o conteúdo dos versos. Assim, como afirma Leão:

> Foi deste modo que Coelho Neto e Olavo Bilac marcaram posição contra o monopólio do livro de leitura importado, os que eram utilizados para o aprendizado da leitura. Com isso, inventaram uma nova produção, o mercado nacional de livros didáticos, e, em consequência, inauguraram o mundo moderno do livro no Brasil. Evidencia-se, assim, o papel dos autores na produção destinada ao público escolar infantil. Ao mesmo tempo, constata-se o quanto o livro em sua dimensão material, seu título, subtítulo, a importância da casa editora, o selo de aprovação da Instrução Pública foram fundamentais na estabilização tanto da função autor como da função editor (2007, p. 405).

Em seu prefácio, Olavo Bilac reitera o seu compromisso com o Brasil de modo a exprimir o seu desejo de contribuir para a educação moral das crianças do Brasil, mas sem exagerar na futilidade como costumam ser feitos os livros desse mesmo gênero. Dessa forma:

> os versos de Bilac são sóbrios e em nenhum momento recorrem à fantasia ou a quaisquer elementos férteis à imaginação infantil. O repúdio do autor por esses artifícios revela a intenção formativa da obra, a partir da qual a criança é entendida como um pequeno adulto, desconsiderando-se as particularidades da infância em prol do desenvolvimento moral e cívico. Portanto, além de estimular a leitura como instrumento para a alfabetização, os livros escolares bilaquianos foram concebidos para constituir parte do processo de formação do cidadão ideal republicano (Dubovicki, 2024, p. 2).

De fato, as obras destinadas ao âmbito escolar são constituídas por personagens modelares – modelos de conduta, cidadania etc. Segundo afirma Dubovicki:

> Assim, submetendo o público infantil a um padrão moral, cívico e político a ser seguido, é também limitado o desenvolvimento psicoemocional da criança. Se hoje a literatura infantil e infantojuvenil passa pelo desenvolvimento da sensibilidade, da autonomia e da criatividade em seus leitores, as obras cívico-moralizantes da Primeira República mantinham em seu horizonte a padronização do comportamento da criança em prol da defesa da pátria – mais do que espaço de transmissão de conhecimentos técnicos e científicos, o papel da escola seria o de preparar os indivíduos para a vida social segundo os moldes republicanos de cidadania (2024, p. 5).

Poesias Infantis é também um exercício de nacionalismo feito por Olavo Bilac, como obra de potencial recepção infantil, direcionada à formação escolar, agrega visão moralizante, ufanista, etc.:

> Que em muito perseguiu uma nova realidade para o Brasil, engajou-se em uma missão patriótica que passava pela figura das crianças como pequenos adultos, responsáveis pelo desenvolvimento de uma nova concepção de nação brasileira que emerge a partir da Proclamação da República (Dubovicki, 2024, p. 5).

Bilac quis contribuir também para a educação moral das crianças, e isso pode ser observado no poema “Os pobres”, cheio de paternalismo, mas também com uma clara lição de compaixão. Esse poema ilustra perfeitamente como os ideais nacionalistas e civilizatórios daquela elite intelectual se materializavam na literatura infantil da época.

Assim sendo, “o processo de alfabetização e a prática da leitura não deveriam estar alheias ao culto à pátria e às boas maneiras, valores demonstrados rigorosamente nos versos de tais *poesias”* (Dubovicki, 2024, p. 5 – *grifo da autora*).

Em 1905, Bilac “associou-se novamente a Coelho Neto para oferecer às escolas um *Teatrinho infantil,* cujas comédias curtas pudessem ser uma alternativa à obra similar e já famosa de Figueiredo Pimentel (Sêjo, 2021, p. 6 – *grifos da autora*). Contudo, segundo afirma Leão:

> *O Teatro Infantil – comédias e monólogos em prosa e verso* não foi escrito para a leitura escolar. Por esse motivo, fez parte da *Biblioteca Infantil Francisco Alves,* com o subtítulo *Para crianças*. O contrato assinado com Francisco Alves, em três de fevereiro de 1905, foi igualmente de venda da propriedade plena da obra, por dois mil réis, recebidos à vista no ato de assinatura do documento (2007, p. 405 – *grifos do autor*).

Portanto, o livro constituiu-se num exemplo de produção desse gênero, no qual os “textos estão mais centrados na defesa de ideias que preocupam os autores do que na criança. É interessante destacar que até final dos anos 40 os textos de teatro infantil são feitos para serem representados por crianças” (Pereira, 2005, p. 79).

Coelho Neto escreveu as seguintes obras que merecem ser mencionadas e analisadas brevemente nesta tese: *América (1897)*, *Apólogos – conto para as crianças (1904)*, *Compêndio de Literatura Brasileira (1905)*, *Mistério do Natal* (1911) e *Breviário cívico* (1921).

América (1897), para Carvalho, “é a primeira das várias incursões do escritor à literatura destinada às crianças” (2008, p. 4). A história é narrada por Renato que prestes, após “receber o grau” (Coelho Netto, 1897, p. 79), relembra os seus dias vividos sob o teto do colégio América “para onde vai após aprender em casa as primeiras letras” (Carvalho, 2008, p. 4). O livro foi publicado alguns meses depois da fundação da Academia Brasileira de Letras e tinha “a preocupação com os elementos que conduziriam o país ao progresso” (Carvalho, 2008, p. 11), ou seja, “a importância dos heróis pátrios para a coesão da nação e seu consequente engrandecimento” (Carvalho, 2008, p. 12).

Em *Apólogos – contos para crianças (1904)*, Coelho Neto “promove um alargamento do conceito de “apólogo” e de “fábula”, usando-os para denominar narrativas longas demais para o padrão de extensão característico da fábula” (Dezotti, 2017, p. 224). Os 18 textos na obra exibem o seu teor didático, que é anunciado pela epígrafe extraída de La Fontaine: “*Une morale nue apporte de l’énnui:/ Le conte fait passer le précepte avec lui”* (cf. Dezotti, 2017, p. 224 – *grifos da autora*).

Vale observar também que o autor “quebra a expectativa do leitor ao dar o título de *Apólogos* a uma obra cujos textos não apresentam um único ser não animado dotado de fala” (Dezotti, 2017, p. 225 – *grifo da autora*). Dessa maneira, o livre trânsito da fábula em publicações como essa destinadas ao ambiente escolar “favoreceu a formação de leitores competentes no trato com esse gênero” (Dezotti, 2017, p. 224) e, a partir desses primeiros fabulistas, como é o caso de Coelho Neto, “o gênero enraizou-se em nossa literatura” (Dezotti, 2017, p. 224).

O livro *Compêndio de Literatura Brasileira (1905)* é dividido em duas partes. Na primeira, Coelho Neto discute:

> [...] a importância da “Literatura” enquanto perpetuadora das tradições dos povos, já que as tradições são consideradas elementos constituidores da raça e nação; o papel relevante da literatura para a instrução do “espírito”; a relação entre a História Literária e os fatores originais internos (a raça, o meio, a tradição, a língua, a nacionalidade) e externos (as grandes individualidades e as influências das literaturas estrangeiras) (Carvalho, 2009, p. VI).

Na segunda parte, Coelho Neto apresenta os escritores que pertencem à literatura e discute também as tipologias: prosa, teatro, eloquência e imprensa. Nessa

obra, Coelho Neto demonstra a sua preocupação com a língua nacional a qual via como símbolo da nacionalidade. A linguagem:

> de um povo é o patrimônio maior da sua inteligência. Acumulada, como um tesouro, durante o curso dos séculos, crescendo na razão direta do progresso, torna-se o caráter mais acentuado de uma nacionalidade. A língua só se fixa pela escrita – assim é a Literatura que a eterniza. É pelo concurso instrutivo de ideais e interesses, pela solidariedade com o meio de aliança e defesa recíproca, que um povo se condensa filiando-se aos mesmos princípios, guiando-se pela mesma norma, regendo-se pela mesma lei, reunindo-se em torno do mesmo altar. (Neto, 1929, p. 20-1, 25)

Dessa maneira "a língua e a observância de ideais em comum construiriam, segundo o escritor, a união do povo, a qual seria responsável por estabelecer a nacionalidade" (Carvalho, 2009, p. VII). A nação corresponderia a uma comunidade imaginada "estabelecida para dar coesão a um grupo de indivíduos – que, apesar de nunca conhecerem a maioria de seus compatriotas, terão dentro de si a imagem do grupo" (Carvalho, 2009, p. VII). Portanto, em seus escritos, como é o caso dessa obra, "Coelho Netto vai tratar de estabelecer esses interesses comuns de modo incisivo, através de sua produção literária, desde os últimos anos do século XIX" (Carvalho, 2009, p. VII).

A obra *Breviário Cívico (1921)* é um manual de civismo composto por 56 capítulos "que mais lembram verbetes" (Silva, 2022, p. 123). Em cada um desses capítulos, o autor "discorre sobre assuntos que ajudariam a fomentar a nacionalidade e o civismo, e que forjariam a índole e o físico dos cidadãos brasileiros" (Silva, 2022, p. 123). Era um manual que continha todos os ensinamentos necessários e os princípios fundamentais para se formar o cidadão, como, por exemplo, a liberdade e a disciplina. Assim:

> O sucesso do livro e a importância patriótica atribuída a ele, foram tamanhos, a ponto de ser colocada em pauta, na Câmara dos Deputados, a emenda parlamentar de nº 135/1922, que previa a premiação de dez contos de réis a Coelho Netto pela publicação de *Breviário Cívico* e o esforço da obra em prol da nacionalidade e do patriotismo. A relatoria da emenda, entretanto, coube ao deputado maranhense Marcellino Rodrigues Machado, que substituíra exatamente Coelho Netto na casa (Silva, 2022, p. 128 – *grifos do autor*).

Dessa forma, "a nação coelhonettiana seria esculpida pelo civismo, moralidade, republicanismo, liberdade e patriotismo" (Silva, 2022, p. 171). Na obra, podemos perceber como esses elementos se estabelecem e se relacionam com os vários aspectos da vida individual e comunitária, numa relação onde uma "influencia a outra

[...], fazendo com que as ações particulares interessem tanto ao próprio indivíduo como a todos, pois o que fazemos no singular afeta o coletivo" (Silva, 2022, p. 171).

Dito isto, trataremos agora da obra *Através do Brasil (1910)* escrita por Olavo Bilac em parceria com Manoel Bomfim cujo contrato, segundo afirma Leão (2007), foi assinado com a editora Francisco Alves no dia cinco de junho de 1909. O documento:

> foi de cessão de direitos para a publicação do livro *Através do Brasil,* cujo texto relatava uma aventura infantil de reconhecimento da pátria. O motivo adotado foi o da narrativa de viagem dos irmãos Carlos e Alfredo, seguindo a fórmula de grande sucesso editorial do livro *Coração*, de Edmundo de Amicis, que, desde finais do século XIX, encantava a meninada em tradução brasileira de Júlio Ribeiro (Leão, 2007, p. 405 – *grifos da autora*).

Publicado em 1910, *Através do Brasil* teve:

> tiragem de 4 mil exemplares, repetida três anos depois, em 1913, em uma segunda edição. Os mesmos documentos (da editora) falam de 25% sobre o preço da capa como a percentagem a que faziam jus os autores (Lajolo, 2000, p. 12).

Na obra, o sentido de educação pode ser observado na nota introdutória do livro, intitulada "Advertência e Explicação":

> [...] Estamos certos que a criança, com a sua simples leitura, já lucrará alguma coisa: aprenderá a conhecer um pouco o Brasil; terá uma visão, a um tempo geral e concreta, da vida brasileira – as suas gentes, os seus costumes, as suas paisagens, os seus aspectos distintivos. E por isso escolhemos como cenário principal as terras do São Francisco - o grande rio, essencialmente, unicamente brasileiro. E também quisemos que este livro seja uma grande lição de energia, em grandes lances de afeto. Suscitar a coragem, harmonizar os esforços, e cultivar a bondade – eis a fórmula da educação humana. Os heróis principais destas simples aventuras, não os apresentamos, está claro, para que sejam imitados em tudo, mas para que sejam amados e admirados no que representam de generoso e nobre os estímulos que os impeliram, nos diversos transes por que passaram. Não se pode influir eficazmente sobre o espírito da criança e captar-lhe a atenção, sem lhe falar ao sentimento. Foi por isso que demos ao nosso livro um caráter episódico, um tom dramático – para despertar o interesse do aluno e conquistar-lhe o coração. A Vida é ação, é movimento, é drama. Não deveríamos apresentar o Brasil aos nossos pequenos leitores mostrando-lhes aspectos imotos, apagados, mortos (Bilac; Bomfim, 2010, p. 45-47.)

Assim, o que nos chama a atenção nela primeiramente é a questão da geografia literária que:

> serve de alicerce à forma narrativa; a fronteira interna que liga e desliga ao mesmo tempo o itinerário feito por Carlos e Alfredo. Podemos inferir que na obra a fronteira interna seja o estado do Pernambuco. Ao saberem da enfermidade de seu pai (o engenheiro Meneses), os irmãos saem à sua procura em uma viagem pelo Brasil, que começa no Recife e termina no estado do Rio Grande Sul. Desta maneira, se o pai não estivesse ausente da

> história a trajetória feita pelos meninos não aconteceria e não se estruturaria ao mesmo tempo, pois é justamente esse trajeto - seja por cidades, estados e diversidades de paisagens - que estrutura a narrativa em *Através do Brasil* (Sêjo, 2018, p. 34).

Em segundo lugar, as aventuras vividas pelos dois irmãos "foram contadas para serem amadas e admiradas pelos leitores que lessem *Através do Brasil"* (Sêjo, 2018, p. 35). Dessa forma:

> [...] a propagação por meio de uma obra didática, de um nacionalismo mais racional e reflexivo, capaz de encantar-se com as belezas naturais do país e com as grandezas do seu povo, mas capaz de ir além, levando o sujeito aprendiz a perceber a própria importância individual, enquanto cidadão, para a composição da nação (Oliva; Santos, 2004, p. 119).

A viagem de Carlos e Alfredo em busca de seu pai é então "o pretexto para o mergulho no Brasil" (Sêjo, 2018, p. 7). Nesse aspecto, Olavo Bilac e Manoel Bomfim seguiam:

> os passos de seu precursor europeu, G. Bruno, pseudônimo de Angustine Tuillerie, autora de *Le tour de la France par deus enfants (1877). Através do Brasil* e seu similar francês podem ser considerados romances de formação *coletivos* [...] (Sêjo, 2021, p. 8 – *grifos da autora*).

Esses modelos de formação são propostos como "sociais, isto é, refletem a criação da nação, a conquista ou reconquista da identidade nacional, e não mais e não apenas o processo de amadurecimento de um único indivíduo" (Lajolo, 2000, p. 25), que pode ser verificado propriamente no *Bildungsroman.*

Dessa maneira, como afirma Sêjo (2021, p. 8): "seus concorrentes não foram tão bem-sucedidos na busca por esse ideal". Guardadas as proporções, podemos inferir que essa questão da transmissão de certos valores foi uma característica muito importante nos manuais didáticos até o início do século XX, como é o caso do manual intitulado *Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária (1905)* escrito por Joaquim Manoel de Macedo que aqui destacamos por ter uma "Advertência", assinada por Olavo Bilac como "O.B", que foi publicada em sua décima edição no ano de 1905.

Esse manual, segundo Alves e Centeno (2009), foi utilizado no Colégio Pedro II, sendo o mais difundido para além dos muros escolares. Nessa "Advertência" Bilac afirma que o editor, ou seja, o próprio Baptiste-Louis Garnier (dono da livraria) o encarregou de completar o compêndio, tarefa que foi cumprida por Bilac de forma a

respeitar o plano adotado pelo seu autor. Trata-se, portanto, de um manual composto por textos extensos e que envolvem segundo Alves e Centeno (2009) lições com um nível informativo denso e detalhado, o que determina um elevado número de páginas, como é o caso dessa edição de 1905 que contém 528 páginas.

Tomamos como referência, ainda, o manual *Pequena história do Brasil por perguntas e respostas (1887),* escrito por Joaquim Maria de Lacerda em 1887, que teve segundo afirmam Alves e Centeno (2009) inúmeras edições que adentraram pela época republicana. “É um manual de conteúdo simplificado e, segundo sua folha de rosto, destinado ao ‘uso da infância brasileira’” (Alves; Centeno, 2009, p. 474).

Dessa maneira, ele se distingue dos utilizados no Colégio Pedro II, pois:

> A sexta edição comporta, ao todo, cento e sessenta páginas. Divide a história do Brasil em seis períodos, delimitados pelas seguintes datas: 1500-1580, 1580-1640, 1640-1808, 1808-1822, 1822-1831 e 1831-1876. Quanto ao conteúdo, o menor número de páginas se fez acompanhar de um rebaixamento da quantidade de informações ou, pelo menos, de perda do seu grau de profundidade. A sensível simplificação do conteúdo é denotada também pelo crivo exercido pelas perguntas, que selecionam as prioridades, e pelas respostas pouco extensas, que aligeiram e resumem as informações. Do ponto de vista formal, o livro está marcado por uma novidade que acentua ainda mais a distância que o separa daqueles produzidos por professores do Colégio Pedro II: cinquenta ilustrações permeiam o desenvolvimento do conteúdo (Alves; Centeno, 2009, p. 475).

O manual de Lacerda (1887) e Macedo (1905) foram “então eles próprios, a encarnação das novas condições materiais e pedagógicas favoráveis à disseminação do ensino secundário nos principais centros urbanos do País” (Alves, Centeno, 2009, p. 485).

Sobre Afonso Celso o que mais chama a atenção na escrita de sua produção é a questão do ufanismo – “exagero” na exaltação da nação e o fato de estar ligado a um grupo político que “pensava” o Brasil constituído “de uma representação da história do Brasil que consistia na nostalgia do Segundo Reinado” (Armani; Petter, 2017, p. 280), ou seja, os monarquistas. Ainda, “sua vida intelectual e política esteve marcada por narrativas românticas e posições movidas por um sentimento monárquico que o ligava a uma instituição contrária à que vivia” (Armani; Petter, 2017, p. 280). E um desses exemplos é a obra: *Porque me Ufano do Meu País (s/d).*

Porque me Ufano do Meu País, leitura obrigatória das escolas secundárias brasileiras, foi dedicado aos filhos do autor – Carlos Celso de Ouro Preto, Afonso

Celso de Ouro Preto e em memória de João Paulo de Ouro Preto – “e escrito para ‘celebrar a nossa Pátria no quarto centenário do seu descobrimento’” (Bastos, 2002, p. 8). Ainda segundo Bastos:

> A editora Laemmert publicou a primeira edição em 1901 a qual esgotou-se em alguns meses, fazendo nova edição no mesmo ano. Foi editado em tamanho in-16, com 204 páginas. A partir dessa edição, passou a ser publicado pela livraria Garnier (Rio de Janeiro/Paris), com o mesmo número de páginas, mas in-18 (quinta edição, 1912; sétima edição, 1915; décima edição, 1926; décima primeira edição, 1937; décima segunda edição, pela F. Briguet, 1943). Na décima edição, de 1926, a obra foi revista e atualizada, e compôs a “Coleção dos Autores Célebres da Literatura Brasileira”. Essa edição, em tamanho in-12, tem uma tiragem de 10.000 exemplares numerados, o que permite verificar o grande sucesso da obra vinte e cinco anos depois (2002, p. 8).

Em seu livro *Dicionário Crítico da Literatura Infantil e Juvenil Brasileira,* Nelly Novaes Coelho considera *Porque me Ufano do Meu País (s/d)* como um poema que, mesmo sendo “[...] escrito para adultos, entrou nas escolas e fez de Afonso Celso um dos autores mais conhecidos e declamados pelas crianças brasileiras nas primeiras décadas do nosso século” (Coelho, 2006, p. 25). Além disso, a autora chama atenção também para a “ingênua crença de que éramos ‘naturalmente’, sem necessitarmos de nenhum trabalho ou esforço, um grande povo, que poderia ‘dormir em berço esplêndido’, porque ‘Deus era brasileiro’ [...]” (Coelho, 2006, p. 25).

Guardadas as proporções, em seu livro *Estudos de literatura e imprensa (2015),* Simões Junior considera a obra de Afonso Celso como “sucesso editorial e leitura obrigatória nas escolas por décadas [...]” (2015, p. 80). Mas diferente de Coelho, ele considera a obra como um livro e não um poema. A obra está dividida em 42 capítulos pequenos que, a partir de onze argumentos e fatos, procura demonstrar a superioridade brasileira, sendo eles, segundo Bastos:

> [...] a grandeza territorial, beleza física, riqueza, variedade e amenidade do clima, ausência de calamidades, excelência dos elementos que entraram na formação do tipo nacional, não ter sido povoado por degradados, os nobres predicados do caráter nacional, nunca sofreu humilhação e nunca foi vencido, procedimento cavalheiresco e digno com os outros, as glórias a colher a sua história (2002, p. 9)

Em sua obra, Afonso Celso não faz referência ao analfabetismo, a escravidão, entre outros – mazelas que afligiriam o Brasil. Quanto ao futuro, demonstra que: “A educação, o aperfeiçoamento, hão de vir. Somos ainda uma aurora. [...] Cumpre que

a esperança se torne entre nós, não uma virtude, mas estrita obrigação cívica" (Celso, s/d, p. 198). Contudo, apesar dessa exaltação, segundo afirma Bastos:

> o autor não deixa de sinalizar ao leitor *os perigos que ameaçam o Brasil*: maus governos; separação do território nacional em vários Estados; intervenção nos seus negócios de alguma potência estrangeira; problemas relativos à afirmação de uma república nacional e internacionalmente reconhecida (2002, p. 11).

Em linhas gerais, sua obra tem "como pano de fundo uma ideologia espacial específica de sublimação das características naturais (e em menor medida sociais) do país como fonte do orgulho nacional" (Araújo, 2013, p. 359).

Simões Junior (2015) chama a atenção também para o posicionamento que Afonso Celso tinha, "pois atribuiu verdadeiro protagonismo histórico ao segundo imperador, D. Pedro II" (Simões Junior, 2015, p. 82). Os republicanos não mereceram menção nominal no livro, pois ainda segundo o próprio autor isso vinha a sugerir o "glorioso Império como resultado espontâneo ou natural da ação de poderosas forças telúricas ou místicas [...] A 'brutal' mudança de regime deveria ser considerada um equívoco" (Simões Junior, 2015, p. 83-84).

Nesse sentido, fazendo um cotejo entre a 4º edição da obra (s/d) e a 12º edição de 1943, à qual tivemos acesso, foi possível perceber que, na segunda, consta de sua folha de rosto a informação de que foi feita uma revisão ortográfica pela professora Rita Amil de Rialva. Em sua "Nota de Revisora" ela afirma que a obra continua a ser atual, mesmo sendo escrita havia muito tempo por Afonso Celso, e que nas mãos das crianças é um sinal de civismo que as farão "ufanar-se de ser brasileiros e compreender que é necessário fazer alguma cousa para não desmerecer de tão gloriosos antepassados" (Rialva, 1943, p. 5)

Além disso, essa edição conta com um "Prefácio da Undécima Edição" que foi escrito pelo próprio autor, em 8 de setembro de 1936, e assinado com as iniciais A.C. Nela, Afonso Celso afirma que a sua obra teve inúmeras edições e que foi traduzida para outras línguas, como a francesa e a italiana.

De maneira geral, sobre as mudanças a que essa edição foi submetida, em relação à 4º edição, diz corresponderem a uma atualização de ortografia, inclusão de ilustrações, inclusão da nota feita pela revisora e acréscimo do prefácio escrito pelo autor, conforme já demonstramos. Mas, no texto, o seu sentido original foi mantido.

Contudo, um aspecto nos chamou a atenção. Ao analisarmos o índice que consta do final da obra, referentes aos nomes dados aos capítulos, são iguais ao da 4º edição, mas ao confrontarmos em um demonstrativo gráficos às edições, para verificar como eles aparecem escritos dentro da obra de 1943, percebemos que algumas alterações podem ser observadas nos títulos dos capítulos conforme a tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Nome dos Capítulos *Porque me Ufano do Meu País* de Afonso Celso

4º edição	**12º edição**
II – Primeiro motivo da superioridade do Brasil: a sua grandeza territorial	II Grandeza territorial
V – Segundo motivo da superioridade do Brasil: a sua beleza	V Beleza
XI – Terceiro motivo da superioridade do Brasil: a sua riqueza	XI Riqueza
XIV – Quarto motivo da superioridade do Brasil: a variedade e amenidade do seu clima	XIV A variedade e a amenidade do nosso clima
XV – Quinto motivo da superioridade do Brasil: ausência de calamidades	XV Ausência de calamidades
XVI - Sexto motivo da superioridade do Brasil: a excelência dos elementos que entraram na formação do tipo nacional	XVI Excelência dos elementos que entraram na formação do tipo nacional

XXII – Sétimo motivo da superioridade do Brasil: nobres predicados do caráter nacional	XXII Nobres predicados do caráter nacional
XXIII – Oitavo motivo da superioridade do Brasil: nunca sofreu humilhações, nunca foi vencido	XXIII Nunca sofremos humilhações, nunca fomos vencidos
XXVII – Nono motivo da superioridade do Brasil: seu procedimento cavalheiresco e digno para com os outros povos	XXVII Procedimento cavalheiroso e digno para com os outros povos
XXVIII – Decimo motivo da superioridade do Brasil: as glorias a colher nele	XXVIII As glórias a colher nele
XXIX – Undécimo motivo da superioridade do Brasil: a sua história	XXIX A nossa história

Fonte: Própria autoria, 2026.

Partindo da leitura e análise da tabela, é possível perceber que a expressão “motivo da superioridade do Brasil” não aparece escrita nos Capítulos II, V, XI, XIV, XV, XVI, XXII, XXIII, XXVII, XXVIII e XXIX da edição de 1943. Em outras palavras, a “superioridade” se manifesta em relação a alguém ou alguma coisa e a simplificação dos títulos nos parece ser significativa, pois abre maior espaço para a interpretação do leitor. E não apenas isso. Na nossa leitura, os títulos perdem o valor de uma ordem hierárquica (como acontece na 4^0 edição) e se tornam comuns no sentido de terem o mesmo valor.

É importante observarmos, também, que a edição de 1943 foi reeditada após a morte do seu autor, o que nos faz inferir que se trata de uma obra mais voltada para a contemporaneidade. Dessa forma, “uma vez alterados os leitores efetivos, seja no decorrer do tempo ou no interior de uma mesma sociedade, a obra ganha novas fisionomias ao se juntar a outras obras e a outros leitores”, (Sêjo, 2018, p. 19).

Protocolos de leitura são incluídos e adicionados, como no nosso exemplo a nota da revisora e o prefácio “para que leitores e escritores compartilhem de um repertório comum de referências e formas de apropriação que permitem o (re)encontro com a obra” (Ferreira, 2009, p. 187). Dessa maneira, “facilmente se constata que cada edição guarda certa autonomia e, ao mesmo tempo, certa dependência em relação às demais” (Ferreira, 2009, p. 188).

Diante disso, voltamos a tratar dos nossos autores; então agora falaremos sobre Olavo Bilac. Isso pode ser observado, também na obra *A Pátria Brasileira,* que foi escrita, não para o ensino secundário, mas para os alunos das escolas primárias; foi destinada à educação moral e cívica e utilizada na Primeira República. A intenção era:

> [...] de proporcionar às crianças exemplos ou lições de abnegação, solidariedade, bravura e devoção ao Brasil, os autores recontaram de uma perspectiva *indubitavelmente republicana* vários episódios da história nacional e exaltaram heróis como Zumbi dos Palmares, Felipe dos Santos, Tiradentes e José Bonifácio (Sêjo, 2021, p. 6 – *grifos da autora*)

Nesse sentido, Nelly Novaes Coelho, em sua obra *Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira (2006)* considera todos os livros de Bilac de sua autoria ou escritos em colaboração como de natureza realista e exemplar. Eles “pretendiam documentar a realidade brasileira e transmitir valores cívicos e morais que pudessem fazer das crianças os futuros cidadãos conscientes de seus deveres e direitos” (Coelho, 2006, p. 37).

Segundo ela, em todas as obras didáticas e paradidáticas, escritas por ele, como é o caso da obra *A Pátria Brasileira (1930)*, estão em evidências as ideias humanitárias e as tendências pedagógicas que são dominantes naquele momento, como, por exemplo, o amor pela pátria, as lições contra os vícios, entre outros.

Vieira (2010) considera a obra não como um discurso linear, mas como um discurso cívico que, com mudanças sutis, transformou o foco narrativo. Verificou-se

nele a preocupação republicana de formar cidadãos e a condição de herói nacional. Já segundo Simões Junior, Olavo Bilac e Coelho Neto transformaram os mais variados "episódios da história do Brasil em exemplos ou lições de abnegação, solidariedade, bravura e devoção à Pátria. Teriam, portanto, as crianças em quem se espelhar na sua vida adulta" (Simões Junior, 2015, p. 84).

Além disso, interessava "encontrar no passado, antigos anseios republicanos e dar à história brasileira uma interpretação teleológica que fizesse da instituição da República a grande aspiração nacional [...]" (Simões Junior, 2015, p. 87). A obra é encerrada com a Proclamação da República e nela foi "reunida uma galeria de heróis, propostos como exemplos a serem seguidos, que se insurgiram contra a ordem estabelecida em nome da liberdade, da igualdade e da justiça" (Simões Junior, 2015, p. 88).

Assim sendo, para Bilac e Coelho Neto a Proclamação da República deve ser uma memória eterna, viva por seus atos heroicos e de permanente vigilância pela liberdade e resistência à opressão.

Podemos inferir, também, que a imprensa cria uma "comunidade imaginada" no sentido de que todas as pessoas leem o que as outras estão lendo, ideia muito parecida com a nossa hipótese, já apresentada. Sentimos a necessidade de tentarmos trazer, também, algumas fontes extratextuais a respeito de *Porque me Ufano do Meu País* e *A Pátria Brasileira.* Dessa forma, utilizamos como metodologia de pesquisa, além da leitura textual, a análise dos jornais e das revistas que se encontram disponibilizados no site da Hemeroteca Digital – Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A análise concentrou-se nos periódicos específicos do Rio de Janeiro; ali foi o local em que as duas obras circularam primeiramente. Assim:

> [...] a imprensa [...] não se limita a apenas reproduzir fatos que "aconteceram lá fora": a seleção das principais notícias em suas páginas, o tom das tintas para alguns assuntos [...] leva a consequências de natureza ideológica (Araújo, 2008, p. 15).

Logo, ela é um lugar privilegiado para encontrarmos um sentido de uma época, e como as obras *Porque me Ufano do Meu País* e *A Pátria Brasileira* se comunicam com ela.

A *Revista Marítima Brasileira (RJ)* no ano de 1900 traz a relação dos livros que entraram na Biblioteca da Marinha no semestre que terminou e a obra *Porque me Ufano do Meu País (s/d)* do autor Afonso Celso aparece citada.

O jornal *A Noite (RJ)*, em 16 de dezembro de 1922, na matéria *Ginásio Pio Americano* trata dos prêmios que o colégio recebeu numa cerimônia que aconteceu no dia 17 de dezembro de 1922 às 16h. Dentre os mimos, está o do Sr. Dr. Mario Bittencourt, que fez a doação da obra *Porque me Ufano do Meu País (s/d)*.

Esse mesmo jornal, no dia 20 de dezembro de 1922, traz a relação dos prêmios oferecidos e que foram distribuídos na cerimônia que aconteceu dia 17 de dezembro de 1922. A obra aparece citada como uma doação feita não por um professor, mas pelo aluno Jacy Ramos.

Além disso, segundo a matéria *Pela difusão do ensino no Brasil: deliberações da Liga Brasileira contra o Analfabetismo* de 22 de dezembro de 1923, foram distribuídos oito prêmios na escola Ennes de Souza “aos alunos que com melhores notas houverem concluído o curso primário, consistindo esse prêmio em exemplares da excelente obra do Conde de Affonso Celso, *Porque me ufano do meu país*” (*A Noite,* 1923, p. 7), segundo os critérios da diretora, a professora Isabel Mendes.

O *Jornal do Brasil (RJ),* de 4 de junho de 1955, na matéria “Notas Sociais”, afirma que a obra sofreu um ataque de interpretações negativas, chegando ser criado “um termo pejorativo, o ‘ufanismo’, destinado a deprimir todos aqueles que não consideram o Brasil inferior, pobre, [...] Uma terra de botocudos irremediavelmente atada ao seu botocudismo” (Celso, 1955, p. 8). Maria Eugenia Celso (1955) afirma que ser patriota está fora de moda, coisa que o autor de “PORQUE ME UFANO DO MEU PAÍS, que tantas e tão sérias crises nacionais presenciou, diria que não. Ainda temos um rico fundo de reservas promissoras. Acreditamos nele” (Celso, 1955, p. 8).

Nesse mesmo jornal, no dia 18 de novembro de 1956, lê-se, com alusão a *Porque me Ufano do Meu País* (s/d), que ufanismo é “um dos males da nacionalidade que com tanto esforço construímos” (*Jornal do Brasil*, 1956, p. 9), pois “maior seria a nossa grandeza se distinguíssemos as virtudes dos defeitos que se entrelaçam em nosso destino de nação” (*Jornal do Brasil*, 1956, p. 9).

O *Jornal do Comércio (RJ)* de 15 a 21 de outubro de 2000, na matéria *Delírio Ufanista,* afirma que:

> O Conde Afonso Celso, patrono do ufanismo brasileiro e autor do clássico *Porque me ufano do meu país*, tornou-se uma voz conservadora perto do ufanismo ululante dos locutores esportivos da tevê que narraram uma Olimpíada, ingrata para o esporte brasileiro, transformada, por artes da verborragia patrioteira, em sucessos que não aconteceram. A alquimia narrativa transformava prata em ouro, bronze em prata e as descolocações em bronze (*Jornal do Comércio*, 2000, p. 17 – *grifos do jornal*).

Assim, com o exagero típico do ufanismo “a medalha de Sheila, no vôlei de praia”, foi “saudada como ‘a primeira medalha olímpica na história do Ceará [...]” (*Jornal do Comércio*, 2000, p. 17). Nesse mesmo jornal, na matéria *O dólar e a conga,* escrita em 9 de abril de 2003, a capacidade do brasileiro de assimilar e opinar sobre os problemas da pátria é tida como uma capacidade positiva. Afonso Celso já sabia disso ao escrever a obra *Porque me Ufano do Meu País (s/d),* que é sempre lembrada nos discursos de encerramento do curso primário, segundo afirma Cícero Sandroni (2003).

Podemos perceber que a obra de Afonso Celso circulou na imprensa brasileira, estando presente na Biblioteca da Marinha, no prêmio, nas doações e principalmente ligada ao termo ufanista, de modo que, pensar o ufanismo, guardadas as proporções, é uma discussão que perpassa os anos, sendo recorrente. Discussão essa que perpassa o esporte e a política, dentre outros setores da vida nacional, de forma positiva ou negativa, mas as ocorrências têm em comum o fato de se exaltar o nacional ou “de se levar à reflexão” do que é ser brasileiro e como deve ser a construção da pátria. Porém, o reconhecimento do valor da obra vai decrescendo, pois as últimas menções são críticas ou ridicularizadoras.

A *Revista Brasileira de Ensino (RJ)* apresenta o catálogo da Livraria Francisco Alves que foi publicado em 1925. A obra *A Pátria Brasileira* aparece citada ao lado de duas outras obras: *Contos Pátrios e Teatro Infantil,* sendo as duas de autoria de Olavo Bilac e Coelho Neto e a terceira apenas de Olavo Bilac. *A Pátria Brasileira* era vendida por 3$500 e *Contos Pátrios*, por esse mesmo valor. Já por *Teatro Infantil* pediam-se 2$500. Esse mesmo catálogo é reeditado duas vezes nesse mesmo ano, sem alteração de valores nas três obras.

O jornal *A Escola Primaria (RJ)* apresenta o catálogo da Livraria Francisco Alves. Em 1920, a obra aparece citada junto com *Contos Pátrios* de Olavo Bilac e Coelho Neto. As duas obras eram vendidas por 3$000. Em 1920, esse mesmo catálogo é republicado mais duas vezes, com o preço das duas obras, passando a custar para o leitor 3$500.

Em 1921, *A Pátria Brasileira* aparece citada no catálogo da Livraria Francisco Alves nesse mesmo jornal junto *Contos Pátrios e Teatro Infantil*. Isso se repete em:

Tabela 2: Catálogo da Livraria Francisco Alves repisado – 1922 a 1938

Ano	**Repetição**
1922	5
1926	1
1931	8
1932	12
1933	18
1934	9
1935	11
1936	7
1937	7
1938	1
Total	79

Fonte: Própria autoria, 2026.

Partindo da leitura da tabela é possível perceber que de 1922 a 1938, esse catálogo aparece reeditado 79 vezes nesse jornal. O preço das obras, permaneceu o mesmo, só aumentando na sexta e sétima reedição desse catálogo, em 1937. A obra passou de 3$500 para 4$000. Esse é o mesmo valor que a obra *Contos Pátrios* passa a ter. Já a obra *Teatro Infantil* passa a ser vendida a 3$000. Assim, em 1938 (último catálogo a que tivemos acesso), esses valores continuam a ser os mesmos nas três obras.

Por sua vez, o *Jornal do Brasil (RJ)*, edição de 8 de abril de 1932, apresenta o edital “Inspectoria Escolar do Segundo Distrito”*,* no qual foi publicada a lista dos livros que deveriam ser escolhidos, para serem adotados nos diversos anos do curso

primário. O livro *A Pátria Brasileira* aparece na 8º posição de Leitura Suplementar, para ser utilizado nas turmas do 5º ano.

Dessa maneira, podemos concluir, com os dados apresentados até aqui, que os títulos *Porque me Ufano do Meu País e A Pátria Brasileira* circularam pela imprensa do período. Se eles chegaram, conforme afirma Sêjo (2021, p. 63): “configurar práticas de leitura na época, isso não podemos saber, pois não tivemos acesso a testemunhos de leitura”. Contudo, o que sabemos é que naquele tempo essas obras tiveram uma missão específica: a de “construir a nação ao fazer literatura” (Sêjo, 2021, p. 63). Assim sendo, tudo isso acontece justamente em uma época na qual “o país se abre para o futuro, “[...], ao novo, já que o passado, recém-deixado para trás, é chamado na historiografia de “velho”, isto é, de República Velha” (Sêjo, 2021, p. 64).

Antes de iniciarmos a análise da obra é importante fazermos uma ressalva: interessa-nos o tratamento que Afonso Celso, Olavo Bilac e Coelho Neto deram aos tópicos e aos capítulos selecionados. E os autores aqui citados ou importam como fontes para Afonso Celso, Bilac e Coelho Neto ou são críticos ou continuadores do trabalho dos três autores.

SEÇÃO 3.0: ANÁLISE DA OBRA *PORQUE ME UFANO DO MEU PAÍS* DE AFONSO CELSO

A bibliografia citada na obra *Porque me ufano do meu país*, de Afonso Celso, aparece na parte intitulada como “Nota” no final do livro. Ao contrário de Bilac e Coelho Neto que citam as obras e os respectivos autores, como veremos, o autor afirma que “os principais fatos e observações componentes [...] colheu-os [...] nos livros de Elisée Reclus, Southey, Porto Seguro, Wappoeus, João Francisco Lisboa, Barão do Rio Branco, João Ribeiro [...]” (Celso, s/d, p. 203) e de outros autores que escreveram sobre o Brasil. E “nem sempre foram citados nomes e obras, com indicações precisas, por se tratar de ligeiro trabalho de vulgarização” (Celso, s/d, p. 203). Eles têm comum o fato de serem todos historiadores e de alguns deles tratarem da questão da geografia, como é o caso de Elisée Reclus, Robert Southey e Wappoeus.

O que mais nos chamou a atenção na escrita da obra de Afonso Celso é que os temas tratados nela se aproximam também da bibliografia de apoio aqui citada: Frei Vicente Salvador (1965), Silvio Romero (1890), Fernão Cardim (1980), Pero de Magalhães Gandavo (1980) e André João Antonil (1982), guardadas as devidas proporções, por meio de seu ufanismo. São temas comuns, como, por exemplo, a questão das belezas naturais, que permitem “escrever e descrever o Brasil belo”. Apesar de não apresentarem originalidade, elas tinham como objetivo principal reescrever a história por meio de uma linguagem simples para levá-la a um grande público.

Lúcia Lippi Oliveira (1990) afirma que o discurso ufanista do qual Afonso Celso é um dos principais representantes foi formulado por um grupo de intelectuais do qual “também participou Eduardo Prado – que pretendeu no início da República reabilitar o passado nacional, defendendo a excelência da raça portuguesa e do catolicismo na colonização brasileira” (Oliveira, 1990, p. 131). Ainda segundo a autora, o discurso formulado pelo catolicismo afirmava:

> A crença no princípio de que a pátria brasileira sem a fé católica é um absurdo histórico permitiu a junção entre a corrente nacionalista de Álvaro Bomílcar e o catolicismo oficial. A figura mais importante desta união foi, sem dúvida alguma, Jackson de Figueiredo (Oliveira, 1990, p. 166).

No nosso caso, *Porque me Ufano do Meu País* tinha particularmente como público a criança em ambiente escolar e a ela visava a atingir. Dessa maneira,

consideramos parte importante dessa bibliografia de apoio, em especial no estilo de escrita de Afonso Celso, os cronistas do período colonial: Salvador (1965), Cardim (1980), Gandavo (1980) e Antonil (1982) com sua “narrativa enciclopédica” a respeito do Brasil.

Tratava-se, portanto, de uma obra de vulgarização científica, pois analisar a obra de Afonso Celso:

> [...] é analisar também um dos vetores da educação religiosa que teve maior sucesso no Brasil, justamente porque se apresentou como um livro didático patriótico e não como livro católico, que efetivamente também foi. Affonso Celso se dedicou à difusão de temas e opiniões fundamentais na criação de uma nova identidade brasileira, que associava o patriotismo ao catolicismo e ao providencialismo (Ribeiro, 2012, p. 14).

Assim, o que deve ser lembrado para o autor, como veremos, são o período colonial e o império, a ação da igreja católica e o descrever do Brasil acontece não por meio de uma narrativa histórica, como em Bilac e Coelho Neto, mas por meio dos onze motivos das superioridades brasileiras: a sua grandeza territorial, a sua beleza, a sua riqueza, o clima, a ausência de calamidades, a sua população é a fusão de três raças, os predicados do caráter nacional, a sua ausência de humilhações, o cavalheirismo com os outros povos, as suas glórias e a sua história.

E o que tinha que ser esquecido, como se depreende da leitura de Afonso Celso, é a República com seus protagonistas. A República dos Palmares, apesar de ser narrada por Afonso Celso de maneira detalhada, deve ser uma recordação “vaga”, ou seja, deve sofrer um relativo esquecimento. E a Guerra de Canudos segundo afirma Simões Junior (2015) é citada na obra como uma exceção sobre os sobressaltos da República, regime que não é mencionado em nenhuma das linhas do livro do autor. Contudo, é válido ressaltarmos que ela foi descrita pelo autor *en passant*, ou seja, vagamente em *Porque Me Ufano do Meu País (s/d)*, conforme Simões Junior (2015).

O primeiro tópico que analisaremos em *Porque me Ufano do Meu País* é “a quem e por que se destina” a obra *Porque me Ufano do Meu País*. Ele é trabalhado no capítulo I intitulado “Para quem e para que foi composto este opúsculo”. *Porque me Ufano do Meu País* foi publicado por Afonso Celso em 1901 e dedicado a seus filhos Affonso Celso de Ouro Preto e Carlos Celso de Ouro Preto e *in memoriam* a seu outro filho, João Paulo de Ouro Preto.

O autor começa esse capítulo afirmando que as páginas de seu livro foram escritas para celebrar o quarto centenário do descobrimento do Brasil, e a epígrafe “Right or wrong, my country” não nos deixa dúvida “sobre os propósitos da obra, com a qual o autor pretendia, conforme declarou no primeiro capítulo, ensinar ‘patriotismo’ aos filhos” (Simões Junior, 2015, p. 80).

Sua primordial ambição consistia em dar a eles “exemplos e conselhos” que os fizessem úteis para “família”, “nação” e “espécie”, tornando-os “fortes, bons, felizes” (Celso, s/d, p. 1). Dentre eles, o autor destaca a questão do patriotismo que deve ser:

> [...] sempre ilimitado amor à região onde nascestes, servindo-a com dedicação absoluta, destinando-lhe o melhor da vossa inteligência, os primores do vosso sentimento, o mais fecundo da vossa atividade, — dispostos a quaisquer sacrifícios por ela, inclusive o da vida (Celso, s/d, p. 1).

Na visão dele, o sentimento e pertencimento de patriotismo pelas pessoas deveria ocorrer não somente porque se tratava da nossa terra, mas também porque:

> Ser brasileiro significa distinção e vantagem. Assiste-vos o direito de proclamar, cheios de desvanecimento, a vossa origem, sem receio de confrontar o Brasil com os primeiros países do mundo. Vários existem mais prósperos, mais poderosos, mais brilhantes que o nosso. Nenhum mais digno, mais rico de fundadas promessas, mais invejável (Celso, s/d, p. 2).

O fundamento de tudo isso foi apresentado por Afonso Celso no decorrer do seu livro. Dirigindo-se aos filhos, os aconselha: “juntai novos factos a tais factos; propagai-os; cultivai, engrandecei o amor pelo Brasil” (Celso, s/d, p. 3). Ele termina esse capítulo afirmando que quando as pessoas afirmarem serem brasileiras devem levantar a cabeça, “transbordantes de nobre ufania. Convencei-vos de que deveis agradecer quotidianamente a Deus o haver ele vos outorgado por berço o Brasil” (Celso, s/d, p. 3).

O tópico relacionado “a grandeza territorial do Brasil” é trabalhado no capítulo “II Primeiro motivo da superioridade do Brasil: a sua grandeza territorial”, no capítulo “III Vantagens unidas a grandeza territorial do Brasil” e no “IV Outras vantagens da grandeza territorial do Brasil”. Afonso Celso começa o capítulo II afirmando que “o Brasil é um dos mais vastos países do globo, o mais vasto da raça latina, o mais vasto do Novo Mundo, à exceção dos Estados Unidos” (Celso, s/d, p. 2). Segundo ele, o primeiro motivo da superioridade do Brasil é por causa da sua grandeza territorial:

representa uma décima quinta parte da órbita terrestre, ocupa o 13º lugar entre as nações mais povoadas, dentre outros.

No capítulo III Celso discute as vantagens que são unidas a sua grandeza territorial. O Brasil ocupa a parte central continente, estando mais perto da Europa e da África do que qualquer ponto da América Espanhola. Fala da flora, que as pessoas escolhendo onde morar têm os meios adequados para que possam prosperar e que "negros, brancos, peles-vermelhas, mestiços vivem aqui em abundância e paz" (Celso, s/d, p. 8).

Já no capítulo IV Afonso Celso afirma que o Brasil foi bem aquinhoado pela providência, não sendo fruto de conquista de vandalismo e nem se constituiu trabalhosamente em seu território. Ligado a essa questão do grande território se alia a questão da língua, dos costumes, da religião e dos interesses. Assim, segundo afirma Celso: (s/d, p. 11): "o Brasil sobreleva em tamanho quase todos os países do globo. Quando lhe falecessem outros títulos à precedência (e esses títulos abundam) bastava-lhe a grandeza física".

Cardim (1980) trata do clima e a terra no Brasil. O clima apresenta bons ares, pois aqui segundo afirma o autor as pessoas vivem bastante e morrem com uma já idade avançada. O inverno começa em março e termina em agosto e o verão começa em setembro e termina em fevereiro. A terra apresenta segundo ele muitas águas, consideradas sadias e os mantimentos retirados dela são de fácil digestão. Já segundo afirma Romero:

> Uma das singularidades do país é que seu arcaboiço geológico é um dos mais antigos conhecidos. Velhas rochas metamórficas de caráter primitivo mostram-se em toda a extensão do país. Formações secundárias e terciárias ostentam-se em várias regiões, mas não o cobrem em sua totalidade. As formações quaternárias são em pequena proporção. O clima é quente e seco nos sertões, quente e úmido nas costas (Romero, 1980, p. 11).

E no planalto, "que fica na zona temperada, o clima é delicioso. O solo é em geral fertilíssimo" (Romero, 1980, p. 11). Dessa maneira, as discussões feitas pelos dois autores se assemelham, guardadas as proporções, às feitas por Celso em sua obra.

Assim sendo, tratar do tópico "a grandeza territorial do Brasil" como fez Afonso Celso em sua obra é uma tarefa multifacetada, pois envolve aspectos econômicos,

sociais, históricos e geográficos. É uma forma também de pensarmos a nação, uma forma crucial para o entendimento por parte dos alunos da identidade nacional brasileira, da geografia e da história do país.

O segundo motivo da superioridade do Brasil é tratado no capítulo V intitulado “O segundo motivo da superioridade do Brasil: a sua beleza”. O autor cita alguns autores que escreveram sobre as belezas do Brasil: Américo Vespucci, Pero Vaz de Caminha, Simão de Vasconcellos, Rocha Pita, Claude d'Abbeville, Simão Estácio da Silveira, João Francisco Lisboa e Alexandre de Humboldt, dentre outros.

O Brasil no meio de muitas maravilhas apresenta três grandes curiosidades naturais: o Amazonas, a Cachoeira de Paulo Afonso e a Floresta Virgem. “Cada uma bastaria, por si só, a notabilizar um país” (Celso, s/d, p. 17). Dessa maneira, elas são tratadas respectivamente no capítulo “VI O Amazonas”, no capítulo “VII A Cachoeira de Paulo Afonso” e no capítulo “VIII A Floresta Virgem”.

No primeiro, Afonso Celso afirma que “nem todo [o Amazonas] pertence ao Brasil, mas a parte brasileira é, senão a mais extensa, a mais importante, curiosa e rica. Quem quiser conhecer o Amazonas tem de vir ao Brasil” (Celso, s/d, p. 19). Era cheio de peixes:

> Contam-se milhares de espécies peculiares a ele, muitas descobertas por Agassiz, as quais mudam de aspecto conforme as paragens. A par do peixe-boi e do peixe elétrico, miríades de camarões microscópicos, tão saborosos como os comuns. Pulula a vida ali. Habitam as florestas das ilhas e margens, florestas formadas de preciosíssimas madeiras, populações inumeráveis de insetos, répteis, mamíferos, maravilhosos pela variedade, originalidade e beleza das fôrmas, brilho e cor. Centenas de famílias de pássaros, alegram a solidão. Enumeram-se duas vezes mais classes de borboletas do que em toda a Europa (Celso, s/d, p. 22-23).

Além do Amazonas, são citados também o rio São Francisco, o Paraná e o Tocantins como “pouco menos colossais e notáveis”, mas constituindo “inigualável rede fluvial, com cachoeiras esplêndidas, rápidos que se descem em uma hora e se sobem em quinze dias, inúmeras curiosidades naturais” (Celso, s/d, p. 23). Celso termina esse capítulo afirmando que o Araguaia, que se une ao Tocantins num lugar chamado Martírios, “estrangulado entre paredes de granito cobertas de esculturas, nas quais julgam os canoeiros reconhecer imagens do suplício de Jesus” (Celso, s/d, p. 23).

No segundo capítulo, começa afirmando que “os americanos do norte têm imenso orgulho da sua catarata do Niágara, que Chateaubriand qualificou — uma coluna d’água do dilúvio” (Celso, s/d, p. 25), mas o “Brasil possui maravilha igual, senão superior, — a cachoeira de Paulo Afonso. Encontra-se nesta tudo quanto naquela encanta, apavora e maravilha” (Celso, s/d, p. 25). Ela apresenta:

> [...] a mesma enorme massa liquida, a rolar de vertiginosa altura, em fervilhante precipício; o mesmo estrondo, repercutindo em prodigiosa distância; a mesma trepidação dos arredores, como que a prenunciar um terremoto; o mesmo abismo continuamente trovejante, regurgitando de espumas e do qual se elevam nuvens de alvos vapores, cortados de arco-íris permanentes; [...] — produzindo tudo a mesma impressão, a princípio confusa e aterradora, depois extraordinária, miraculosa, sublime, parecendo menos um espetáculo do que portentosa visão (Celso, s/d, p. 25).

Contudo, “Paulo Afonso oferece mais selvagem poesia e maior variedade de aspectos do que o Niágara” (Celso, s/d, p. 26), pois entre as colossais muralhas graníticas:

> [...] divide-se a torrente, para o salto tremendo, em três gigantescos braços, — quatro no tempo da cheia, — separados por estranhos grupos de rochedos, enquanto múltiplos jactos copiosos e independentes, entrechocam-se no ar, projetando em todas as direções, flechas irisadas, flocos argênteos, nevoeiros diamantinos, poeira húmida (Celso, s/d, p. 26).

Além da Cachoeira de Paulo Afonso encontram-se no Brasil outras cachoeiras, como exemplo “o salto do Avanhandava, o de Santa Maria, no Iguaçu, o de Itapura, o de Sete Quedas, ou Guaíra, o de Pirapora, o do Jequitinhonha, o de Itu, todos assombrosos de majestade, força e beleza” (Celso, s/d, p. 27).

No terceiro capítulo, a mata virgem do Brasil é descrita como:

> [...] a natureza em expansão e liberdade máximas: mares e mares de vegetação prodigiosa, nos quais cada onda representa um mundo de coisas preciosas e lindas; silencio imponente, ou antes, profundo rumorejo, clamor longínquo, indefinida reunião de harmonias, provocando religiosidade e vago terror; cheiros acres e balsâmicos, em abundantes vagas de aromas que o peito haure com delícia, como se fossem remédio para suas misérias e melancolias (Celso, s/d, p. 29).

Afonso Celso detalha a flora brasileira como sendo umas massas espessas, “esboços de torres, muralhas, [...] formadas de arvores enormes, troncos aglomerados, lianas entrelaçadas, - plantas em baixo, em cima, dos lados, florestas sobre florestas, sucessão interminável de folhagens” (Celso, s/d, p. 29). Depois:

> [...] pouco a pouco, de surpresa em surpresa, vislumbra a portentosa variedade de contornos, dimensões, cores; — configurações brutais ou mimosas, fantásticas ou grotescas, risonhas ou ameaçadoras. Balouçam-se penachos, abrem-se leques, arredondam-se umbelas, suspendem-se candelabros, agitam-se flâmulas, dependuram-se guirlandas, enristam-se lanças, empinam-se mastros arrogantes, carregados de cardagens e galhardetes (Celso, s/d, p. 30).

Celso cita os jequitibás, as orquídeas, entre outros. Também afirma que "a floresta brasileira se assinala por qualidades especiais" (Celso, s/d, p. 31), principalmente por causa de sua madeira, animais ferozes e outros atrativos:

> O sol doura simplesmente em cima das árvores. Não penetra através das grossas cortinas verdes senão do modo crepuscular, produzindo a grave penumbra das catedrais, ou o lusco-fusco das grutas marinhas. Só em espaçadas clareiras avistam-se nesgas de azul. Em geral, a luz soturna e misteriosa empresta às coisas feições sobrenaturais. O conjunto é sublime (Celso, s/d, p. 33).

Termina esse capítulo afirmando que "deparam-se-nos na floresta brasileira primores de arquitetura, de escultura, de música, de pintura, e, sobretudo, de divina poesia" (Celso, s/d, p. 33). Dessa forma, ao tratar dessas três riquezas brasileiras, Afonso Celso evidencia "todas as *dádivas* da Providência ao país" (Ribeiro, 2012, p. 19 – *grifo da autora*), pois "a história brasileira evidenciava, na acepção dos intelectuais católicos, a ordem que deveria se projetar no futuro, pois essa era a tradição brasileira" (Ribeiro, 2012, p. 19).

Na concepção dos intelectuais brasileiros a ordem que seria instaurada "na sociedade republicana seria consequência da ordem – católica – que sempre houvera no Brasil. A história, continuadamente, servia ao mesmo tempo como evidência e como guia para o futuro" (Ribeiro, 2012, p. 20). Os intelectuais católicos em seu projeto identitário para o Brasil propuseram um Estado que fosse forte e capaz de educar o povo; segundo Ribeiro (2012, p. 20): "sublinharam a importância do catolicismo na implementação deste Estado. Para tanto, alegaram a natural inclinação dos católicos à obediência religiosa, rapidamente convertida em obediência cívica".

Dessa maneira, a obra de Afonso Celso é um dos principais exemplos desse processo de vulgarização do ideário católico para um grande público, pois, ao utilizar o argumento cívico como sendo um vetor desse ideário, *Porque me Ufano do Meu País (s/d)* consolida, nos mais diversos ambientes possíveis, argumentos do providencialismo nacional católico.

O tópico “a riqueza do Brasil” é tratado no capítulo “XI Terceiro motivo da superioridade do Brasil: a sua riqueza”, no “XII Riquezas naturais do Brasil” e no “XIII Mais riquezas do Brasil”. Afonso Celso afirma que “o Brasil deve tornar-se o verdadeiro Eldorado que tanto nele buscaram os antigos aventureiros” (Celso, s/d, p. 44). Comprovação dessa riqueza foi o encontro de um dos maiores diamantes conhecidos no Brasil, “o maior do Novo Mundo, a Estrela do Sul, achado no município da Bagagem, Minas Gerais, pedra que muda de cor, de rósea a branca, conforme a sua exibição à luz” (Celso, s/d, p. 44).

Para Afonso Celso, as riquezas do Brasil não são somente os diamantes e o ouro, mas também o “solo, ares, selvas, águas, está tudo no Brasil cheio de vida, e vida é riqueza. Não depende ele do resto do globo” (Celso, s/d, p. 48). Isso vai ao encontro, guardadas as devidas proporções, das discussões feitas por Cardim (1980) e Gandavo (1980). Na Parte I de sua obra intitulada *Tratados da terra e gente do Brasil (1980)*, Cardim trata dos animais e das árvores presentes no Brasil. Já Gandavo (1980) fala dos costumes da terra, dos mantimentos, das frutas e dos bichos da terra.

Dessa forma, como afirma Afonso Celso (s/d, p. 52): “é incontestável a superioridade econômica do Brasil, material e moralmente aquilatada. Tudo nele tende a crescer, a subir. Nenhum perigo sério lhe ameaça o desenvolvimento”, pois, “no balanço geral do Brasil, figura esta verba compensadora de quaisquer desfalecimentos: Futuro!” (Celso, s/d, p. 52).

No capítulo intitulado “XIV Quarto motivo da superioridade do Brasil: a variedade e amenidade de seu clima”, Afonso Celso vai tratar da variedade e amenidade do clima brasileiro. Começa afirmando que:

> em consequência de sua enorme extensão, há no Brasil grande variedade de temperaturas, que, entretanto, em parte e estação algumas, atingem graus extremos. Raros os casos de insolação ou congelamento. O inverno não exige entre nós as precauções e despesas dos outros países. Sem embargo, o clima do Brasil é muito caluniado pelos que o não conhecem ou têm interesse em o deprimir (Celso, s/d, p. 53).

A temperatura média do Brasil é excelente, “S. Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catharina, Minas Gerais, circunscrições territoriais equivalentes a vastos países, desfrutam no geral delicioso clima” (Celso, s/d, p. 56). Nenhum problema sanitário apresenta o Brasil que não seja fácil de resolver ou insolúvel.

Portanto, Celso termina esse capítulo afirmando “a temperatura não incomoda ou acabrunha o homem, exigindo-lhe sacrifícios” (Celso, s/d, p. 57).

Em “Quinto motivo da superioridade do Brasil: ausência de calamidades”, capítulo XV da obra *Porque me Ufano do Meu País,* Celso declara que, “imenso como um continente, não conhece o Brasil nenhum dos grandes flagelos que, em outras regiões, soem produzir milhares de vítimas” (Celso, s/d, p .59). A sua história não registra “uma só dessas terríveis catástrofes, comuns a quase todos os povos, quer na ordem material, quer na moral” (Celso, s/d, p .59), pois “os perigos estão reduzidos aos inevitáveis e inerentes à situação humana” (Celso, s/d, p .59).

Dos animais ferozes das florestas, “os que existem raro agridem o caminhante. Limitam-se a defender-se, tirando escassas vidas, fazendo estragos de pouca monta” (Celso, s/d, p. 60). No geral, “oferecendo ao homem condições de vida sem igual, a natureza brasileira em nada lhe é hostil ou áspera. Pode o habitante confiar nela, com segurança” (Celso, s/d, p. 60). Portanto, “dá-lhe tudo quanto pode dar, mostrando-se lhe sempre magnânima, meiga, amiga, maternal” (Celso, s/d, p. 60).

No capítulo “Sexto motivo da superioridade do Brasil: excelência dos elementos que entraram na formação do tipo nacional”, Afonso Celso trata do tópico do “cruzamento das raças”. Ele está presente também no capítulo “XXI - O Mestiço Brasileiro”. Afonso Celso em sua obra declara: “é hoje verdade geralmente aceita que, para a formação do povo brasileiro, concorreram três elementos: o selvagem americano, o negro africano e o português” (Celso, s/d, p. 61). Dessa forma:

> Do cruzamento das três raças resultou o mestiço que constitui mais de metade da nossa população. Qualquer daqueles elementos, bem como o resultante deles, possui qualidades de que nós devemos ensoberbecer. Nenhum deles fez mal à humanidade ou a deprecia. (Celso, s/d, p. 61).

Os índios, segundo Afonso Celso, salvo algumas exceções, foram hospitaleiros e dóceis, os negros foram capazes de “sentimentos afetivos, resignação estoica, coragem, laboriosidade” (Celso, 1947, p. 65), durante a escravidão que vigorou até 1888, os portugueses mostraram o seu valor ao construírem o Brasil e “do cruzamento das três raças resultou o mestiço que constitui mais de metade da nossa população” (Celso, s/d, p. 61).

Diante disso, podemos perceber que há nesse excerto três contradições. Na primeira, o autor ao afirmar que os povos originários foram “hospitaleiros e dóceis” sugere que eles receberam os colonizadores de forma passiva e amigável, o que minimiza ou ignora as muitas formas de resistência indígena, conflitos e hostilidade que ocorreram durante o processo de colonização. A visão da “docilidade” atendeu ao projeto de legitimar a posse de terra fazendo com que a colonização fosse um encontro harmônico, e não um processo marcado por conflitos intensos, epidemias, etc., como realmente foi.

Na segunda, ao utilizar a ênfase no “sentimento afetivo”, Celso evoca o antigo estereótipo do negro que é passivo, contente com sua situação, e que reage com carinho ou emoção (positiva) mesmo diante da opressão. Isso serviu historicamente para justificar a escravidão e o tratamento desigual, sugerindo que os negros não se importavam ou eram naturalmente submissos. A tese da “submissão” foi uma tentativa de apagamento de que a liberdade no Brasil não foi um “presente” assinado pela Princesa Isabel em 1888, mas sim o resultado de séculos de pressão popular, de estratégia e de sangue dos próprios negros.

Já na terceira, Afonso Celso ao atribuir aos portugueses o mérito de "construírem o Brasil" implica que os povos indígenas e africanos foram apenas mão-de-obra ou coadjuvantes passivos, e não protagonistas culturais, políticos e econômicos que resistiram e contribuíram ativamente para a formação do país. Isso reforça uma visão eurocêntrica da história, que coloca o colonizador branco no centro da narrativa de progresso e desenvolvimento. Isso expõe também como as narrativas tradicionais e como a linguagem operam para apagar o protagonismo histórico das populações africanas e indígenas.

Além disso, a ênfase colocada pelo autor no fato de que o "mestiço constitui mais de metade da nossa população", serve a um propósito nacionalista: o de definir uma identidade única e coesa para o Brasil, baseada nessa miscigenação. Essa identidade é frequentemente usada para afirmar que o Brasil é uma "democracia racial" onde, supostamente, o racismo não existe porque "todos somos misturados". O mestiço, segundo ele, contribuiu eficazmente para a formação da riqueza pública, pois “[...] não se prestara a trabalhos, sedentários, mas são exímios na exploração da

indústria pastoril, importante num país como o Brasil, onde abundam os campos" (Celso, s/d, p. 81-82).

Afonso Celso termina o capítulo XXI afirmando que não há no mestiço brasileiro qualquer inferioridade física ou intelectual e "é susceptível de quaisquer progressos. Têm produzido grandes homens em todos os ramos da atividade social" (Celso, s/d, p. 83). Assim:

> [...] distinguindo raça de cultura e por isto valorizando em pé de igualdade as contribuições do negro, do português e — em menor escala — do índio, nosso autor ganha forças não só para superar o racismo que vinha ordenando significativamente a produção intelectual brasileira mas também para tentar construir uma outra versão da identidade nacional (Araújo, 1994, p. 30).

A identidade nacional acontece pelo reconhecimento do mestiço, conhecido como "mulato", como um tipo social na formação nacional de forma decisiva. Araújo ao comentar a obra de Freyre, ao analisar a sociedade brasileira afirma que ele procura construir uma identidade coletiva, formada pelos laços dos diferentes grupos que compunham a nação. Essa dimensão:

> [...] Não é aqui aplicada somente ao fruto do intercâmbio entre as diversas raças que povoaram o Brasil, como nos habituamos a imaginar. Ao contrário, em um deslocamento quase surpreendente, ela é destinada sobretudo ao próprio português, que perde inapelavelmente a sua identidade de branco "puro", passando então a ser encarado como um personagem híbrido, resultado de um amálgama iniciado antes, muito antes do seu desembarque no continente americano (Freyre apud Araújo, 1994, p. 43).

Primeiramente, isso acontece pela própria localização geográfica de Portugal que fica situado "[...] em uma das fronteiras da Europa, rota de passagem para a África e, portanto, cenário natural de um enorme número de cruzamentos étnicos e culturais" (Araújo, 1994, p. 43). Os povos converteram, segundo Araújo (1994, p. 44), a "Península Ibérica e em especial a sua face lusitana em um local de intensos encontros, contatos nem sempre pacíficos, mas ainda assim capazes de produzir mútuas e duradouras influências".

A miscigenação segundo afirma Araújo (1994) não acontece essencialmente em uma percepção cromática, pois "as propriedades singulares de cada povo não são separadas e o novo ser que nasce é uma síntese das diversas características que se fundem na sua composição humana e espacial" (Sêjo, 2018, p. 68). Assim sendo, ela está impregnada de ideologias que romantizam a colonização, minimizam a violência

racial e perpetuam uma narrativa que esconde as desigualdades e o racismo estrutural presentes na sociedade brasileira contemporânea.

A Guerra de Canudos segundo afirma Simões Junior (2015) é citada na obra de Afonso Celso como uma exceção sobre os sobressaltos da República, regime que não é mencionado em nenhuma das linhas do livro do autor. Assim, é descrita da seguinte forma: “a tenacidade, a dedicação, a bravura de que são capazes os mestiços provam-no o fato de Canudos, onde, poucos e mal armados, fizeram frente a poderoso exército” (Celso, s/d, p. 82).

Dessa forma, podemos perceber que Afonso Celso faz alusão aos mestiços de forma a ressaltar as suas qualidades, pois por meio dessa guerra insurgiram-se contra as mudanças que foram introduzidas pelo novo regime. Foi descrita também pelo autor *en passant*, ou seja, de forma vaga.

O tópico sobre “os Indígenas” está presente na obra de Afonso Celso. Ele aparece no capítulo “XVII Costumes curiosos dos índios do Brasil”. Celso trata das várias tribos ainda existentes no Brasil: os *coroados,* os *muras,* os *canoeiros do Amazonas,* os *caiapós,* os *apinagês,* os *carajás,* os *bororós,* os *guaicurus, e* os *mundurucus.* O foco central de toda a sua discussão é a descrição dos costumes (particularidades) de cada uma dessas tribos. Como exemplo, trazemos o que o autor fala sobre os *coroados: “*nas bandas do Paraguai, vivem em pequenas comunidades, passam em pirogas a metade da existência. Aproximam-se do tipo caucásico; encontram-se entro eles belos exemplares varonis e formosas mulheres” (Celso, s/d, p. 67).

Salvador (1965) faz uma discussão acerca da origem dos povos originários e a diversidade de línguas entre eles. Além disso, trata das aldeias, dos casamentos e as criações de seus filhos, da cura dos enfermos e do enterro dos mortos. Já Fernão Cardim (1980) descreve acerca dos costumes, adoração e cerimônias, dos casamentos dos indígenas, do que comem e bebem, do modo de dormirem, como se vestem, das suas casas, da criação de seus filhos, do costume que tem de agasalhar os hóspedes.

Dessa maneira, as discussões feitas pelos dois autores se assemelham, guardadas as proporções, às feitas por Celso em sua obra. A única diferença é que

eles falam dos indígenas no geral e Afonso Celso por sua vez discute as várias tribos com os seus costumes, respectivamente. Celso ao focar nas tribos e seus costumes demonstra “ignorar” ou “minimizar” os conflitos, a opressão e o racismo que esses povos sofreram. A descrição "neutra" de costumes pode mascarar as relações desiguais de poder entre os povos originários e a sociedade dominante. Em resumo, implica em uma visão muitas vezes eurocêntrica e limitada, que tende a “objetificar” os povos descritos, em vez de reconhecer a sua história com as suas complexidades.

Quanto aos portugueses, no capítulo XIX intitulado “os portugueses” Afonso Celso afirma que “a história não regista notícia de um povo que, com menos recursos, mais fizesse do que o português” (Celso, s/d, p. 75), pois:

> Larga é a sua contribuição para o progresso humano, que nunca empeceu. Subjugou o mar tenebroso, dilatou o perímetro aproveitável do planeta; e, sendo um dos mais diminutos e menos povoados reinos da Europa, formou esse colosso — o Brasil. Dá mostras de injustiça e ingratidão o brasileiro que ataca ou deprime Portugal (Celso, s/d, p. 75).

Onde quer que se fixassem na África, na Ásia e na Oceania são exemplos de patriotismo e de amor ao trabalho. Assim, “desfralda-se altiva, há tantos séculos, a sua bandeira branca e azul” (Celso, s/d, p. 76).

Para Afonso Celso, pensando na ideia da “comunidade imaginada”, os portugueses deveriam ser lembrados, pois “nunca se abateram os cinco escudos das suas armas. Honra aos desbravadores do nosso país!” (Celso, s/d, p. 76). Dessa forma, por meio dessa frase, ele pode ser lembrado como precursor da teoria do "Lusotropicalismo" criada por Gilberto Freyre em 1933, que defendia que os portugueses tinham uma capacidade inata de se adaptar aos trópicos e de se miscigenar de forma mais harmoniosa e menos violenta do que outros colonizadores europeus. Portanto, por meio de uma visão eurocêntrica, ele exalta os portugueses como “construtores” e “civilizadores”. Isso reflete em uma perspectiva que considera a cultura e a ação europeias como superiores e benéficas para os povos colonizados.

Em “Sétimo motivo da superioridade do Brasil: nobres predicados do caráter nacional”, Capítulo XXII da obra de Afonso Celso, afirma-se que “o brasileiro fisicamente não é um degenerado. Notam-se muitos de estatura elevada, vigor e agilidade pouco vulgares” (Celso, s/d, p. 85). Quanto ao caráter do brasileiro não podem negar segundo o autor o sentimento de independência, de hospitalidade, de

afeição à ordem, de paciência e resignação, de doçura, de zelo pelo cumprimento nas obrigações, de caridade, de acessibilidade, de tolerância e de honra no desempenho das funções particulares ou públicas.

Assim, “a estatística dos crimes depõe muito em favor dos nossos costumes. Viaja-se pelo sertão, sem armas, com plena segurança, topando sempre gente simples, honesta, serviçal” (Celso, s/d, p. 86). Celso afirma também que “arguem ao caráter brasileiro fraqueza de sentimento patriótico. É uma inverdade” (Celso, s/d, p. 87), pois nunca sofremos imposições de quem quer que seja calados.

> A luta contra os holandeses, a da independência, a do Paraguai, a questão do rochedo estéril da Trindade que a Inglaterra foi obrigada a nos restituir, tantos outros factos significativos demonstram que a ideia da Pátria congrega e inflama os nossos corações (Celso, s/d, p. 87).

Dessa maneira, “a bandeira do Brasil sabe fazer-se respeitar” (Celso, s/d, p. 87). Ele termina esse capítulo afirmando que no caráter brasileiro há muitas qualidades consideráveis.

> Nenhuma falha lhe é peculiar ou exclusiva. Tem preciosas virtudes, eminentemente sociais. Não se mostra refratário a ensinamentos, nem insusceptível de emendas. Revela disposições ótimas, fundo excelente (Celso, s/d, p. 88).

Essas qualidades, segundo Celso, são resultados tão “prodigiosos como o das sementes plantadas no nosso solo, convenientemente lavrado” (Celso, s/d, p. 88).

No capítulo “XXIII Oitavo motivo da superioridade do Brasil: nunca sofreu humilhações, nunca foi vencido”, o autor declara que o Brasil nunca sofreu uma derrota definitiva:

> Em quatro séculos de história, o número de suas vitórias militares supera sobremaneira o de seus desastres. Estes, sobre escassos e honrosos, nenhuma consequência aviltante produzira. E não tardou a desforra. O Brasil nunca cedeu à força uma polegada do seu território. Desde os tempos mais remotos, defendeu-se com dignidade contra agressores mais fortes (Celso, s/d, p. 89).

De uma forma geral, segundo Celso:

> nos tempos coloniais, batemos quase sempre os franceses, expulsamo-los do Rio e do Maranhão, conquistamos-lhes a Guiana; vencemos os ingleses em Santos, no Espírito-Santo, no Amazonas; expelimos os holandeses do mesmo, Amazonas, do Maranhão, de Pernambuco; derrotamos repetidas vozes os espanhóis; triunfamos na Argentina, no Uruguai, no Paraguai, na Bolívia, no Peru. Brasileiros contribuíram para a queda do grande guerreiro do século XIX. Até na África colheram louros as armas brasileiras (Celso, s/d, p. 95).

Portanto, o tópico “o Brasil nunca foi vencido” é um exemplo do ufanismo de Afonso Celso, pois aqui claramente o autor demonstra o orgulho exagerado de ser brasileiro por meio de uma virtude da identidade nacional do Brasil.

O tópico “a Guerra do Paraguai” é tratado no capítulo “XXVI A Guerra do Paraguai”. Afonso Celso afirma que a guerra foi iniciada pela ambição desmedida de poder de Solano López. Descrito como “um monstro que mandou trucidar, sem motivo, depois de horríveis torturas, seus mais ilustres compatriotas e próximos parentes, assim como centenas de estrangeiros” (Celso, s/d, p.106).

Evitada duas vezes pelo comedimento do Brasil, ela tornou-se inevitável quando o Paraguai atacou o Brasil invadindo o Mato Grosso com forças militares superiores às nossas. “Dispunha de 80.000 homens disciplinados e 39 navios de guerra. O Brasil tinha apenas 15.000 homens e deficiente esquadra. Mas o sentimento nacional vibrou” (Celso, s/d, p.108). O Paraguai segundo o autor:

> era um país ignoto, inacessível, pantanoso, e do qual não existia um mapa ou informação segura. Os nossos generais não conheciam o terreno em que pisavam, obrigados a reconhecimentos constantes, marchando distâncias imensas às apalpadelas, a milhares de léguas do seu governo, construindo caminhos no meio de florestas inundadas, e estradas de ferro [...], arcando com embaraços extraordinários para os fornecimentos das tropas. Debateram-se contra a coragem frenética do inimigo fanatizado, contra terríveis epidemias, como a do cólera-morbo, e os mil tremendos obstáculos da natureza hostil (Celso, s/d, p. 108).

A guerra foi vencida em aliança com a Argentina e o Uruguai, que também foram afrontados por Solano López. Dessa maneira, o Brasil:

> restituiu as propriedades e valores apreendidos; concorreu decisivamente para a abolição do cativeiro no país que ocupava; jamais cobrou contribuição de guerra, nem sequer indenizações devidas a brasileiros espoliados; manteve forças em Assumpção, efetuada a paz, para sustentarem a autoridade do governo proclamado; constituiu-se garante da independência e soberania do Paraguai. Fez mais: — monarquia, mandou um dos seus melhores estadistas, Paranhos, depois Visconde do Rio Branco, organizar o país sob a forma republicana, organização que o Paraguai até então nunca tivera (Celso, s/d, p. 110).

Celso termina esse capítulo indagando retoricamente: “Onde, nos fastos humanos, maior galhardia na luta e maior magnanimidade na vitória?!” (Celso, s/d, p. 110). Desta maneira, o autor se coloca contra o pessimismo histórico que cerca a formação brasileira. Procura demonstrar que o povo brasileiro já deu inúmeros exemplos, como na guerra, de que é capaz de lutar por conta própria pela sua

autodeterminação e a sua soberania. Isso indica o caminho a ser seguido no Brasil para o seu “despertar” como a grande nação que de fato é e merece ser.

No capítulo “XXVII Nono motivo da superioridade do Brasil: seu procedimento cavalheiroso e digno para com os outros povos” Afonso Celso declara “o Brasil jamais provocou, jamais agrediu, jamais lesou, jamais humilhou outras nações. Revelou sempre para com toda a mais perfeita dignidade, a par de rara e elevada abnegação” (Celso, s/d, p. 111).

O autor enfatiza que ao longo da história a postura diplomática e pacífica do Brasil é um ponto distintivo e positivo. Diferente de outras nações que poderiam ter adotado práticas expansionistas ou agressivas, ele é retratado como sendo um país que busca o respeito e a harmonia em suas relações internacionais. Portanto, ao inserir-se nesse princípio, “o procedimento daqueles que pertencem à nação brasileira, para com o estrangeiro, é sempre cordial, benevolente, fruto da mais perfeita dignidade” (Silva, 2023, p. 49).

Já no capítulo “XXVIII Décimo motivo da superioridade do Brasil: as glórias a colher nele”, o autor por meio da retórica, argumenta que poderia ser a nação brasileira confrontada com qualquer outra nação do mundo. Argumenta em primeiro lugar que:

> A quem se dedicar ao estudo das cousas brasileiras não hão de faltar honras nem satisfações. O Brasil oferece um campo de investigações superior ao de outros países. Basta dizer que até a ciência da sua topografia apresenta ainda grandes lacunas. O interior jaz inexplorado. [...] Quantas interessantes questões etnográficas, antropológicas, geológicas, filológicas, históricas, botânicas, zoológicas, dignas de absorverem os doutos, capazes de conferirem a quem as estudar a mais pura imortalidade. Que vasta e convidativa seara de glórias! (Celso, s/d, p. 119).

A retórica a respeito da história brasileira presente acontece em linhas gerais na obra da seguinte maneira:

> Acrescentai que no regime colonial a regra foi ordem, paz, raras guerras civis, progresso contínuo, sem vicissitudes revolucionárias e retrocessos violentos; que, abolido esse regime, continuamos amigos da mãe pátria; que as nossas crônicas estão cheias de episódios comoventes, trágicos e heroicos, lendas poéticas, questões curiosas, prendendo-se à nossa história todos os fatos notáveis ocorridos no Ocidente desde 1500, quais a Renascença, a Reforma Luterana, o prestígio e a decadência da Companhia de Jesus, a grandeza e o declínio da Espanha, a supremacia da Holanda e da Inglaterra nos mares, as guerras de sucessão, a revolução francesa, Napoleão; que conhecemos com plenitude certas liberdades quando nas sociedades mais cultas elas ainda sofriam restrições; — e confessareis que o nosso passado, longe de

> nos humilhar ou entristecer, ministra-nos altos títulos de ufania (Celso, s/d, p. 128).

Assim sendo, “percebe-se a linha de argumentação a partir da qual, ao passado brasileiro é reservada a satisfação, e ao futuro, apenas a prosperidade contínua e a glória eterna” (Silva, 2023, p. 52).Trata-se de uma narrativa feita de forma ufanista e ideológica que romantiza o passado e projeta um futuro irrealista, ignorando a complexidade da formação brasileira e os desafios presentes, com o objetivo de promover um sentimento de orgulho nacional acrítico.

No capítulo “XXIX Undécimo motivo da superioridade do Brasil: a sua história”, Celso declara que, “se não abundam feitos extraordinários na história pátria, também não os há deprimentes ou vergonhosos. Raras e pouco duradouras tiranias temos suportado” (Celso, s/d, p. 123).

Dessa forma, Afonso Celso incute o orgulho patriótico nos brasileiros de forma a destacar e analisar os cinco pontos dela. Esses pontos são “os jesuítas; os bandeirantes; a guerra holandesa; a guerra dos Palmares; a retirada da Laguna” (Celso, s/d, p. 128). Esses tópicos foram trabalhados respectivamente nos capítulos “XXX”, “XXXII”, “XXXIV”, “XXXIII” e “XXXV”.

No capítulo “XXX – Os Jesuítas”, Afonso Celso afirma que esses religiosos praticaram “[...] grandes feitos, apresentaram figuras imortais” (Celso, s/d, p. 129). Manoel da Nobrega fundou na Bahia “uma escola, onde os filhos dos aborígenes começaram a aprender” (Celso, s/d, p. 129). Era tido pelos indígenas, segundo afirma Celso, como o padre voador e “sua atividade, seus serviços, sua virtude excedem qualquer elogio” (Celso, s/d, p. 129).

Aspilcueta Navarro aprendeu, segundo afirma o autor, a língua dos índios sozinho e “prepara um catecismo em língua tupi, traslada para essa língua as orações católicas e nela prega o Evangelho aos selvagens” (Celso, s/d, p. 129). De José de Anchieta, disseram que “atribuíam-lhe o poder sobrenatural do suspender os braços armados. De Anchieta afirmou um prelado: a Companhia de Jesus é um anel de ouro, ele a pedra preciosa desse anel” (Celso, s/d, p. 131). Quanto a João Almeida:

> Quando os sinos anunciaram a sua morte, foi uma calamidade pública, uma invasão desesperada em seu modesto aposento. Governador, bispo, magistrados, nobreza, milícias, tudo correu para o serviço fúnebre. Outras pessoas mortas no mesmo dia dificilmente tiveram quem as enterrasse.

> Milhares de indivíduos beijaram o cadáver exposto. Forte guarda impediu que lhe arrebatassem os vestidos. Muita gente afirmou que ele abrira os olhos, depois de morto, e exalava suavíssimo aroma (Celso, s/d, p. 132).

Dias depois de ser enterrado, ele apareceu desenterrado com as vestes e os cabelos cortados. Essas partes tidas como relíquias "foram guardadas por muito tempo, como preciosidades, invocando-se o nome de João de Almeida, qual o de um grande santo" (Celso, s/d, p. 132). Já no que diz respeito a Antônio Viera, o autor afirma que "é uma glória do Brasil, pois no Brasil se educou e passou a maior parte da extensa e proveitosa existência" (Celso, s/d, p. 132). Dessa forma, de uma maneira geral:

> Na história dos jesuítas do Brasil, figuram numerosos mártires. Em 1571, o provincial Inácio de Azevedo e mais 07 companheiros pereceram em viagem para a Bahia, trucidados por piratas huguenotes. Refere Southey a legenda de que, morto Azevedo, não puderam os hereges arrancar-lhe das mãos um retrato da Virgem, cópia do feito por S. Lucas. Arrojado ao mar, o cadáver estendeu os braços, colocando-os na postura de um crucificado. Içaram os piratas o corpo a bordo, amarraram-lhe os membros, tirando-os à força daquela atitude, e tornaram a arremessá-lo á água. Então, ergueu-se ele direito sobre as ondas, estendeu de novo os braços da mesma forma, segurando a pintura, à guisa de estandarte, e assim continuou até que a esquadra herege se perdeu no horizonte (Celso, s/d, p. 133-134).

Depois passando um navio perto do martírio "subiu o corpo do seio das vagas na mesma atitude, depositou o retrato a bordo e volveu a mergulhar-se" (Celso, s/d, 134). A imagem com os ensanguentados "foi exposta na Bahia à veneração dos fieis" (Celso, s/d, 134). No que diz respeito aos serviços desenvolvidos pelos jesuítas no Brasil Afonso Celso afirma que eles catequisaram os índios, educaram as pessoas e construíram igrejas, conventos entre outros – "que passaram a ser importantes próprios nacionais" (Celso, s/d, p. 135). No que diz respeito aos índígenas, ele afirma que:

> lutaram contra as suas crendices e os seus vícios, combateram a poligamia, a embriaguez, a antropofagia, chegando a arrebatar prisioneiros, prestes a serem devorados, no meio do furor da horda estupefata. Desprendidos dos laços da terra, não só não temiam o martírio como o ambicionavam. Arriscavam a vida todos os dias, sem o mínimo interesse. Com perseverança, coragem e fé inabaláveis, debelavam os piores obstáculos (Celso, s/d, p. 135).

Os jesuítas segundo o autor aprenderam algumas palavras do idioma dos indígenas e com o catolicismo nas orações, credos, conseguem "que os selvagens as repitam cantando, e as conservem de cor" (Celso, s/d, p. 136). Combateram também "as deturpações cristãs que se estabelecem em algumas tribos e, sobretudo, a má

vontade dos habitantes, cujos abusos profligam e contra cuja ganância defendem os naturais do país" (Celso, s/d, p. 136). De uma maneira geral, ele vai tratar das construções das igrejas, como combateram as guerras e:

> A par deste, quantos outros exemplos de heroísmo obscuro, de sacrifício mudo, de trabalho sem prêmio, de desconhecida dedicação! Nóbrega, por meio de suas viagens e pelas dos padres que dissemina por todo o território do Brasil, estabelece troca de notícias, relações e comunicações entre as capitanias isoladas (Celso, s/d, p. 138).

O autor termina esse capítulo afirmando que os jesuítas conheceram e estudaram a nossa terra com amor e inteligência e "organizaram cartas e roteiros, investigaram os dialetos e hábitos de nossos indígenas, descobriram e apregoaram as riquezas e belezas do nosso país" (Celso, s/d, p. 138). Além disso, segundo Celso (s/d, p. 138), "foram incontestavelmente grandes amigos nossos. Mal de nós se lhes não tributássemos respeito e gratidão".

Essa "exaltação" feita por Afonso Celso causa o esquecimento de que a ação jesuítica foi um pilar fundamental do projeto colonial ibérico, servindo aos interesses das Coroas de Portugal e Espanha na ocupação e organização do território brasileiro. A "educação" e "catequese" resultaram em uma imposição forçada da cultura europeia e cristã, levando à supressão e perda de muitas tradições, crenças e rituais indígenas (processo conhecido como aculturação). Assim, ela lembra os seus feitos educacionais, mas apaga implicitamente as complexidades de seu papel como agentes de uma colonização que desmantelou as culturas dos povos originários para integrá-los ao sistema colonial e à fé católica.

Assim, segundo Bosi (1992) por mais que os jesuítas "tentassem" proteger os povos originários da escravização brutal dos colonos, a aculturação forçada que impuseram "quebrou" a identidade nacional deles e preparou o terreno social e psicológico para a dominação definitiva de Portugal. Dessa forma, temos aqui uma dialética entre a intenção real dos jesuítas que era a conversão religiosa e o seu resultado político que foi a aniquilação cultural dos povos originários e a dominação colonial.

Quanto aos bandeirantes, no capítulo XXXII Afonso Celso os define como um:

> bandos de aventureiros, que, sem itinerário, sem bússola, sem abrigo, guiando-se pelo curso dos rios, pelas altas montanhas ou à lei do acaso, alimentando-se dos produtos da caça e da pesca, dormindo ao relento,

> navegando em jangadas, transpondo cachoeiras, [...] abismos, florestas ínvias, sítios quase inaccessíveis, arrostando feras, répteis, selvagens antropófagos, astutos e vingativos, debelando perigos mil vezes mais formidáveis que os do oceano desconhecido, através febres, naufrágios, desastres, ferimentos, guerras, sacrifícios constantes, lá se iam à conquista do remoto sertão misterioso! (Celso, s/d, p. 139).

Segundo o autor, eles percorreram o interior do Brasil durante um século inteiro sem desanimar diante das dificuldades que encontravam. Desbravam regiões enormes:

> realizam excursões, difíceis ainda hoje, com todos os recursos da civilização, fazem ver a face dos brancos onde ela jamais aparecera e nunca mais apareceu. Atravessam o continente, chegam aos Andes, ao norte do Paraguai, às cordilheiras do Peru, quebrando extraordinárias resistências, reduzindo os indígenas à escravidão, expulsando os espanhóis do território português, sustentando longas e sanguinolentas campanhas, descobrindo o ouro e os diamantes (Celso, s/d, p. 141).

Os estados de “Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, o oeste de S. Paulo foram explorados, sem intervenção do governo, graças à audaz iniciativa deles” (Celso, s/d, p. 141).

Assim, os bandeirantes, segundo Celso, não só organizaram roteiros úteis como também deram nome a vários lugares, montes e rios brasileiros. Eles devem ser lembrados, portanto, como “[...] a nota galharda e rubra dos nossos anais” (Celso, s/d, p. 141). Essa frase é atribuída frequentemente aos escritores e aos historiadores do início do século XX, como exemplo Afonso Arinos de Melo Franco, que buscavam criar uma identidade nacional e paulista. Ela carrega implicitamente uma visão heroica, romântica e eugenista da figura do bandeirante.

Por outro lado, deve-se lembrar os escamoteados aspectos “sombrios” das ações dos bandeirantes, que incluíram a violência, o assassinato e a escravização dos povos originários, bem como também o “ataque” às missões jesuíticas e a busca por escravos fugitivos. Portanto, o que é lembrado por Afonso Celso são os efeitos da expansão territorial e a coragem dos bandeirantes, enquanto o que deve ser esquecido são as atrocidades e o sofrimento sofridos às populações nativas e negras cometidos por eles.

O quilombo dos Palmares aparece narrado no capítulo “XXXIII - A República de Palmares” na obra de Afonso Celso. Afirma o autor que “da valente república de Palmares não permanece senão a vaga reminiscência, bastante, contudo, para que

um poeta inspirado a transforme em magnífica epopeia" (Celso, s/d, p. 147). Apesar da lembrança de república dos Palmares ser narrada por Afonso Celso de maneira detalhada, ela deve ser uma recordação "vaga", ou seja, deve sofrer um esquecimento.

Em outras palavras, trata-se de uma dialética: o autor discorre sobre o assunto com uma abundância de detalhes (mais do que Bilac e Coelho Neto em sua obra), mas, ao mesmo tempo, tudo isso, em sua visão, deve ficar amortecido, por causa dos acontecimentos e das pessoas envolvidas, como, por exemplo, a prática de sequestros de mulheres e saques nas fazendas com assassinatos dos que opusessem resistência ao quilombo.

No capítulo "XXXIV A Guerra Holandesa" Afonso Celso trata da guerra pela retomada do território invadido pelos holandeses. Afirma que "[...] não há exemplo, nos arquivos da lembrança humana, de outra luta travada em análogas condições e com semelhante felicidade conseguida, — luta que por si só nobilitaria a história de um povo" (Celso, s/d, p. 149). A guerra "mostra quanto podem a perseverança e o heroísmo" (Celso, s/d, p. 149). O autor cita alguns episódios lendários, como exemplo, em um ponto do "Rio Formoso, 20 brasileiros opõem-se à arremetida de 500 holandeses. Entram estes, afinal; mas encontram 19 cadáveres. Ferido, escapara a nado o último dos defensores" (Celso, s/d, p. 151).

Na guerra holandesa, "[...] reúnem-se harmonicamente todos os elementos que formam o brasileiro" (Celso, s/d, p. 152). O português é representado por João Fernandes Vieira, "que manda incendiar os canaviais de sua propriedade para tirar recursos ao inimigo [...]" (Celso, s/d, p. 153). Vieira seria "cabeça da revolta, tipo do colono laborioso e rijo; é o índio Camarão, simbolicamente desaparecido antes do triunfo final" (Celso, s/d, p. 153), Henrique Dias é o negro "dez vezes ferido, prestativo, incansável, paciente e denodado" (Celso, s/d, p. 153) e André Vidal de Negreiros é o brasileiro "representando o produto da integração desses três elementos, — generoso, desprendido e altivo" (Celso, s/d, p. 153).

Dessa forma, contrariando as correntes racistas da época, Afonso Celso aponta a miscigenação brasileira como sendo um elemento positivo da formação do Brasil, composta pelas características nobres dos portugueses, dos índígenas e dos negros. O nosso país, segundo ele, constitui-se de forma coesa e homogênea como um todo

no qual a identificação nacional prevalece sobre as diversidades religiosas, não havendo aqui conflitos dessa ordem.

Essa citação descreve uma visão idealizada ou teórica do Brasil como uma nação intrinsecamente unificada, onde a identidade nacional supostamente se sobrepõe às divisões religiosas, resultando em uma ausência de conflitos nessa área. Essa perspectiva, no entanto, contrasta com a realidade social e as evidências históricas e contemporâneas de intolerância e conflitos religiosos no país.

A Retirada da Laguna é tratada no capítulo “XXXV”. Segundo Celso (s/d, p. 155): “Um dos feitos mais gloriosos da história universal é a retirada através da Ásia Menor quatro séculos antes de Cristo, de dez mil gregos que tinham ido combater a favor de Ciro, o jovem”. A nossa história registra um sucesso análogo, “em que as tropas brasileiras mostraram constância e heroísmo, iguais, senão superiores, aos dos gregos, sustentando luta mais terrível, passando por maiores riscos, arrostando piores provações” (Celso, s/d, p. 156).

O que mais nos chamou a atenção nesse capítulo é a parte final na qual o autor afirma:

> Concluído o lúgubre holocausto, põe-se em marcha a coluna, sem volver a cabeça. Apenas se afasta, ouvem-se atrás tiros, clamores. Alguns vultos levantam-se, correm, caem. É o inimigo que ataca os moribundos. A coluna instintivamente retarda o passo. Ninguém a alcança. Só um dos coléricos escapou milagrosamente e, mais tarde, depois de sofrimentos indizíveis, reuniu-se aos retirantes. Pouparam-no os paraguaios em vista do seu grau de prostração. «Não se fere um cadáver» disseram.
>
> Morrem de cólera em quarenta e oito horas dois guias, o imediato do comandante e o próprio comandante, mostrando este calma e coragem estupendas (Celso, s/d, p. 159).

Extenuada a coluna, “reduzida a menos de metade da gente com que invadiu o Paraguai [...]. Passa por todas as misérias por que o homem pode passar, sem sucumbir” (Celso, s/d, p. 159). Ela não deixa prisioneiros e conserva os canhões e os seus estandartes. “Patenteia qual a força de resistência da alma brasileira e de quanto é capaz, em o dever lhe exigindo sacrifícios” (Celso, s/d, p. 159).

Assim, Celso “pretendia encontrar eventos e sujeitos na história do Brasil que pudessem encarnar o espírito universal [...]” (Armani; Petter, 2017, p. 290), mas “não era qualquer Brasil que era invocado nessas histórias, era o verdadeiro *ser brasileiro*” (Armani; Petter, 2017, p. 290 – *grifos dos autores*).

No capítulo “XXXVI A Independência do Brasil” o que mais nos chamou a atenção na sua leitura foi a recordação de alguns fatos sobre D. Pedro “para mostrar que nada se praticou então de desairoso para nós, mas, ao contrário, sucedeu muita cousa digna de admiração” (Celso, s/d, p. 163). Como exemplos, cita os seguintes: “ao embarcar para a Europa, em abril de 1821, confia D. João VI ao príncipe D. Pedro a administração e governo supremo e provisório do reino do Brasil” (Celso, s/d, p. 163); no dia 23 de maio, D. Pedro declara “a liberdade de imprensa, antecipando, por esta e outras medidas, o regime constitucional” (Celso, s/d, p. 163).

Além disso, quando o autor trata da separação definitiva de Portugal, afirma que “a separação foi [...] resultado de longa série de grandes atos, denotadores de energia, perseverança e civismo nada vulgares” (Celso, s/d, p. 164). Portugal no dia 29 de agosto de 1825 reconhece segundo Celso a Independência do Brasil.

> Como o Brasil se obrigara a pagar dois milhões de libras esterlinas, ou melhor, assumira a responsabilidade de um empréstimo dessa quantia, contraindo por Portugal em Londres, acoimaram alguns oposicionistas o tratado de carta de alforria, afirmando que compramos a nossa independência. Excessos de linguagem injustos e injustificados!
>
> Proveio aquele compromisso de um ajuste de contas, tendo por fim extinguir reclamações de parte a parte. Representou o valor de palácios e outras propriedades particulares de D. João VI no Brasil. Com a separação, apoderara-se este de parte do patrimônio até então comum. Ficaram, demais, pertencendo ao Brasil, mediante a obrigação referida, mercadorias sequestradas, embarcações surtas nos portos, prédios rústicos e urbanos, navios apresados em alto mar, numerosos vasos de guerra (Celso, s/d, p. 165).

Assim, “a continuação da campanha teria custado mais. Porém, objetar-se-ia, poderia o Brasil vencer afinal e nada pagar” (Celso, s/d, p. 166). O Brasi,l segundo afirma Afonso Celso, não fez questão do dinheiro, “praticando para com a velha mãe pátria empobrecida e fraca um ato de honestidade ou cavalheirismo” (Celso, s/d, p. 166).

O tópico sobre “os heróis da história brasileira” está presente na obra de Afonso Celso no capítulo intitulado “XXXVII Grandes nomes da nossa história”. Celso destaca que, “entre os grandes vultos do Brasil, cumpre mencionar D. Pedro I, que, nascido em Portugal, para aqui veio aos nove anos, aqui se educou e formou o caráter, aqui passou 23 anos da sua breve existência” (Celso, s/d, p. 170). E quaisquer que fossem os erros que ele cometeu “não se pode negar a muita glória dessa existência fecunda”

(Celso, s/d, p. 170). Dentre as altas qualidades dele, o autor cita a atividade, a franqueza, a coragem e o cavalheirismo.

A separação definitiva de Brasil e Portugal, segundo Afonso Celso, se deve a José Bonifácio e Martim Francisco. E antes de chegarem ao poder os Andradas, D. Pedro praticou os seus atos decisivos:

> quais desobedecer categoricamente às ordens das Cortes de Lisboa e obrigar a embarcarem para Europa as tropas portuguesas que pensaram em promover a execução de tais ordens. A 7 de Setembro, no Ipiranga, José Bonifácio não estava ao lado de D. Pedro. No dia da abdicação, 7 de abril de 1831, aconselha aos soldados fiéis que se reúnam aos companheiros revoltados, declarando não desejar o sacrifício de pessoa alguma. «Tudo para o povo, nada pelo povo» — era a sua máxima. Si alguém se humilhava diante dele, exclamava: «Trata-me como homem!» (Celso, s/d, p. 171).

D. Pedro abdica, segundo afirma o autor, entregando seus filhos menores de idade:

> sem mãe, ao povo triunfante na revolução, tamanha confiança depositava no caráter desse povo. Nomeia tutor deles José Bonifácio, adversário da véspera. Despede-se dos amigos, pedindo-lhes perdão das ofensas que porventura lhes irrogara. Quais, afinal, seus graves crimes contra o progresso e a civilização do Brasil? Se faltas cometeu, prestou serviços que as resgatam (Celso, s/d, p. 171).

Afonso Celso termina esse capítulo afirmando que D. Pedro morreu com 36 anos de idade "incompletos, tendo fundado um esperançoso império, libertado um antigo reino, renunciado duas coroas, servido duas Pátrias, deixando fama imortal na Europa e na América" (Celso, s/d, p. 172).

O segundo imperador é citado no capítulo intitulado "XXXVIII D. Pedro II" na obra de Afonso Celso. No primeiro parágrafo, o autor afirma que D. Pedro II é "um grande vulto da história brasileira" (Celso, s/d, p. 173) e que:

> Época virá, não mui remota, em que unanimemente se lhe reconhecerá a benemerência, proclamando-o a nação inteira o mais eminente dos brasileiros, o mais nobre dos americanos (sem excetuar Washington e Bolívar), umas das figuras mais simpáticas e venerandas da história universal (Celso, s/d, p. 173).

É então narrada a história de D. Pedro II. Órfão de mãe aos cinco anos de idade, teve a sua maioridade decretada aos quinze anos. "Com decisão e coragem, aceitou a tremenda responsabilidade que se lhe oferecia, e encetou esse reinado de progresso [...]" (Celso, s/d, p. 174), que grandes transformações traria para o Brasil.

Assim, “Do balanço do seu meio século de administração resulta enorme saldo de benefícios” (Celso, s/d, p. 175). Segundo afirma o autor, ele:

> Reprimiu o caudilhismo no Brasil e no Prata, garantiu 40 anos de paz interna, sufocou cinco revoluções, — em S. Paulo, Minas, Maranhão, Rio Grande do Sul e Pernambuco, — sustentou três gloriosas guerras externas, destruindo três tiranias, — a de Rosas, a de Aguirre e a de Lopez; assegurou a independência do Uruguai e do Paraguai; contribuiu decisivamente para a libertação de dois milhões de escravos (Celso, s/d p. 175).

Inaugurou as primeiras estradas de ferro do Brasil, ajudou a desenvolver a instrução pública, entre outros. Era sobretudo preocupado com a educação, conforme afirma Afonso Celso:

> [...] animando-a quanto em si cabia, assistindo infatigável a exames, concursos, distribuição de prêmios! «Se eu não fora Imperador quisera ser mestre de escola», costumava exclamar. «Nada conheço de tão nobre acrescentava, — como dirigir jovens inteligências, preparar os homens do futuro.» Quiseram exigir-lhe um palácio, condigno da sua posição. Exigiu que o dinheiro destinado à construção se aplicasse à de escolas (s/d, p. 179).

Os livros eram os seus amigos. “Legou ao Instituto Histórico, que fundara, ao Museu e à Biblioteca Nacional a magnífica livraria de 60.000 volumes que cuidadosamente ajuntara, bem como as suas coleções [...]” (Celso, s/d, p. 180), sem um valor estimado. E com a sua morte em um hotel em Paris:

> Prestou-lhe honras soberanas a República Francesa. De toda parte acorreram representantes de reis com imperadores a render-lhe o preito supremo. A imprensa universal cobriu-se de luto, sentimento compartido pela massa popular. O trem fúnebre que transportou o seu cadáver a Lisboa, atravessou a Espanha e Portugal, entre unânimes e grandiosas demonstrações de pesar e veneração.
>
> E lá descansa em S. Vicente de Fora, longe do Brasil que tanto amou, tanto serviu, tanto exalçou.
>
> Mas há de voltar; há de tornar-se legendária a sua memória imortal. Há de voltar triunfalmente, sim, para jazer ao lado dos seus queridos compatriotas, do mesmo modo que de Santa Helena volveram as cinzas de Napoleão, a fim de repousarem nos Inválidos, como ele pedira, junto das de seus bravos (Celso, s/d, p. 181-182).

Assim, Afonso Celso termina esse capítulo afirmando que “a história reconhecerá que a glória do Imperador brasileiro é mais alta e mais pura que a do sanguinário Imperador francês, aniquilado em Waterloo” (Celso, s/d, p. 182). Aqui o autor faz referência à batalha de Waterloo que aconteceu em 18 de junho de 1815 e ficou conhecida como a derrota final de Napoleão Bonaparte. Nessa batalha,

Napoleão lutou contra as tropas lideradas pelo Duque de Wellington e por Blücher, sendo forçado a se retirar depois de ver suas tropas sucumbirem.

A derrota na batalha levou à abdicação de Napoleão e ao seu exílio na ilha de Santa Helena, no Atlântico Sul, até a sua morte em 1821. Ela marca o fim das Guerras Napoleônicas, a restauração da monarquia na França e a reorganização do mapa político europeu, com a ascensão de outras potências e a diminuição do poder francês. Dessa forma, D. Pedro II:

> Isento de orgulho, mas membro construtor de uma nação na qual todos os seus poderiam se orgulhar. O indivíduo *mor* da História do Brasil representava, para Afonso Celso, a esperança e a salvação nacional. Seu Dom Pedro II, por vezes lhe deu a esperança da restauração, por outras, fez-se para ele como o elemento integrante mais aclamado da História do Brasil, cujo legado para o futuro, mesmo que não fosse mais alicerçado em um regime político monárquico, teria na memória e no modo de ser, no ethos do brasileiro, a sua presença. A figura de Dom Pedro II era o que poderia provocar um olhar para o passado nacional do Brasil que amenizasse as dores do presente obscuro em que supostamente viviam os monarquistas brasileiros de *Fin-de-Siècle.* Destarte, transfigurar-se-ia o Brasil, em um país "para-o-futuro". Se o regime era republicano, seu modo de ser seria monárquico (Armani; Petter, 2017, p. 293 – *grifos dos autores*).

A transição para o regime republicano fica superada de forma retórica. Não aconteceria mais por meio de uma restauração, ou por meio da deposição de seu regime, "mas para Afonso Celso, por meio do engrandecimento nacional, da legítima História do Brasil, a garantia de uma memória do Brasil Imperial e de Dom Pedro II para o futuro" (Armani; Petter, 2017, p. 293).

Portanto, no que diz respeito a D. Pedro II, para Afonso Celso, a sua memória se manterá viva; em outras palavras para ele o imperador e todo o seu reinado deverá ser lembrado como fatos positivos da história.

Em "A Escravidão no Brasil", capítulo XXXIX da obra *Porque Me Ufano Do Meu País,* Afonso Celso afirma que "se é exato que o Brasil se demorou em abolir a escravidão, não menos certo é que em parte alguma a questão foi solvida de modo mais inteligente e honroso" (Celso, s/d, p. 183). E "depois de liberto, era o ex-escravo obrigado a sair do lugar onde vivera, sob pena de ser de novo escravizado" (Celso, s/d, p. 184). O que mais nos chamou a atenção na escrita desse capítulo é o fato do autor afirmar:

> Desde o século XVIII, entretanto, vozes generosas protestaram, em nome da moral e do direito, contra o cativeiro. O Brasil não o amou ou defendeu; apenas o tolerava. Condenava-se universalmente entre nós a propriedade

> servil. Os denominados escravocratas jamais se opuseram radicalmente à libertação; queriam só que ela se efetuasse em prazo longo, e mediante uma indenização, destinada à reorganização do serviço agrícola. Nunca pegaram em armas para preservar o triste regime, herdado dos antepassados. Raros os senhores cruéis. No geral, tratavam os negros como cristãos, não lhes recusando os consolos da religião, permitindo que fundassem irmandades só deles: S. Benedito e Nossa Senhora do Rosário (Celso, s/d, p. 184-185).

Em 1831 segundo Celso houve a lei que proibiu o tráfico de africanos; em 1865 ficaram livres os sexagenários escravizados e, em 1871, os filhos das escravizadas foram considerados livres. Por fim, em 1888 foi declarado o fim da escravidão no Brasil. Assim:

> Procedeu com sabedoria o legislador, cerceando por todos os lados a instituição, melhorando a pouco e pouco a situação das vítimas, proibindo o apartamento das famílias, promovendo e facilitando a iniciativa emancipadora. Cogitando da educação dos ingênuos, evitando abalos e atritos nocivos ao bem público (Celso, s/d, p. 185-186).

Com o fim da escravidão, “incorporaram-se os ex-escravos à população, em perfeito pé de igualdade. A eles mesmos e a seus descendentes desvendaram-se os vastos horizontes abertos a todos os habitantes do Brasil” (Celso, s/d, p. 187). Muitos deles “permaneceram nas antigas fazendas, continuando a trabalhar, sem ressentimentos recíprocos, ao lado dos seus ex-donos” (Celso, s/d, p. 187-188).

Nesse sentido, temos aqui uma questão de dialética que reside no confronto entre o discurso liberal moderno (que defendia o progresso, a indústria e o trabalho livre e a permanência das estruturas mentais racistas, segundo afirma Bosi (1992). Embora o Brasil caminhasse formalmente para a abolição e para o capitalismo, a ideologia excludente continuou operando ativamente na cultura e nas relações sociais, sendo exposta de formas diferentes pela literatura de cada época.

Na obra de Afonso Celso, o fim da escravidão “é visto” como algo positivo e há um reconhecimento e valorização da luta dos negros pela liberdade e igualdade tanto durante a escravidão como após a abolição também. Contudo, o que está implícito é o mascaramento da exclusão e a marginalização que os escravizados sofreram. Dessa forma, ao afirmar que os ex-escravos foram incorporados em “pé de igualdade”, Afonso Celso cria uma narrativa que distorce a história servindo para justificar as profundas desigualdades raciais que marcam a sociedade brasileira até hoje.

No capítulo “XL Resumo das Grandezas do Brasil”, Afonso Celso faz um resumo dos 11 motivos de superioridade do Brasil: 1) a grandeza física, 2) a beleza,

3) a riqueza, 4) a variedade e amenidade do clima, 5) a ausência de calamidades, 6) os elementos do tipo nacional, 7) o caráter nacional, 8) os fatos de nunca haver sido humilhado nem vencido em batalha, 9) sua forma de proceder para com outros povos, 10) as glórias a colher nele (o futuro do Brasil), 11) a sua história, com ênfase para Dom Pedro II. Assim, o Brasil:

> o Brasil é um país privilegiado, reunindo elementos que lhe conferem primazia sobre todos os mais. Importa ingratidão para com a Providência invejar outras nações, não nutrir a ufania de ter nascido brasileiro. Foi belo o quinhão que nos coube. Outros povos apenas se avantajam ao nosso naquilo que a idade secular lhes conquistou. O Brasil poderá tornar-se o que eles são. Eles nunca serão o que é o Brasil (Celso, s/d, p. 190-191).

Os brasileiros por sua vez passam “dias mais felizes que o alemão, o francês, o inglês, dias mais tranquilos, mais risonhos, mais esperançosos” (Celso, s/d, p. 192), pois há em ser brasileiro “o gozo de um benefício, uma vantagem, uma superioridade” (Celso, s/d, p. 192).

Dessa forma, podemos apreender que ao tratar da grandeza territorial do Brasil, Afonso Celso guardada a proporção se assemelha ao conceito de unificação territorial feito por Paulo Franchetti (2009) no qual afirma que essa literatura brasileira do século XIX colaborou ativamente para a consolidação dessa imagem de uma nação coesa, integrada e com fronteiras definidas. Ela viabilizou por meio de uma estratégia letrada a transformação da diversidade geográfica e regional num discurso de identidade nacional homogênea e unificada, que pode ser observada na obra *Porque de Ufano do Meu País.*

No capítulo “XLI Perigos que ameaçam o Brasil” Afonso Celso declara que “nenhum problema insolúvel, nenhum perigo inevitável ameaça o desenvolvimento do Brasil” (Celso, s/d, p. 193). Segundo ele, somente duas apreensões podem preocupá-lo: “separação do território nacional em vários Estados; intervenção nos seus negócios de alguma potência estrangeira” (Celso, s/d, p. 193).

Na primeira, afirma que não há conflitos entre as partes que o compõe, pois “o Brasil é perfeitamente homogêneo, material e moralmente, pelo lado social e pelo lado étnico, pois nele se cruzam e se fundem todas as raças” (Celso, s/d, p. 194). Na segunda, segundo ele, não estamos totalmente livres “é exato, — de sofrer as consequências do desarrazoado movimento de expansão que levou a França a

Madagascar, os Estados Unidos às Filipinas, e vai retalhando o Império Chinês" (Celso, s/d, p. 194). Por isso:

> Não dispomos nem poderíamos dispor de meios materiais capazes de rechaçarem as nações militarizadas e conquistadoras. O recurso consiste na prudência e elevação do nosso procedimento. Não forneçamos pretextos e ocasiões (Celso, s/d, p. 194).

Assim, para o autor o que une a nação brasileira é o fato de termos em comum as tradições, "o desejo de viver juntos e a incessante vontade de manter e continuar a fazer valer indivisa a herança recebida" (Celso, s/d, p. 195). Essas ideias de Celso se assemelham com as aqui apresentadas da construção de uma "comunidade imaginada" brasileira, pois "depende simplesmente dos brasileiros unir e constituir assim o Brasil" (Celso, s/d, p. 195).

Por fim, no capítulo "XLII O Futuro do Brasil" Celso afirma que, "com os elementos congregados em si, pode o Brasil, como nenhum outro país, caminhar desassombrado, o olhar alto, o passo firme" (Celso, s/d, p. 197). Não devemos desanimar diante das dificuldades, pois desanimar "equivale a uma injustiça, a uma ingratidão; é um crime. Cumpre que a esperança se torne entre nós, não uma virtude, mas estrita obrigação cívica" (Celso, s/d, p. 198). Devemos segundo o autor confiar em nós mesmos e em Deus. "Se aquinhoou o Brasil de modo especialmente magnânimo, é porque lhe reserva alevantados destinos" (Celso, s/d, p. 199).

SEÇÃO 4.0: ANÁLISE DA OBRA *A PÁTRIA BRASILEIRA* DE OLAVO BILAC E COELHO NETO

O primeiro tópico que analisaremos da obra paradidática diz respeito ao "Descobrimento da América. A trajetória de Cristóvão Colombo é descrita com uma riqueza de detalhes. O que mais nos chamou a atenção na sua leitura é a visão idílica que os autores trazem da chegada de Colombo na Espanha após a conquista:

> os sinos repicavam festivamente, [...] o povo acudia dos campos a ver o herói e os homens bronzeados que ele trazia, [...] e toda Espanha, arrebatada no mesmo delírio de fortuna, sonhou aventuras arriscadas, pensando em transportar-se a esses países semeados de ouro e de pedrarias, que o genovês tomara pelas Índias (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 13).

Dessa forma, ao "escreverem" sobre o tópico "o Descobrimento da América" Bilac e Coelho Neto fazem um enquadramento histórico no qual preparam o terreno para tratar do tópico "Descobrimento do Brasil" na obra *A Pátria Brasileira.*

O que mais nos chama a atenção nesses dois autores é o fato de utilizarem uma escrita voltada para a história ou mais propriamente à narrativa histórica ao construírem a obra *A Pátria Brasileira*. Essa constatação foi observada a partir das obras citadas por Bilac e Coelho Neto no final do livro na parte intitulada Bibliografia:

> Porto Seguro — *História Geral do Brasil;* Porto Seguro — *As lutas com os Holandeses*; R. Southey — *História do Brasil*; Melo Moraes — *Corografia do Brasil*; Couto de Magalhães — *Selvagem*; Capistrano de Abreu — *Descobrimento e desenvolvimento do Brasil no Século XVI*; Pereira da Silva — *Quadros da História Colonial do Brasil*; A. Brasiliense — *Historia Pátria*; Matoso Maia — *Lições da História do Brasil*; João Ribeiro — *História do Brasil*; Sílvio Romero — *A História do Brasil* (ensino cívico); A. Moreira Pinto — *História do Brasil*; Machado de Oliveira — *História da Província de S. Paulo*; Pereira da Silva — *História da fundação do Império*; Borges dos Reis — *História do Brasil*; B. de Magalhães — *Lições de História do Brasil*; P. R. M. Galante — *Compêndio de História do Brasil* — tais são as fontes desta recopilação (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 285 – *grifos dos autores*).

A partir das leituras e análises feitas, foi possível perceber motivações em comum nas quais as ideias humanitárias e as tendências pedagógicas republicanas dominantes, naquele momento, como o amor pela pátria e a preocupação de formar cidadãos. Isso vai ao encontro do que, segundo os dois autores, deve ser lembrado na obra, que é o amor pela terra, a história brasileira, e os seus protagonistas.

Em outras palavras, o que estamos afirmando é que toda essa bibliografia serviu direta ou indiretamente de base para a construção das ideias expressas na obra

A Pátria Brasileira, mesmo os autores não as citando de forma explícita no decorrer do texto.

No capítulo “Usos e costumes dos indígenas”, os autores descrevem a construção das tabas feita pelos indígenas, que as cercavam “de estacadas feitas com troncos de palmeiras”. Edificavam suas ocas sobre “sólidos esteios” e as cobriam “de folhas de palmeira, revestindo as suas paredes de barro ou de taipa” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 33).

Na caça e na pesca, de que obtinham parte de sua alimentação, serviam-se de “hábeis estratagemas (*arapucas, mundéus, jequiás,* dentre outros) para apanhar os animais vivos” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 33 – *grifos dos autores*). Outros alimentos advinham de uma agricultura incipiente. Eles utilizavam como armas o arco e a flecha, assim descritos:

> [...] os arcos de iri ou de jacarandá atestavam cordas de algodão ou de fibras de tucum; as flechas de ubá, esmeradamente desenhadas e lavradas, tinham em uma das extremidades fragmentos de taquara, dentes, ossos aguçados, ou o aguilhão da cauda da arraia, farpeados ou não (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 34).

Os principais instrumentos musicais utilizados eram “o *maracá*, o *boré,* a *inúbia,* trompa guerreira, e o *uapy,* tambor destinado a convocar a tribo e a dar o rebate nos dias de festa ou de guerra” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 34 – *grifos dos autores*). Segundo os autores, os indígenas conheciam o fumo e várias bebidas fermentadas, domesticavam os animais e, “quando saíam em expedições guerreiras, levavam, como provisão principal, farinha seca ou submetida a uma ligeira fermentação” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 35).

Os índios, segundo Bilac e Coelho Neto, desde muito novos aprenderam a suportar todas as provações, mostrando muita destreza e agilidade e encarando a morte como um ato heroico. Além disso:

> Aos condenados permitiam que entoassem o canto de morte. De apuradíssima percepção, distinguiam os mínimos rumores na selva, e preveniam-se, reconhecendo os passos cautelosos do inimigo, ou alegravam-se, se era o rumor de um bando aliado (Bilac; Coelho Neto 1930, p. 35).

Os mortos, segundo Bilac e Coelho Neto, “eram enterrados, ou envolvidos em redes e conservados em talhas de barro *(igaçabas)*” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 35

– *grifo dos autores).* Nas sepulturas, ainda segundo eles, deixavam alimentos e bebidas destinadas a Anhangá (espírito protetor da floresta e dos animais, ou seja, da flora e da fauna) para que não devorasse os mortos (lenda). Eles terminam esse capítulo tratando dos funerais feitos pelos indígenas que:

> [...] eram ruidosos: por entre lamentações angustiadas, num canto triste, os da tribo rememoravam as virtudes e os feitos guerreiros do finado; as mulheres cortavam os cabelos em sinal de luto, e os homens, com o mesmo sentimento, deixavam-nos crescer, o que também faziam quando projetavam alguma vingança, cortando-os quando se julgavam desforçados (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 36).

Frei Vicente do Salvador (1965), autor de *História do Brasil* no século XVII, faz uma discussão acerca da origem dos indígenas e a diversidade de línguas entre eles, trata das aldeias, dos casamentos, das criações de seus filhos, da cura dos enfermos e o enterro dos mortos. Gandavo (1980), cronista do século XVI, na Parte II da *História da Província da Santa Cruz*, mais especificamente no capítulo X, trata das condições, dos costumes e de como se governa a paz nos indígenas.

Fernão Cardim (1980), cronista do século XVII, descreve acerca dos costumes dos indígenas, da adoração e das cerimônias, dos casamentos dos indígenas, do que comem e bebem, do modo como dormem, como se vestem, como criam seus filhos. Assim, as discussões feitas pelos dois autores do período colonial se assemelham com as que Bilac e Coelho Neto fizeram em *A Pátria Brasileira (1930).* Os termos empregados são diferentes, mas a essência das ideias discutidas nele são as mesmas.

No capítulo “As guerras, os prisioneiros”, Bilac e Coelho Neto afirmam que as guerras aconteciam geralmente no amadurecimento dos frutos com os quais os índios preparavam os vinhos das libações. Eles não atacavam:

> francamente, mas armando ciladas, e caíam sobre o inimigo de surpresa, aos brados, com estridor de inúbias.
>
> Repelidos com vantagem, recuavam; outras vezes, despedindo flechas inflamadas, ateavam o incêndio na taba inimiga e voltavam levando as presas de guerra, atroando os bosques com algazarras e ululas de trombetas.
>
> Atado, pela cinta, a um poste, o prisioneiro, na hora do suplício, entoava o seu canto de morte, enquanto os da tribo inimiga dançavam em torno dele com estrépito de chocalhos e silvos de flautas de osso ou de taquara, simples ou duplas. Crianças e velhos ficavam de parte assistindo, ou batendo nos tambores (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 38).

As mulheres, segundo Bilac e Coelho Neto, uma vez aprisionadas eram escravizadas, “sendo, porém, submetidas a suplício se houvessem pelejado”. Os autores afirmam que:

> O espírito exaltado de vingança constituía a verdadeira crença do selvagem. Era o ódio que os levava ao canibalismo: eram antropófagos, não por gula, mas porque sentiam um bárbaro prazer em trincar a carne do que, em vida, contra eles pelejara (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 39).

Os indígenas segundo eles levavam a vingança a sério “tanto que se compraziam em exumar o esqueleto de um inimigo para, quebrando-lhe os ossos, desforçarem-se ainda do mal que ele lhes havia feito em vida” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 39). Gandavo (1980) faz uma discussão muito parecida com a dos dois autores, sobre a guerra que os indígenas sustêm entre eles mesmos e com seus inimigos brancos. Um ponto que nos chamou a atenção em sua leitura é quando o autor trata da crueldade que os indígenas tinham na morte de seus inimigos, pois sempre ficavam com alguma parte deles; podiam, por exemplo, usar como arma algum braço arrancado de um cadáver, entre outras partes de corpos.

No capítulo “Crenças e superstições”, Bilac e Coelho Neto declaram que os índios não tinham ideia de um Deus criador “nem cerimônias que provassem subordinação do espírito à crença em um Ente superior” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 40). Segundo os autores:

> Constrangiam-se medrosamente diante dos fenômenos, que, nem por serem comuns, se lhes tornavam indiferentes. Tupã, espírito maligno, gerador das trovoadas que atroavam o espaço, despedia raios quando estava irado. Se os céus se carregavam procelosamente e os coriscos serpenteavam no fundo tenebroso dos nimbos, o pavor transia o povo bárbaro, que se apertava, como um rebanho acossado, nas *ocas* fumarentas. Temiam os maus espíritos das selvas (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 41).

Preponderava neles “o animismo, viam nos animais reencarnações de almas e temiam-nos por isso” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 41). Eram tidos pelos autores como de alma simples:

> Aceitavam piamente tudo o que se lhes dizia, e dessa credulidade se aproveitavam vantajosamente os pajés. Grande era o prestígio que estes exerciam sobre os bárbaros. Viviam solitariamente nas brenhas, em trato íntimo com os espíritos, como diziam, e só de tempos a tempos apareciam nas aldeias, quando entendiam dever subjugar pelo pavor os bárbaros, garantindo o seu domínio sobre eles; e os seus agouros impressionavam de tal sorte aos indígenas que muitos sucumbiam à predição (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 42).

Olavo Bilac e Coelho Neto terminam esse capítulo afirmando que:

> [...] vivendo em plena selva virgem, em absoluta ignorância, era natural que procurassem explicar, pela intervenção de espíritos, os diferentes ruídos noturnos, as sombras largas nos campos, o doce murmúrio das águas, as luzes errantes do céu, as moléstias, as desfortunas. Tudo quanto lhes escapava ao entendimento ou lhes causava surpresa e assombro — o estrondo do raio ou o pio merencório da ave noturna — era para eles mistério e causa de temor" (Bilac; Coelho Neto, p. 42-43).

Essa ideia, discutida pelos dois autores, se aproxima das formuladas por Cardim (1980), Gandavo (1980) e Varnhagen (1877). Cardim (1980) afirma que os indígenas não têm conhecimento do princípio do próprio mundo, de algum seu criador, de alguma coisa do Céu e nem se há glória depois da morte. Gandavo (1980) afirma que os indígenas não tinham entre si nenhum Rei, nem adoravam coisa alguma. Segundo Varnhagen (1877), não havia nos indígenas sentimento de patriotismo (pertencimento à terra, por exemplo), pois se limitavam a uma sociabilidade restrita e eram atrasados. Além disso, o autor dá uma riqueza de informações sobre os Tupis (língua, armas, dentre outros). Contudo, Bilac e Coelho Neto não tratam deles no seu livro.

No capítulo "A emancipação dos índios", Olavo Bilac e Coelho Neto tratam das revoltas frequentes feitas pelos indígenas contra os portugueses. Isso acontecia, pois "eram obrigados a deixar a terra e a obedecer, como soldados, aos chefes portugueses" (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 193).

Dessa forma, "a maldade dos homens civilizados voltava a magoar o gentio, o gentio voltava a saquear as povoações, e essa guerra sem tréguas prosseguia, sem remédio, e sem esperança de término" (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 194). Isso só "acabou" quando, em 1757, Francisco Xavier de Mendonça "recebeu a ordem de fazer executar rigorosamente os decretos que proibiam o mercado de índios" (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 194). As aldeias dos indígenas foram declaradas vilas e "os pobres naturais do país primitivo, incorporados aos colonos, sob o regime da mesma lei, foram pela primeira vez considerados *homens*" (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 193 – *grifo dos autores*).

No capítulo "A primeira missa", os autores tratam da primeira missa celebrada no Brasil em 26 de abril de 1500, em Santa Cruz Cabrália na Bahia. Celebrada por frei Henrique de Coimbra é um marco histórico e religioso, simbolizando a chegada dos portugueses no Brasil e o início da evangelização cristã no território brasileiro.

Em “As missões”, segundo Bilac e Coelho, o primeiro colégio jesuítico foi instalado em São Paulo na cidade de Piratininga. Dele partiram as missões que se espalharam por todo o Brasil. Nobrega e Anchieta ficaram na capital das missões, São Paulo, Navarro ficou em Porto Seguro, Afonso Brás e Simão Gonçalves no Espírito Santo. Os jesuítas:

> Fundavam aldeias; e, deslumbrando os indígenas com o aparato das procissões, e seduzindo-os, magnetizando-os com a música e o canto, ganhavam ascendência sobre eles, e tiravam partido desse domínio, aproveitando-os no trabalho; e porque atraíam quantos deles se aproximavam, entraram a murmurar os colonos contra as seduções dos frades, que lhes tomavam os melhores homens, deixando-os depauperados para a luta com a terra semeada e fértil (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 85).

Os religiosos não “lançavam mão de meios violentos para conter o furor do índio e castigo era infligido publicamente para que aproveitasse como exemplo” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 85). De um lado, segundo os autores, batizavam os índios e por outro roubavam-lhes a sua liberdade. E dos primeiros jesuítas “aquele que mais luminoso traço deixou da sua passagem por estas terras, foi José de Anchieta, poeta suave” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 86).

Do grande orador do período barroco tratam Olavo Bilac e Coelho Neto no capítulo intitulado “O Padre Antônio Vieira”. Nasceu em 1608 em Lisboa e em 1641 “partiu para Portugal em companhia do jesuíta Simão de Vasconcellos a fim de cumprimentar D. João IV pela restauração da monarquia portuguesa” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 146). Pregando:

> logo conquistou as boas graças do rei, que dele fez seu conselheiro; começou a vida política do grande homem. Esforçando-se, conseguiu que fossem criadas companhias de comércio que explorassem as riquezas do Brasil e do Oriente, opondo assim concorrência aos mercadores de Holanda: propôs em certos casos a redução e em outros a extinção de direito do fisco, proteção aos israelitas que existiam no reino para que com eles ficassem os valiosos capitais que possuíam. A inquisição nunca lhe perdoou esse ato e, logo que achou ensejo, encarcerou-o (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 147).

Em 1653, de volta da Europa, o padre Vieira fixou-se no Maranhão “onde, em luta encarniçada contra o governador e os colonos, defendeu a liberdade dos Índios que aqueles escravizavam” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 147). O religioso “foi um intrépido defensor dos infelizes selvagens que os colonos não só escravizavam como torturavam; por causa disso, foi o grande jesuíta preso e remetido para Lisboa em 1661” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 148).

O governo da metrópole não permitiu a sua volta para o Brasil e na “Europa muito sofreu, sendo até processado pelo tribunal da Inquisição que o encarcerou”

(Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 148). Morreu em 1697 na cidade da Bahia “contando quase noventa anos de idade, cinquenta dos quais vividos em nossa terra” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 148).

Por seu lado, Afonso Celso atribui milagres aos religiosos atuantes no período colonial. Deve-se observar que narra esses fatos miraculosos e míticos a crianças em idade escolar. Para os republicanos Bilac e Coelho Neto, Celso fica igualado a Figueiredo Pimentel com suas histórias da carochinha.

Pimentel e Celso seriam autores de obras “perniciosas para a infância” na visão de Bilac e Coelho Neto, pois “diferentemente, do que acontecia com outras produções infantis da época, voltava-se mais para a apreciação estético-literária que para o pedagogismo” (Duarte; Segabinazi, 2017, p. 312). Dessa forma, temos uma nacionalização da literatura infantil, trazendo traços culturais e concernentes à linguagem local, entre outros. sem uma preocupação pedagógica especificamente e mais voltada para o deleite mesmo.

Bilac e Coelho Neto tratam do tópico “A Guerra Holandesa” no capítulo intitulado “A Primeira Guerra”. A narrativa aborda a chegada dos holandeses ao Brasil com as suas tentativas de dominação e a reação dos brasileiros para defender a sua terra. Além da descrição dos conflitos, a obra também explora o impacto que a guerra causou na vida das pessoas, como o sofrimento e a perda de pessoas queridas ou parentes.

Portanto, a luta contra os holandeses é apresentada como um marco na história do Brasil, pois foi um momento em que o povo demonstrou a sua força e a sua capacidade de se unir em defesa da sua liberdade e identidade local.

No capítulo “A volta dos Bandeirantes”, Olavo Bilac e Coelho Neto, retratam a figura dos bandeirantes como símbolos de ousadia e de coragem no desbravamento do território nacional. Contribuíram para a construção da identidade brasileira sendo “tidos” como os precursores da expansão territorial brasileira e exploradores das riquezas do Brasil.

Dessa forma, Bilac e Coelho Neto, assim como fez Afonso Celso, exaltam os bandeirantes e as suas conquistas. Com isso feito, o que deve ser lembrado por eles são os efeitos da expansão territorial e a coragem deles, enquanto o que deve ser

esquecido são as atrocidades e o sofrimento impostos por eles às populações nativas e negras.

Olavo Bilac e Coelho Neto trabalham o tópico “O quilombo dos Palmares” no capítulo intitulado “Os Palmares”. Eles consideram os guerreiros dos Palmares e seu chefe Zumbi como fundadores de uma “república”. Enfatiza-se nessa parte que, apesar de terem sido esmagados pelo governo colonial, “[...] eterna ficou a memória dessa esforçada luta pela liberdade” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 154).

Deste modo, temos duas questões importantes que devem ser analisadas neste capítulo. A primeira é o adjetivo “colonial” atribuído ao governo. Para Olavo Bilac, especialmente, “colonial” significa atraso, conservadorismo, obscurantismo e violência. A segunda é que a república dos Palmares, para os autores, deve ser uma memória eterna, viva por seus atos heroicos, o que se opõe à vaga lembrança, da qual nos fala Afonso Celso.

Trata-se, portanto, de um aspecto importante da dialética entre lembrança e esquecimento. Bilac e Coelho Neto veem o líder do quilombo como um precursor do ideal republicano e dizem que toda a sua luta ficará eterna na memória. Em outras palavras, o que dever ser lembrado para os dois autores é a própria República com todas as pessoas nelas envolvidas (protagonistas) na sua formação histórica.

No capítulo “Os aventureiros”, Bilac e Coelho Neto falam dos descobridores das ricas minas do Brasil. O que mais nos chamou a atenção na leitura desse capítulo foi o fato desses homens estarem sempre “falando a linguagem dos índios, adotando muito dos seus costumes, seguindo muitas das suas crenças, admirando a sua vida e procurando imitá-los” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 164); acabaram batizando “muitas serras, muitos rios, muitos lugares que conhecemos com os nomes indígenas” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 164). Assim, esses foram no geral “os primeiros descobridores das ricas minas do Brasil” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 164).

No capítulo “O garimpeiro”, ele é “descrito” pelo autor como sendo um homem bom, pois em Minas Gerais “terra e água ofereciam aos homens os seus riquíssimos tesouros; [...] mas a ambição fazia que os campos virgens estivessem sempre encharcados de sangue e coberto de ossarias” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 168), graças às expedições punitivas dos soldados do rei que reprimiam o garimpo clandestino. Dessa forma, os que praticavam a mineração sem licença real “cometiam

o crime de concorrer com os que trabalhavam protegidos pela magnânima justiça do rei" (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 168). No entanto, esses garimpeiros clandestinos só lutavam pela sua própria sobrevivência e liberdade.

Em "Os diamantes", os autores tratam da questão dos primeiros diamantes encontrados no Brasil. E no capítulo "A opressão" afirmam ter sido principalmente, nos "terrenos diamantinos e auríferos, que a opressão mais pesadamente caía sobre os brasileiros. [...]. Ninguém se podia eximir do dever de ficar pobre, para enriquecer a metrópole" (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 173). Assim, "a faísca, ainda tímida, ainda impotente, estava criando força, e palpitando na sua modéstia e na sua insignificância" (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 175). E no capítulo "Os grandes rios" os autores tratam da exploração feita entre o Pará e o Mato Grosso graças à qual "estava devassado o mistério dos grandes rios" (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 192).

Dessa maneira, podemos inferir que nesses quatro capítulos mesmo que de forma indireta, ou seja, nas entrelinhas, os autores tecem uma crítica às explorações feitas por Portugal no Brasil. Isso pode ser percebido na leitura da obra com uma "visão" negativa com exceção do capítulo dedicado aos rios.

Além disso, é importante destacarmos também que somente neles é tratada a questão das riquezas naturais brasileiras, pois, como se procurou demonstrar no capítulo dedicado à análise da obra de Afonso Celso, a questão das belezas naturais, as suas riquezas, dentre outros são um dos temais centrais da sua escrita.

Temos, portanto, aqui uma questão dialética, pois enquanto Afonso Celso a enfatiza junto as outras questões já citadas de uma forma idílica, enfática e detalhada, Bilac e Coelho Neto tratam dessa questão de uma forma sucinta, mas com uma crítica feita nas entrelinhas. Em outras palavras, podemos inferir que a segunda obra seria uma "resposta" à obra de Afonso Celso.

No capítulo intitulado "Felippe dos Santos", os autores consideram essa figura histórica como um precursor de Tiradentes que tentou liderar uma rebelião em Vila Rica, a atual Ouro Preto, e acabou sendo executado em 16 de julho 1720. Bilac e Coelho Neto imaginam a cena:

> calmo e belo na sua resignação, foi, à vista de todo o povo, amarrado vivo à cauda de um fogoso cavalo. Nem uma voz se levantou para interceder pelo herói. A multidão apavorada e trêmula, subjugada pela tirania do governador, assistiu em silêncio aquele hediondo crime. Açoutado, o animal partiu a

> galope. E, pelas pedras ásperas e pontiagudas das ruas, ensanguentado, ensopando com o seu sangue precioso o pó da sua amada cidade, via-se o herói saltando e ressaltando, ao trote vivo do cavalo, sem um gemido (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 180).

À noite, o seu corpo foi descido e a multidão, segundo afirmam Bilac e Coelho Neto, “apinhada nas colinas que rodeavam a cidade, viu passar, arrastado de ladeira em ladeira, espatifado e sangrento, aquele corpo sagrado, que estava santificando o chão de Villa Rica [...]” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 180).

Segundo os autores tinha de aparecer naquela terra um outro herói, pois “pelas mesmas ladeiras, em que passou, espostejado, aviltado, vilipendiado, o cadáver de Felipe dos Santos, tinha de passar dali a poucos anos Tiradentes” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 180). Felipe seria o seu precursor, munido do “mesmo sonho, escravo do mesmo ideal, disposto ao mesmo padecimento [...]” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 180). Para os dois autores, esses acontecimentos deveriam ser lembrados e não somente eles, mas o seu protagonista Felipe dos Santos.

Tiradentes, mais propriamente Joaquim José da Silva Xavier, aparece citado no capítulo intitulado “O Martírio de Tiradentes” na obra de Olavo Bilac e Coelho Neto. Sentenciado à morte na manhã do dia 21 de abril de 1792, conforme nos contam os dois autores, “toda a tropa em armas, os infantes e os cavalarianos, pareciam estar prestando homenagem ao que ia morrer; [...] para que não se atrevesse alguém a defender o réu de tão nefando crime” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 200). O povo em curiosidade:

> [...] deixava as casas, acudindo precipitadamente à praça da Lampadosa, onde devia ter lugar a execução; havia gente às janelas, nas árvores, pelos telhados, e, posto que fosse de dor a cerimônia, as fisionomias apareciam satisfeitas: era um interessante e raro espetáculo; ninguém queria perdê-lo: dali, a azáfama com que corriam ao sítio onde fora levantado o cadafalso. Às onze e meia da manhã, que um formoso sol alumiava, com aparatoso acompanhamento apareceu na praça o Tiradentes. Vinha sereno e altivo: a morte não lhe arrefecera o ânimo nem lhe desmaiara a cor do rosto amorenado (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 201).

O povo segundo os autores era mais curioso do que se compadecia com o triste espetáculo. Para se cumprir a sentença, foi Tiradentes:

> [...] espostejado. A sua cabeça, fincada num poste, esteve exposta na praça principal de Villa Rica (Ouro Preto), justamente no sitio onde foi levantada a estátua do herói, a expensas do governo de Minas, depois da proclamação da República; os seus membros foram espalhados, e ficaram em exposição

> em vários lugares como testemunhos do poder e da justiça do rei (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 202).

Bilac e Coelho Neto terminam esse capítulo afirmando que as manchas de sangue derramadas por Tiradentes foram de um sacrifício “e a República é o fruto da semente de martírio lançada à terra nessa manhã de abril” (Bilac; Coelho Neto 1930, p. 202). A ênfase dos autores torna notável a omissão de Afonso Celso. Por essa razão, podemos notar na obra do destacado monarquista um silêncio no tocante à criação de mitos de heróis brasileiros, que substituiriam o caráter religioso na educação.

Em direção contrária, Bilac e Coelho Neto aproximam a figura de Tiradentes à de Jesus Cristo para substituir o caráter divino do empreendimento colonial por uma concepção mais laica na qual prevalecem o nacionalismo brasileiro com os supostos verdadeiros heróis da pátria brasileira.

No capítulo intitulado “Napoleão” os autores descrevem, buscando trazer para o contexto de formação desta nação, as motivações externas intercontinentais, decorrentes dos acontecimentos geopolíticos na Europa, no século dezenove. Em sua sanha ambiciosa, o imperador Napoleão Bonaparte de França convence os chefes das nações europeias a fecharem os seus portos aos navios ingleses em um momento em que a Inglaterra era única força militar e econômica a conter os avanços das tropas devastadoras de Napoleão. Portugal, aliado secular da Inglaterra, não aderiu ao contrato que o imperador francês havia firmado com as demais lideranças das nações daquele continente. A consequência inevitável foi a invasão das terras portuguesas por tropas francesas. Sob ameaça, a corte imperial de Dom João VI transfere-se integralmente para o Brasil, fato sem precedentes na história.

Chegado a Salvador, Bahia, o príncipe vai decretar a abertura dos portos brasileiros para comércio às nações amigas. Ainda, quanto a esse episódio, os autores não deixaram de fazer suas críticas carregadas de acidez, pois a riqueza natural extraída daquelas terras mais férteis e belas do mundo, ou seja, do Brasil não era revertida para a melhoria das condições de vida dos habitantes da colônia, já que foi pelas mãos e suor deles que esses frutos foram colhidos e então passavam a ser vendidos.

Contudo, os autores não deixam de ressaltar os benefícios que a vinda da Corte imperial trouxe ao Brasil, nova sede do império português. Com o novo estatuto, o Brasil deixou de ser apenas um lugar mantido sobre austera vigilância, como mera fonte de riquezas naturais, usufruídas egoisticamente pela metrópole. Os tesouros dos brasileiros deixariam de servir ao capricho de alguns poucos. A partir do decreto expedido por D. João VI, foi suspenso o bloqueio aos nossos portos, e o Brasil abria as portas à navegação a todas nações, conforme já mencionado acima. Era um marco inicial segundo os autores:

> Dali em diante, ia nossa pátria começar a ser o que é hoje, uma espécie de celeiro prodigioso em que todo mundo se vem abastecer, dando-lhe vida, a animação, o progresso, riquezas de valor inestimável (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 206).

Nesse sentido, Olavo Bilac e Coelho Neto enaltecem uma outra possibilidade plausível de compreender daquele evento: seria o primeiro passo dado para a nação brasileira se tornar liberta e soberana. A futura Pátria brasileira estava aberta a todas as formas de comunicação, de maneira a romper com os mitos e mistérios acerca de uma terra em que se mantinham na escuridão seus próprios filhos e os estrangeiros que estavam buscando através do trabalho e colaboração aqui se estabelecer. Afinal o trabalho humano viria em alta escala, para usufruir da farta matéria-prima e dos bens naturais oferecidos por esta incomparável e generosa terra brasileira.

Não obstante, aos olhares dos autores, ficaram sem solução as mazelas sofridas pelos negros escravos. Entre muitas outras, esta era uma ferida a ser combatida com máxima urgência, quando se buscava formar uma nação plena com equidades, dentro dos padrões civilizatórios, estabelecidos para o início do século XX em oposição aos tratamentos que eram dispensados pelos senhores proprietários e feitores aos negros escravizados no período colonial.

Nessa época: “[...] os negros doentes, eram tratados pelos curandeiros, apenas aqueles casos gravíssimos, ainda assim quando o enfermo era uma boa peça, os senhores recorriam aos médicos”. (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 270). Quanto aos negros mortos, os senhores não respeitavam, negavam a eles o mínimo de dignidade. Negavam à sua cultura religiosa, para eles tão preciosa, esse zelo que é dispensado, em inúmeras culturas, ao sepultamento do ente querido, pelos seus familiares. Os sepultamentos dos corpos muitas vezes não aconteciam dentro de um espaço

reservado, em um cemitério reservado exclusivamente aos negros. Muitas vezes, os sepultamentos ocorriam no campo aberto, em meio às pastagens e sobre a cova, sobre o aterro fresco, cresciam as ervas daninhas, servindo de pasto para os animais. Portanto, era assim que viviam os negros escravizados, trabalhando de sol a sol, produzindo muito para o enriquecimento de seus senhores, sem receber quase nada em troca.

O capítulo intitulado “A constituição” está presente na obra de Olavo Bilac e Coelho Neto. Dessa forma, a constituição citada resulta da Revolução do Porto, que exigiu o retorno de D. João VI a Portugal e que poderia fazer do Brasil novamente colônia de Portugal. Apesar de prever a recolonização do Brasil, eles definem a nova legislação como:

> [...] uma verdadeira declaração dos direitos do homem. Estabelecia a liberdade política, isto é: a liberdade de praticar tudo aquilo que não fosse por lei proibido; a igualdade de todos os cidadãos perante a lei; a abolição das classes privilegiadas; o direito de petição; a inviolabilidade do direito de propriedade e do direito de segurança individual; a abolição das penas de confisco, de infâmia, de tortura, de açoite, de baraço e pregão, e de marca a ferro quente; e dava aos cidadãos, ainda, o direito de representação contra decisões iníquas e arbitrárias (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 218-219).

Segundo os autores ficaram consagrados nessa constituição os princípios liberais ligados ao da época que eram a representação política, a separação de poderes, a igualdade jurídica e o respeito pelos direitos pessoais. Composta por 240 artigos e dividindo-se em 6 títulos, distingue-se de outras constituições europeias anteriores, como exemplo as francesas ou a de Cádis por consagrar um conjunto de direitos humanos amplos que não foram incluídos no texto constitucional ou aparecem de forma dispersa ao longo do legislado por elas.

Em 26 de fevereiro de 1821, o príncipe D. Pedro foi ao largo do Rocio entender o que agitava as tropas por lá reunidas. No teatro próximo, reunido com a Câmara da cidade, foi convencido da necessidade de acatar a nova constituição provisória imposta pela Revolução do Porto. Assim, "em nome do rei seu Pai, jurou solenemente respeitar e fazer respeitar a Constituição decretada pelas Cortes de Portugal" (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 218). Aprovada a constituição definitiva em 23 de setembro de 1822, quando o Brasil já tinha declarado independência, o rei D. João VI foi recebido em primeiro de outubro na corte em Lisboa de forma a aceitar e jurar, guardar e fazer respeitar a constituição. Anos depois, na sequência da Revolta da Vilafrancada

liderada por D. Miguel e da nomeação de um governo novo, D. João VI revogou a constituição e dissolveu as cortes também. A constituição de 1822 vigorou menos de um ano, sendo de 23 de setembro de 1822 a 3 de junho de 1823.

De uma maneira geral, a constituição portuguesa de 1822 seria a primeira tentativa de um liberalismo que mais tarde, no Brasil, se desenvolveria e efetivaria com a Proclamação da República e com ela a ideia de nação no sentido de todas as pessoas terem os mesmos direitos e os mesmos deveres.

No capítulo “1817” Olavo Bilac e Coelho Neto afirmam que, no dia 6 de março de 1817 em Pernambuco, “exacerbaram-se as animosidades, por causa da ameaça de prisão que pesava sobre alguns brasileiros, suspeitos de republicanismo” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 220). Domingos José Martins, trazendo da Europa onde foi educado os discursos liberais, promovia em comícios ou banquetes esse “novo ideal de governo livre, — o povo, livre de senhores que só podiam invocar em favor do seu direito um mero acidente de nascimento, e governando-se a si mesmo, por meio de eleitos seus [...] (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 221). Assim, ao ser preso, a revolta foi desencadeada:

> Trocaram-se tiros nas ruas. O povo uniu-se à tropa. Escancararam-se as portas das prisões: os presos, assim postos em liberdade, vieram engrossar as fileiras dos que no palácio sitiavam o governador Montenegro. Triunfante, a revolta proclamou a República como forma de governo, adoptou uma bandeira de cor branca, símbolo da paz, mandou comprar armas na América do Norte, aumentou o soldo das tropas, e preparou-se para a luta (Bilac; Coelho Neto,1930, p. 221).

Os autores tratam da Revolução Pernambucana de 1817, que adotou a República como seu sistema de governo. Ela acabou, segundo afirma Simões Junior (2015, p. 85), “por ser sufocada e muitos revolucionários foram impiedosamente executados”. Assim, o que mais nos chamou atenção nesse capítulo é a forma por que os autores explicaram isso aos seus leitores. Eles afirmam que:

> O solo, de onde tinha de rebentar a árvore da liberdade, ainda precisava, como adubo, de muito sangue e de muita lágrima. Nenhuma grande conquista da humanidade se fez senão com grandes sofrimentos acumulados. Uma ideia só vence quando com os seus cadáveres lhe dão apoio aqueles que acham melhor morrer por um ideal nobre do que viver na vileza e na escravidão (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 221).

Podemos inferir aqui mais uma vez aqui a alusão que Olavo Bilac e Coelho Neto fazem à República. E muito mais do que isso. Ela deve ser lembrada junto com as pessoas que no passado se sacrificaram pelo seu estabelecimento.

O capítulo “O ‘Fico!’” é tratado na obra de Olavo Bilac e Coelho Neto. Ele diz respeito a um evento ocorrido em 9 de janeiro de 1822 quando o príncipe D. Pedro I declarou que permaneceria no Brasil, contrariando ordens de Portugal para que retornasse a Lisboa, pois, com a vitória da revolução do Porto, as Cortes Portuguesas (parlamento) exigiram o retorno da família real para Portugal e a recolonização do Brasil. D. Pedro I, ao declarar “como é para o bem de todos, e felicidade geral da nação, diga ao povo que fico” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 227), deu início à separação do Brasil da antiga metrópole. O “Dia do Fico” passa a ser celebrado como um ato de rebeldia contra a metrópole portuguesa e uma defesa dos interesses brasileiros.

O capítulo “Sete de Setembro” refere-se ao dia da Independência do Brasil (7 de setembro de 1822), quando supostamente D. Pedro proclamou o grito da independência às margens do Rio Ipiranga. Esse dia, que hoje é celebrado como um feriado nacional, representa a conquista da liberdade e da autonomia do povo como nação brasileira livre de qualquer controle ou interferência externa no que diz respeito às suas decisões políticas, econômicas e sociais.

O primeiro imperador é citado no capítulo intitulado “D. Pedro I” na obra de Olavo Bilac e Coelho Neto. Eles começam fornecendo dados biográficos a seu respeito:

> [...] fora educado nos princípios do absolutismo. Filho e neto de reis absolutos, tendo na alma a convicção orgulhosa da sua origem divina, da sua regalia de "reinante por escolha e graça de Deus", os seus sentimentos democráticos eram só aparência. Amava o povo que o fizera imperador, julgava ser sincero quando se intitulava o mais constitucional dos príncipes, — mas conservava no fundo do espírito o pesado lastro dos preconceitos e das vaidades da sua casta (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 233).

O que mais nos chamou a atenção nesse capítulo foi o fato dos autores afirmarem que “não lhe ensinaram a conhecer poder superior à sua vontade”. Dessa forma:

> Imperador constitucional, fazendo grande alarde das suas ideias liberais, fingindo amar ao povo mais do que a si mesmo, fingindo ter colocado a coroa sobre a sua cabeça mais para fazer a felicidade do Brasil do que para

> satisfazer a sua própria ambição, Pedro I parecia, a quem só pela rama o encarasse, um exemplar acabado do monarca constitucional. Isso era a superfície: no fundo lá estava o Bragança, o representante do direito divino, o príncipe absoluto, que as peias do constitucionalismo aborreciam e irritavam (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 235).

E os brasileiros, segundo Bilac e Coelho Neto, queriam um imperador que governasse para eles. Mas não foi o que aconteceu. Eles terminam o capítulo afirmando: “Foi por isso que, com a aclamação de Pedro I, não começou para o Brasil uma era de tranquilidade e de trabalho fecundo” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 235).

Dessa maneira, a partir da história contada e da descrição feita pelos dois autores a respeito de D. Pedro I, fica subentendida a questão da dialética no sentido de oposição, pois, ao mesmo tempo que afirmam que o imperador “aparentava” ser uma figura gentil, amável e preocupado com o povo, os autores logo acrescentam que tudo isso era “dissimulação” de seu verdadeiro caráter autoritário, resultante da educação recebida por ele da corte absolutista.

Bilac e Coelho Neto tratam do segundo imperador no capítulo intitulado “D. Pedro II”. Começam afirmando que o Segundo Reinado começou por meio de uma revolução no dia 7 de abril de 1831 e veio a acabar por meio de outra revolução em 15 de novembro de 1889. Podemos perceber que a escolha da palavra “revolução” utilizada pelos dois autores não é casual, pois a primeira diz respeito à abdicação de D. Pedro I do trono do Brasil, em favor de seu filho, Dom Pedro de Alcântara, futuro D. Pedro II, e a segunda foi o dia da Proclamação da República no Brasil, que marcou o fim da monarquia e o início da república. Essas duas revoluções, portanto, representaram uma mudança radical dentro da sociedade brasileira (monarquia para a república – neste caso, só a segunda), segundo a qual é estabelecida uma nova ordem que é instituída pelas forças sociais e políticas vencedoras.

A abdicação de Pedro I não trouxe paz para o Brasil, pois “foram terríveis os tempos da Regência e os primeiros tempos do segundo Império” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 243). E “o gênio e a energia de Diogo António Feijó, eleito regente do Império, durante a menoridade de D. Pedro II, tiveram de sustentar combates rudes com a anarquia em que Pedro I deixara o Brasil” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 243). O contexto político era conturbado:

> Sedição no Pará, rebeliões no Maranhão, Pernambuco, Ceará, Minas Gerais e Mato Grosso traziam o governo embaraçado, nessa fase difícil e ingrata da

> nossa história; houve na Bahia a sedição da Sabinada, e no Maranhão a revolução dos Balaios; e no Rio Grande do Sul, na brava terra dos gaúchos, rebentara a famosa revolução dos Farrapos, causa de uma tremenda guerra civil que devia durar mais de dez anos (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 243-244).

A maioridade de D. Pedro II não conseguiu acabar com essa agitação. E a mudança de um governo liberal para um conservador em 1840 fez com que:

> [...] aqueles, descontentes com a marcha que levavam os negócios públicos, organizaram em S. Paulo a reação. O próprio Diogo Feijó, ex-regente do Império, dirigia o movimento revolucionário. Caxias, comandando o exército pacificador, bateu, na cidade de Sorocaba, a coluna libertadora. Outra revolução liberal rebentou em Minas. Foi ainda Caxias quem a sufocou. E, em Pernambuco, houve a revolução praieira, em que tão belo papel representou Nunes Machado (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 244-245).

Contudo, “as guerras contra Rosas, Aguirre e Solano Lopez vieram unir, num mesmo impulso de patriotismo, todos os brasileiros” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 245). E a “guerra do Paraguai tinha de dar ao Brasil o seu baptismo de sofrimento e de heroísmo” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 245). Bilac e Coelho Neto terminam esse capítulo falando do dia 13 de maio, que foi “libertador de toda uma raça”.

O reinado de D. Pedro II que “começara incolor, acanhado, acabaria de um modo violento e grandioso, a l5 de novembro, com a proclamação da República” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 245). Dessa forma, a ênfase recai sobre o fim, visto como algo benéfico. Portanto, podemos perceber, no que diz respeito a D. Pedro II, que para Bilac e Coelho Neto tudo isso deveria ser esquecido, pois o que tem de ser lembrado mais uma vez será a República.

Desta maneira, antes de analisar o conteúdo escrito pelos autores sobre o tópico “a guerra de Farrapos”, exemplo maior das crises do período regencial, consideram-se também os frutos das nossas demais leituras sobre esse mesmo episódio. Então, achamos que seria útil e importante ressaltar aqui aquilo que os autores e tradicionais historiadores também afirmam: os farrapos perderam militarmente o conflito, mas obtiveram uma enorme vitória política, uma vez que todas as suas reivindicações anteriores à guerra foram ao seu término atendidas.

Voltando para análise dos pensamentos de Olavo Bilac e Coelho Neto, eles procuram descrever, além daquelas conquistas comuns descritas paralelamente, algo que transcendesse as benesses materiais. Assim compreendendo, eles partiram de uma forma idealista para dizerem o que viram e sentiram como forma apropriada para

despertar nos leitores o amor à Pátria, a lealdade e o espírito de nação. Assim narraram a volta ao lar de um típico farrapo:

> Esfarrapado e sujo, a galope, sobre o cavalo já esfalfado pela jornada longa, vinha um gaúcho. Trazia, voando ao vento, o ponche esburacado e esfiapado. Cobria-lhe a cabeça um velho chapéu desabado, em cuja copa havia furos [...] Quantas balas o teriam atravessado! E o rosto do gaúcho, cavado pelas privações da terrível campanha, com a barba crescida e inculta, ainda conservava o ar de altivez e de orgulho, que é o traço característico da fisionomia dessa gente (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 250).

Segundo os autores, para homem gaúcho não era importante uma vida de luxo e ostentação, mas o espirito de pertença à terra, um dia inteiro para batalhar, uma porção de carne para saciar a fome, uma noite para descansar, com a consciência em paz, por não ter deixado de fazer tudo aquilo que lhe cabia fazer. Suportar o sofrimento e a dor como uma consequência natural diante das adversidades, o que não o impedia de seguir em frente e sem medo da solidão. Notem-se elementos descritivos por eles destacados como forma de destacar a destruição da guerra sangrenta entre irmãos:

> A tarde caía. Um silêncio melancólico aumentava a tristeza daquela paisagem nua e rasa, onde não aparecia um vestígio de vida. De espaço a espaço, árvores queimadas, sinais de ranchos incendiados, montes de cinzas, ossos calcinados, e mais nada. A região fora devastada. Nenhum boi aparecia. Nenhum cavalo galopava na vastidão da zona deserta (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 250).

Os autores em nenhum momento citam os líderes da República de farrapos; era sabido que esses eram grandes estancieiros produtores de charque, e a redução dos impostos relacionados a esse produto foi uma das reivindicações locais que levaram à guerra. Para eles, não era importante destacar os líderes daquela República, mas a unidade e o patriotismo do povo e sua fidelidade. Então, diante disso, podemos afirmar que, neste livro, eles pretendiam educar os jovens para uma Nação Brasileira Republicana e íntegra, política e territorialmente:

> O gaúcho adiantava-se. Trazia ainda empunhada a grande lança de combate: no cinto, sob a aba do velho ponche roto, guardava a faca de mato e a garrucha. As suas armas e o seu cavalo: durante dez anos tinha sido isso a sua única propriedade e a sua companhia única. Terminadas as guerras, voltava agora ao seu sítio, em busca da estância abandonada, de onde havia tanto partira, deixando negócios, família, bem-estar, conforto e fortuna, para, seguindo a inclinação guerreira do seu temperamento, ir tentar a aventura das armas, entre os bandos dos Farrapos seus irmãos, que se batiam pela liberdade da terra riograndense (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 251).

Os autores, no texto sobre farrapos, não ignoram qualquer outra hipótese da origem do nome de Farrapos, mas deram a versão que julgavam ser a mais lógica,

diante da estética da indumentária paupérrima dos combatentes gaúchos. E atribuíram aos seus opositores a autoria desses títulos jocosos como de escárnio e zombaria. Como também eles irão rebater essas imaginadas ofensas, com apologias aos combatentes, exaltando neles a valentia, a perseverança deste pequeno exército de heróis em defesa da sua república durante dez anos, essa narrativa faz lembrar não na forma literária, mas no conteúdo determinados trechos da obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha, sobre guerra de Canudos:

> Farrapos, sim! mas esses homens incultos e feios, a cuja fisionomia as barbas crescidas davam uma ferocidade que fazia medo aos soldados do governo, — durante dez anos tinham sustentado uma luta titânica a que todas as tropas do Império não puderam, pela força, dar termo. (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 251).

Neste sentido, eles encerram a narrativa sobre a Guerra de Farrapos, em *A Pátria Brasileira*, ressaltando que o final da guerra só se deu por um acordo amistoso entre as lideranças dos fundadores dessa república e o Brasil. Apesar de inferioridade numérica, bélica e econômica de seus oponentes, os exércitos da União por várias vezes foram derrotados.

Quanto ao maior conflito de guerra externa, do qual o império brasileiro participou até então, esse foi a Guerra do Paraguai. A esse conflito, no livro *A Pátria Brasileira*, Olavo Bilac e Coelho Neto dedicaram algumas páginas no capítulo intitulado “Guerra do Paraguai”, no qual buscaram de forma sucinta ressaltar, inicialmente, a visão deles sobre a República do Paraguai, que se caracterizava por ser uma nação mal intencionada por se deixar conduzir por um militar de mau carácter, ambicioso e déspota: o general Solano Lopes, eleito através de uma farsa.

Segundo os escritores, o dirigente daquele país, previamente, vinha fortalecendo aquela Nação, quanto ao poder bélico e militar, para realizar o seu intento, o qual era o de subjugar, através da sua supremacia militar e bélica, as demais nações vizinhas do continente sul americano:

> Impondo-se à mal aventurada república do Paraguai, porque a sua eleição foi uma verdadeira farsa, desde o início do seu governo despótico tratou o marechal Francisco Solano Lopez de organizar com especial cuidado as forças militares, elevando-as a proporções superiores às dos demais Estados Sul-Americanos e aos recursos da República. Tais aprestos bélicos não podiam ter outro intuito senão o aumento do poderio do tirano, não no Paraguai onde era absoluto, mas sobre os países vizinhos (Bilac; Coelho Neto, 1930 p. 253-254).

Não se trata disso aqui, mas, se fôssemos analisar o conflito que é conhecido, no Brasil, como Guerra do Paraguai, diríamos que representou uma agitação de grande porte que ocorreu na segunda metade do século XIX, durante o reinado de D. Pedro II. Na contenda, em que se envolveram Brasil, Uruguai, Argentina e aliados externos como a Inglaterra, formou-se um aglomerado de interesses multinacionais, geopolíticos e econômicos contra o Paraguai. Sendo o maior conflito entre as nações na história da América do Sul, dizimou quase dois terços da população paraguaia, como destacam os autores.

A desordem se deu por conta da disputa nos interesses econômicos em torno da navegação no rio da Prata, sendo região de grande interesse econômico com fronteiras que não estavam bem definidas. Esta indefinição serviu para justificar a oportunidade do acerto de contas e de ocupar territórios ambicionados pelas distintas sociedades envolvidas.

Contudo, segundo pudemos compreender, foi esse o ponto de vista dos autores desta obra. Eles abordam esse episódio com um propósito didático, com o objetivo de informar o seu público em ambientes escolares, assim como, por extensão, todos leitores de *A Pátria Brasileira*.

Assim sendo, primeiramente eles vão dizer aos seus leitores que a República do Paraguai não era modelo para a nossa república, aquela que sonhávamos formar como nação. Isso vai-se justificar, quando eles elencam as reais intenções obscuras e imperialistas da República do Paraguai, assim também sobre o caráter de seu líder e seus métodos antirrepublicanos de se eleger a cargos públicos, assim como de agir, diplomaticamente, junto às demais nações vizinhas.

Em contrapartida, os autores, ao final do trecho que dedicaram ao conflito, vão citar de forma didática e encomiástica a bravura dos soldados brasileiros, em suas respectivas atuações dentro das forças brasileiras que combateram e que levaram o Brasil à vitória, naquela guerra. Eles começaram pelos oficiais e terminaram com soldados voluntários da pátria citando de forma geral, vivos e os mortos, em especial, pelo desempenho, os soldados gaúchos. Não deixaram de colocar também em destaque a briosa participação dos soldados indígenas da Província do Mato Grosso, pois muitos deles não o fizeram por adesões voluntárias, mas foram antes obrigados pelos seus superiores a aderir à luta.

A participação dos indígenas no conflito, em que indígenas da região do Chaco foram convocados por paraguaios e brasileiros para a disputa, resultou no fato de que alguns lutaram pelo Império do Brasil, comandados por militares brasileiros, defendendo uma sociedade desconhecida e lutando voluntariamente ou mesmo forçadamente.

O território mato-grossense foi bravamente defendido por indígenas Guarani, Guaicurus, Kadiweus e Mbayás, sob as ordens de militares do Império. Sua proteção foi importante para a sociedade, tornando-os assim integrantes convocados para agir nos combates. Por conhecerem todo o território, os índios Guaicurus e Guarani eram vistos como sabedores da região; conduziram os fugitivos brasileiros pelas serras e facilitaram as condições de sobrevivência durante a guerra, estando com os brasileiros do início ao fim do conflito. Assim:

> [...] a todos esses, oficiais e simples soldados, deve o Brasil uma saudade eterna e uma eterna gratidão, porque não só lhe garantiram a paz como cobriram de perpétuos lauréis as suas bandeiras. Muitos ficaram no campo, mortos; a pátria, porém, não os esquece, e os seus nomes perduram como exemplos. Honra a memória dos bravos! (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 258).

Os autores de *A Pátria Brasileira* buscam trazer para a narrativa os sentimentos mais profundos e abstratos, os quais o educando deveria cultivar pela eterna gratidão e pela lembrança e honra aos símbolos da pátria. Tudo que despertasse nas crianças os atributos a serem incorporados pelo verdadeiro patriota dessa nação, ainda em formação. Alegavam a obrigação de ser eternamente grato a esses personagens vivos e mortos que, heroicamente, lutaram pela pátria, naquele episódio e nos demais outros.

Entretanto, entendemos que o teor dessa liturgia utópica chegaria às crianças somente através dos espaços das salas de aulas, do convívio interno em ambiente escolar e nos demais eventos. Em tais situações, esses episódios seriam rememorados pelos alunos, de forma solene, em dias especiais, então dedicados à pátria, assim como nas demais dependências de institutos de ensino do Estado Republicano.

Contudo, de forma parcial, uma dessas instituições, a partir da vitória da guerra do Paraguai, ainda no período da monarquia, tentou sobrepujar as demais instituições legais da Nação. Isso se deu quando militares tentaram se colocar acima da carta

magna da Nação. Pelo mérito de lutar e vencer uma guerra, que seria obrigação de cada soldado, alguns reivindicaram privilégios. Defender a pátria, somente isso, justificaria a sua presença do Exército, por ser uma instituição nacional criada para o serviço à Pátria. Mas foi o excesso de poder atribuído às forças armadas que estimulou membros dessa instituição a se sentirem eternamente com a obrigação de impedir que as outras instituições exercessem as suas funções por direito constitucional.

Assim, acabaram por forçar uma mudança no regime da Nação. Afinal, foi isso que aconteceu em 15 de novembro de 1889, data em que foi imposta uma mudança de forma violenta do regime da Monarquia para a República. A soberba dos militares refletiu-se também na atitude acerba e pouco respeitosa por que impuseram o exílio à família imperial e seus mais próximos colaboradores.

Assim como na Guerra do Paraguai, os autores procuram de forma generalizada enaltecer os valores dos militares vitoriosos da guerra, em sua totalidade, portanto, ao tratar da guerra, não deram nenhum destaque a uma batalha em particular, mas notamos a exceção, antes já observada e citada por nós, referente à participação dos indígenas.

Neste sentido, Bilac e Coelho Neto, também ao tratar da Retirada de Laguna, não fizeram menção a qualquer uma das participações dos índios, visto que, primeiramente, os autores se limitaram a destacar a crueldade com que as forças do exército opositor praticavam suas maldades contra os soldados brasileiros.

Acima de tudo, foi com muita emoção que eles transmitiram essas palavras, emoção representada em sua escrita ao destacar a bravura e a resistência desempenhadas pelos soldados brasileiros, com ênfase na condição totalmente adversa que lhes foi imposta pelas muitas baixas na tropa, ainda no campo de batalha.

Não bastasse tudo isso, foram também acometidos pela epidemia de cólera, a qual resultou em muitas mortes, fato que se deu durante a retirada pelos campos encharcados daquela região. Conforme a descrição dos autores nas páginas de *A Pátria Brasileira*:

> É dos mais trágicos, na história das guerras, o episódio da retirada da Laguna, de que se tornaram heróis os soldados da expedição no Norte. Esses bravos, saindo de Cuiabá, foram através de pântanos e de macegas, em longa e penosa marcha, engrossando as fileiras com os contingentes que recebiam,

> até o acampamento do inimigo, na Laguna. (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 260).

Contudo, os autores mantiveram-se fiéis às suas convicções e pensamentos e, acima de tudo, ao que eles entenderam destes dois episódios, e como deveriam, ou não, transmitir o seu conteúdo ao público infantil escolar, da então sonhada Nação, através da obra *A Pátria Brasileira*.

No primeiro episódio, que foi sobre a vitória, imaginamos que os autores pretenderam, com os elementos descritos por eles, visando à educação infantil, empregar o texto para elevar os ânimos patrióticos das crianças, expondo a elas os louros da vitória e das conquistas.

Pretenderam dizer que, na luta pela vida, esses momentos são raros e muito breves. Daí urge a necessidade de todos darem o devido valor ao evento, por ter sido concluído com êxito, após uma jornada de sacrifícios, renúncias e dores; foram afinal frutos colhidos pela persistência individual e coletiva.

No segundo episódio, a narrativa dá-se com episódios de uma sequência de derrotas. Neste caso os autores poderiam propor em sala de aula, estimular o espírito de luta do grupo de alunos, frente às adversidades no decorrer de uma missão ou mesmo na vida.

Portanto, destacariam estes eventos como sendo mais frequentes e duradouros na vida de cada pessoa, ou de toda nação. As adversidades exigirão de cada um, ou da coletividade, uma contínua disposição para as frequentes retomadas às lutas, depois de cada fracasso e sempre com a devida resiliência e despojada doação à Nação.

Os autores de *A Pátria Brasileira* ainda escreveram, sobre o tópico “da guerra do Paraguai”, mais um capítulo, este intitulado como “Aquidabã”, descrevendo um terceiro episódio. A exemplo dos demais, esse capítulo foi motivado por uma estratégia de didática simples e crua, buscando uma efetiva transferência desses acontecimentos ao seu jovem público, constituído por alunos das primeiras séries escolares. Analisaram com o devido respeito o contexto, no qual se encontravam os autores e seus receptores no tempo e lugar. Eles buscaram relatar sobre o último episódio desse evento:

> Foi à margem esquerda do rio desse nome [Aquidabã] que caiu mortalmente ferido, para em pouco expirar, o tirano Francisco Solano Lopez, ditador do Paraguai. A sua morte pôs termo à sanguinosa guerra, que, se muitas lágrimas inconsoláveis arrancou à família brasileira e se enflorou de louros imarcescíveis o pavilhão da pátria tão denodadamente defendido pelos nossos irmãos, deixou uma riquíssima terra devastada, e na miséria um povo de valentes que a perversidade de um déspota sacrificara. (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 264).

Alfredo d'Escragnolle Taunay, visconde de Taunay, foi escritor, músico, professor, engenheiro militar, político, historiador e sociólogo brasileiro. Também foi historiógrafo na Corte de D. Pedro II e, apesar de não ter participado deste episódio, ele assim o descreveu, segundo as informações que recebeu de colega, o General Correia da Câmara:

> Após ter Correia da Câmara ordenado que Solano López fosse desarmado, e enquanto um soldado o agarrava pelos pulsos, interviera um segundo soldado. Nesses instantes rapidíssimos, um soldado da cavalaria veio correndo e descarregou-lhe no lado direito um tiro a queima-roupa, que lhe foi direto ao coração (Taunay, 1922, p. 143).

Bilac e Coelho mudaram a forma de narrar esse evento, pois descrevem com serenidade a morte do tirano presidente do Paraguai. Destacam a destruição que provocou às famílias brasileiras e os prejuízos causados à nossa Pátria e à América do Sul.

Eles, especialmente para esse episódio, irão de maneira sóbria, como se estivessem em um luto generalizado, sem os elogios, como se estivem dizendo aos leitores, de forma particular às crianças, que, ao final de uma guerra, não há vitoriosos, mas apenas derrotados de ambas as partes dos opositores de uma mesma guerra.

Assim, como também irão enaltecer a prática do respeito mútuo entre as nações, principalmente as vizinhas e ao final dessa narrativa concluirão: “Com a morte de Solano Lopez, primeiro de Março de 1870, terminou essa guerra entre povos que não se odiavam, e que apenas tinham sido vitimados pela ambição desmedida de um déspota alucinado”. (Bilac; Coelho Neto, 1930 p. 266).

Os autores acrescentam aos seus relatos os fatos ocorridos em período anterior a 13 de maio 1888, fatos que também iriam influenciar no desfecho da libertação dos negros escravos. “O cálice da amargura havia esgotado até as fezes. A raça negra, depois de tantos séculos de sofrimento resignado, afinal revolta-se enfim [...]” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 271).

Dessa revolta trata o capítulo intitulado “O exército negro”. Apesar do título, não se tratava de um real exército de homens armados e treinados para o combate, mas era um grupo formado por escravos fugitivos que caminhavam pelas fazendas, e pelo caminho iam convidando e levantando os escravos. Cada passo dado trazia um novo contingente movido pelo desespero e a dor.

Assim, muitos, logo, aderiam ao êxodo. Um exército de pessoas quase nuas, famintas e com os pés feridos pelas pedras das estradas. Alguns trajavam apenas tangas esfarrapadas, somente em torno das cinturas. O resto do corpo ficava exposto ao sol, as peles pretas cobertas de cicatrizes, retalhadas tantas vezes pelo chicote do feitor.

Os autores terminam esse capítulo afirmando que “a alma brasileira se tinha levantado para protestar contra o crime secular da escravidão. A raça negra ia ser incorporada, no Brasil, à comunhão social” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 274), no dia 13 de maio. Essa data é tratada no capítulo intitulado “Treze de maio” na obra de Bilac e Coelho Neto. Diz respeito ao Dia da Abolição da Escravatura.

O que mais nos chamou a atenção na leitura desse capítulo foi que os autores afirmam que “cessara o tormento secular de uma raça; e a pátria, celebrando essa festa pascoal, parecia que se preparava, com uma purificação, para receber dignamente a República” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 277). Guardadas as proporções, era um dia para se refletir sobre as consequências da escravidão e a luta contínua por igualdade racial.

O capítulo “15 de novembro” adquire grande importância na obra de Olavo Bilac e Coelho Neto. Nele, os autores discorrem sobre a Proclamação da República, a qual:

> [...] começou sob magníficos auspícios; e, para que ela se torne grande e forte, urge que todos os que nascerem à sombra do seu pavilhão glorioso, num esforço comum e patriótico, trabalhem pela sua prosperidade, e não se recusem a defendê-la, no momento em que, acenando aos filhos, ela lhes pedir o sacrifício supremo do sangue (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 282).

O uso do substantivo masculino “auspícios” indica o resultado ou as circunstâncias. Assim, se necessário fosse, as pessoas deveriam derramar o seu sangue, ou seja, morrer defendendo a República. Exemplo disso, é o que aconteceu com Felipe dos Santos, Tiradentes, dentre outros que se tornaram figuras importantes

e marcantes no Brasil. Assim, pensar uma nação é conhecer a história do país com os seus protagonistas, ideias que estavam em destaque no período de publicação da obra *A Pátria Brasileira.*

No capítulo intitulado “Final”, Olavo Bilac e Coelho Neto terminam a obra *A Pátria Brasileira* afirmando que não trouxeram novos subsídios para a história, nem se alongaram muito e deixaram algumas partes de fora por não caberem no livro cujo objetivo principal “é despertar nas almas jovens o amor da pátria” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 283). Para tornar a leitura agradável procuraram:

> [...] revestir os fatos de uma forma amena que não enfastiasse os leitores. Daqui partireis para o estudo da verdadeira história nacional; neste livro há apenas quadros e exemplos; e não vos deveis limitar às suas linhas escassas, porque há ainda muitas e grandes belezas a conhecer no copioso documentário da nossa vida social e política (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 284).

Dessa forma, os alunos deveriam buscar conhecer a pátria brasileira “para que, vendo-a tão grande como é, façais por vos tornardes dignos dela” (Bilac; Coelho Neto, 1930, p. 28). A ideia de “buscar conhecer a pátria” e amá-la desenvolvida por Bilac e Coelho Neto nessa obra foi a maneira encontrada de trabalhar e incutir no público infantil o civismo, para alcançar o projeto de nação republicana pretendido naquele momento a ser desenvolvido com a contribuição da educação.

CONCLUSÃO

Para encerrar, gostaria de enfatizar que esta tese buscou orientar-se por aquilo que estamos afirmando: que mesmo se tratando de duas obras escritas no mesmo período (com diferença de 8 anos da primeira para a segunda), elas apresentam divergências quanto ao que deve ser lembrado e ao que deve ser esquecido pelos brasileiros em sua história nacional. Pela análise da obra *Porque Me Ufano do Meu País (s/d)* pudemos apreender que a descrição do Brasil acontece por meio dos onze motivos das superioridades brasileiras: a sua grandeza territorial, a sua beleza, a sua riqueza, o clima, a ausência de calamidades, a sua população com a fusão de três raças, os predicados do caráter nacional, a sua ausência de humilhações, o cavalheirismo com os outros povos, as suas glórias e a sua história. O que deve ser lembrado para Afonso Celso é o período colonial, o império e a ação da igreja católica. E o que tinha que ser esquecido é a República com seus protagonistas.

Já Bilac e Coelho Neto utilizaram uma escrita voltada para a história ou mais propriamente para a narrativa histórica ao construírem a obra *A Pátria Brasileira*. Dessa maneira, foi possível perceber motivações em comum com as ideias humanitárias e as tendências pedagógicas republicanas dominantes naquele momento, como o amor pela pátria, entre outros. Isso vai ao encontro do que, segundo os dois autores, deve ser lembrado na obra, que é o amor pela terra, a história brasileira e os seus protagonistas. Mais propriamente o que deve ser lembrado para Olavo Bilac e Coelho Neto é a própria República com todas as pessoas nelas envolvidas (protagonistas) na sua formação histórica. E o que deve ser esquecido era o que diz respeito a D. Pedro I, D. Pedro II e a Monarquia.

Além disso, pensando no objetivo e na hipótese dessa pesquisa já apresentada, podemos concluir que foram alcançados com êxito, pois a análise comparativa dos recursos literários utilizados por Afonso Celso, Olavo Bilac e Coelho Neto na escrita das duas obras demonstrou que, embora todos tenham respondido ao chamado de José Veríssimo para a construção de uma comunidade imaginada, eles o fizeram por meio de projetos político-sociais divergentes. A seleção lexical, a caracterização de personagens e a exaltação da natureza revelaram que o que devia ser lembrado ou esquecido na história nacional variava segundo a perspectiva de cada autor.

Afonso Celso, em *Porque Me Ufano do Meu País*, ancora a identidade nacional em onze motivos de superioridade que valorizam o período colonial, o Império e a Igreja Católica, legando o esquecimento à República. Por outro lado, Olavo Bilac e Coelho Neto, em *A Pátria Brasileira*, alinham-se às tendências pedagógicas republicanas, elegendo a própria República e seus protagonistas como os elementos fulcrais da memória histórica, enquanto relegam a Monarquia e D. Pedro ao apagamento.

Segundo afirma Regina Dalcastagnè (2026) a literatura é uma prática social que conecta a existência de seus criadores numa sociedade marcada por extremas contradições. Sob essa perspectiva, a literatura escolar da virada do século XIX para o XX já operava como um artifício social de apagamento e silenciamento. Essa abordagem conecta a produção de Afonso Celso, de um lado, e a de Olavo Bilac e Coelho Neto, de outro, às disputas de poder e aos mecanismos de exclusão constitutivos da formação da República brasileira.

Evidencia-se, assim, o descompasso entre a projeção teórica de uma comunidade imaginada e a realidade prática de uma literatura engajada na construção de hegemonias políticas que passou longe de ser um exercício estético neutro. O trabalho desses autores revelou como o fazer literário no Brasil esteve historicamente atrelado à estigmatização e ao silenciamento do outro. Elegendo assim, quais parcelas da população e quais passados históricos deveriam ser deliberadamente esquecidos para a consolidação de seus respectivos projetos de nação.

Dessa forma, essa tese comprovou que a escola da virada do século não operou como um espaço neutro ou puramente acolhedor, mas sim como um verdadeiro campo de batalha ideológico onde diferentes concepções de Brasil disputavam a formação da identidade das crianças.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas*: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

A NOITE (RJ). *Pela difusão do ensino no Brasil:* deliberações da Liga Brasileira contra o Analfabetismo. 22 de dezembro de 1923, p. 7.

AGRA, Michelli; COSTA, Valdelúcia Alves da. *As concepções de José Veríssimo sobre a formação do corpo pela educação física no cenário da educação nacional do século XIX.* Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 24, n. 73, 2023.

ALMEIDA, Helena Azevedo Paulo de. *Através da pátria brasileira:* possibilidades de narrativa acerca do indígena brasileiro nos livros de leitura da Primeira República. Mestrado em História. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Ouro Preto, Biblioteca Depositária: Biblioteca Alphonsus de Guimarães ICHS-UFOP, 2016.

ALVES, Gilberto Luiz; CENTENO, Carla Villamaina. *A produção de manuais didáticos de história do Brasil:* remontando ao século XIX e início do século XX. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 42 set./dez. 2009.

AMORA, Antônio Soares. *História da literatura brasileira.* 8. ed. refundida e ampl. São Paulo, Saraiva, 1973.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Editora Itatiaia (Belo Horizonte) e Edusp (São Paulo), 1982.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz:* Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

ARAÚJO, Nelton S. Imprensa e Poder nos anos 1930: uma análise historiográfica. Anais do VI. Congresso Nacional de História da Mídia, Niterói, 2008.

ARAÚJO, Sônia Maria da Silva. *Educação republicana sob a ótica de José Veríssimo. Educar em Revista*: Curitiba, n. especial, 2010.

ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira de. *Porque me ufano do meu País. Revista Eletrônica Geoaraguaia*. Barra do Garças-MT. V 3, n.2, agosto/dezembro. 2013.

ARMANI, Carlos Henrique; PETTER, Augusto Castanho da Maia. *No Eclipse da História: Afonso Celso e o Pensamento Monarquista no Brasil em Fin-de-Siècle.* Revista Expedições, Morrinhos/GO, v. 8, n. 3, set./dez. 2017.

BASTOS, Maria Helena Câmara. *Amada pátria idolatrada:* um estudo da obra "Porque me ufano do meu país", de Affonso Celso (1990). Curitiba: Educar em Revista n° 20, 2000.

BASTOS, Maria Helena Câmara. *Amada pátria idolatrada:* um estudo da obra 'Porque me ufano do meu país', de Affonso Celso (1900). *Revista Educar*, Curitiba, n. 20, 2002. Editora UFPR.

BILAC, Olavo. *A Notícia.* Rio de Janeiro, 12 novembro de 1908.

BILAC, Olavo. *Poesias infantis.* Nova ed. São Paulo, SP; Belo Horizonte, MG: Francisco Alves, 1929.

BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. *Livro de composição para o curso complementar das escolas primarias.* Coautoria de Manoel Bomfim. 9. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1930.

BILAC, Olavo; Bomfim, Manoel. *Através do Brasil:* Leitura para o curso médio das escolas primárias. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1910, p. XI.

BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. *Livro de leitura para o para o curso complementar das escolas primárias.* 53.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1935.

BILAC, Olavo; COELHO NETO. *A terra fluminense:* educação cívica. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

BILAC, Olavo; COELHO NETO. *A pátria brasileira (para os alunos das escolas primárias).* 21. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930.

BILAC, Olavo; COELHO NETO. *Contos Pátrios:* Educação moral e cívica (para as crianças). Rio de Janeiro: Garnier, 2001.

BOTELHO, André. *Através do Brasil:* "Um romance de formação" da modernidade brasileira. *Revista Ci. & Tróp.*, Recife, v. 26, no 1, jan./jun., 1998.

BOTELHO, André. *Aprendizado do Brasil:* a nação em busca dos seus portadores sociais. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

BOSI, Alfredo*, Dialética da colonização.* Companhia das Letras, 1992.

CANDIDO, Antônio; CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da literatura brasileira* II. 3. ed. rev. São Paulo, SP: Difusão Europeia do Livro, 1968.

CARVALHO, Bárbara Vasconcelos de*. A literatura infantil:* visão histórica e crítica. São Paulo: Edart, 1982.

CARVALHO, Danielle Crepaldi. *Coelho Netto:* literatura e educação nos últimos anos do século XIX. Anais do I Simelp, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/eventos/simelp/new/pdf/slt28/04.pdf> Acesso em:15/09/2025.

CARVALHO, Danielle Crepaldi. *Coelho Netto (1864-1934):* Uma vida dedicada à literatura. *Travessias*, Cascavel, v. 3, n. 2, 2009. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3355> Acesso em: 15/09/2025.

CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1980.

CELSO, Afonso. *Oito anos de Parlamento:* reminiscências e notas. São Paulo: Comp. Melhoramentos, Nova edição aumentada, s/d [1901]. p. 12.

CELSO, Afonso. *Porque me ufano do meu país.* 4. ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, s/d.

CELSO, Afonso. *Notas Sociais.* 4 de junho de 1955, p. 8.

COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira.* 5. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 2006.

CONTI, Viviane Ferreira. *“Republicano no Império, Monarquista na República”: a trajetória intelectual de Afonso Celso (1892-1938)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2023.

COUTINHO, Afrânio. *Caminhos do pensamento crítico.* Rio de Janeiro: Pallas, 1980.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Uma história da literatura brasileira contemporânea:* a narrativa. 1ªed. São Paulo: Todavia, 2026.

DEZOTTI, Maria Celeste Consolin. *Os primórdios da fábula na literatura brasileira.* Araraquara, SP: *Itinerários*: revista de literatura, 2017.

DOMINGUES, Evandro Luis von Sydow. *Uma terra sem formigas:* o discurso ufanista brasileiro. Dissertação de Mestrado em Letras. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do CTCH, 1998.

DUARTE, Cristina Rothier; SEGABINZAZI, Daniela Maria. *Figueiredo Pimentel:* Contos Da Carochinha e o nascimento da literatura infantil abrasileirada do século XIX. SOLETRAS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística – PPLIN Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Número 34(jul.-dez. 2017).

DUBOVICKI, Caroline Ramazini. *Poesias infantis e a formação do cidadão republicano.* Disponível em: <https://blog.bbm.usp.br/2024/poesias-infantis-e-a-formacao-do-cidadao-republicano/> Acesso em: 15/09/2025.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. *Um estudo das edições de Ou isto ou aquilo de Cecília Meireles.* Pro-Posições, Campinas, v. 20, n. 2 (59), maio/ago, 2009.

FERNANDEZ, Renato Lanna. *COELHO NETO, Henrique.* Disponível em: <chromeextension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/COELHO%20NETO.pdf> Acesso em: 15/09/2025.

FRANCHETTI, Paulo. *Olavo Bilac e a unidade do Brasil republicano.* Sibila - Revista de poesia e crítica literária, São Paulo, ano 18, 2009. Disponível em: <https://sibila.com.br/mapa-da-lingua/olavo-bilac/2736> Acesso em: 10/08/2026.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino. *José Veríssimo (1857-1916) e a Educação Brasileira Republicana:* raízes da Renovação Escolar Conservadora. Campinas, SP: [s.n.], 2004.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil, História da província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Editora: Itatiaia, 1980.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal*. Por uma história ultramontana:* Afonso Celso. Intellèctus, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2003.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil:* sua história. Trad. Maria da Penha Villalobos e Lólio L. de Oliveira. São Paulo: T. A Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985.

JORNAL DO BRASIL (RJ). *Ufanismo.* 18 de novembro de 1956, p. 9.

JORNAL DO COMÉRCIO (RJ). *Delírio Ufanista.* 15 a 21 de outubro de 2000, p. 17.

NETTO, Coelho. *América (Educação Cívica).* Rio de Janeiro: Editores I. Bevilacqua & C., 1897. NETTO, Coelho. Coelho Netto em Campinas. Conferência proferida no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 6 de fevereiro de 1960.

NETO, Coelho*. Compêndio de Literatura Brasileira.* 3ª edição. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1929.

PIMENTEL, Alberto Figueiredo. *Teatrinho infantil:* livro para crianças. Nova ed. Rio de Janeiro, RJ: Livraria Quaresma, 1949.

PEIXOTO, Sergio Alves. *O Parnasianismo no Brasil: variações sobre um mesmo tema.* Belo Horizonte, SP: O eixo e a roda: v. 19, n. 2, 2010.

HANSEN, Patrícia Santos. *Brasil, um país novo:* literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República. 2004. 253 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LAJOLO, Marisa. *Usos e abusos da literatura na escola:* Bilac e a literatura escolar na República Velha. Porto Alegre, RS: Globo, 1982.

LAJOLO, Marisa (Org.). *Olavo Bilac:* Através do Brasil: prática da língua portuguesa: narrativa / Olavo Bilac e Manoel Bomfim. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira história e histórias.* São Paulo: Ática, 1988.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Um Brasil para crianças:* para conhecer a literatura infantil brasileira: histórias, autores e textos. 4.ed. São Paulo: Global, 1993.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira:* história & histórias. São Paulo: Ática, 1999.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita:* leitura e livro no Brasil. São Paulo: Ática, 2002.

LEÃO, Andréa Borges. *A nação e os livros infantis: autoria, edição e leitura.* Ten. Mund., Fortaleza, v. 3, n. 4, jan/jun. 2007.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; MARTINELLI, Laís Pacifico. *A formação moral e cívica das crianças brasileiras na primeira república pela prática da leitura de livros infantis: uma análise de Contos Pátrios (1904).* Rev. HISTEDBR On-line, Campinas, v.17, n.2 [72], abr./jun. 2017.

MÁRCIA CAMPOS PEREIRA, Sandra. *Teatro Infantil:* um olhar para o desenvolvimento da criança. APRENDER - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação, *[S. l.]*, n. 4, 2018. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/aprender/article/view/3078. Acesso em: 15 set. 2025.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. *Olavo Bilac e sua época.* Rio de Janeiro: Americana, 1974.

NETTO, Coelho. *Coelho Neto em Campinas (1901-1904).* Conferência proferida no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo em 6/02/1960.

NONATO, Sandoval. *Escrita, ensino de língua portuguesa e formação do professor.* Trab. Ling. Aplic., Campinas, n(58.3): set./dez. 2019.

OLIVA, Terezinha Alves de; SANTOS, Claudefranklin Monteiro. *As multifaces de "Através do Brasil".* Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n. 48, 2004.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira República.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

PAURA, Rômulo Rafael Ribeiro. *Leituras do passado para a infância brasileira: cultura histórica e livros de leitura (1909-1917).* Mestrado em História Social da Cultura. Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Departamento de História, 2014.

RIALVA. Rita Amil de. *Porque me Ufano do Meu País.* Rio de Janeiro: Editora Garnier, 12ª edição, 1943.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. *Identidade Nacional e a escola católica na República Velha, segundo os intelectuais católicos:* nela se educa o caráter, se forma o coração, se prepara o cidadão, se fortalece o crente. Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP (Descontinuada), Recife, PE, Brasil, v. 2, n. 1, 2012.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento.* Tradução Alain François et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIZZINI, Irene. *O século perdido:* raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROMERO, Sílvio. *A história do Brasil ensinada pela biografia dos seus heróis (Livro para as classes primárias).* Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional,1890.

SALVADOR, Frei Vicente do Salvador. *História do Brasil.* Editora Melhoramentos, 1965.

SANTOS, Alexsandro do Nascimento. *Pátria, nação, povo brasileiro na produção didática de Manoel Bomfim e Olavo Bilac:* Livro de Leitura (1899) e Atravez do Brasil (1910). 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. *Através do Brasil:* uma trajetória centenária. São Cristovão: Editora UFS, 2012.

SÊJO, Gabriela Fernanda. *Momentos Decisivos em "Através do Brasil".* Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP: [s.n], 2018.

SÊJO, Gabriela Fernanda. *Através do Brasil:* momentos decisivos. Prefácio de Alvaro Santos Simões Junior. Editora Appris, 2021.

SILVA, Rafael de Oliveira, 1991 "*Não há religião sem Deus, nem Pátria sem bandeira":* o Breviário Cívico de Coelho Netto / Rafael de Oliveira Silva. - Seropédica, 2022.

SILVA, Guilherme George da Costa Araújo. *Crítica e tradição:* Triste fim de Policarpo Quaresma e Porque me ufano do meu país. Recife, 2023.

SIVLA, Karla Goularte da. *Os nacionalismos nos Livros de Leitura da Primeira República.* Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Extremos Sul Catarinense, Criciúma, 2010.

SIMÕES JUNIOR, Alvaro Santos. *A sátira do parnaso:* estudo da poesia satírica de Olavo Bilac, publicada em periódicos de 1894-1904. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2007.

SIMÕES JUNIOR, Alvaro Santos. *Estudos de literatura e imprensa.* São Paulo: Editora UNESP Digital, 2015.

SODRÉ, Nélson Werneck. *História da literatura brasileira.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização:* a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Editora Unesp, 1998.

TAUNAY, Afonso d' Escragnolle. *Grandes vultos da independencia brasileira.* São Paulo, SP: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1922.

VERÍSSIMO, José. *A Educação Nacional.* Introdução José Murilo de Carvalho. 4. ed. Rio de Janeiro: Topboobks; Belo Horizonte, MG: Puc-Minas, 2013.

VIEIRA, Cleber Santos. *Transfigurações Cívicas:* A terra fluminense, Contos pátrios e A pátria brasileira. *Revista IEB*, n 50, set./mar, 2010.

ZILBERMAN, Regina. *Como e por que ler a literatura infantil brasileira.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.